

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**POPULAÇÃO MESTIÇA EM SERGIPE D'EL REY:
da ocupação colonial à integração ao Estado Nacional**

Eden Filipe Santos Vieira

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2020

EDEN FILIPE SANTOS VIEIRA

**POPULAÇÃO MESTIÇA EM SERGIPE D'EL REY:
da ocupação colonial à integração ao Estado Nacional**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório/parcial para obtenção do título de Mestre em história, na área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias.

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2020

EDEN FILIPE SANTOS VIEIRA

POPULAÇÃO MESTIÇA EM SERGIPE D'EL REY:
da ocupação colonial à integração ao Estado Nacional

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório/parcial para obtenção do título de Mestre em história, na área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias.

Aprovada em ____ de _____ de 20____.

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias (UFS)
Orientador

Profa. Dr. Augusto da Silva (UFS)
Avaliador Interno

Prof. Dr. Mateus Resende Andrade (UFJF)
Avaliador Externo

AGRADECIMENTOS

Não cheguei aqui sozinho. Por isso, gostaria de fazer alguns agradecimentos.

Agradeço através da querida servidora Paloma e da coordenadora e professora Edna Matos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS), que recebeu o meu projeto de pesquisa e sempre buscou ajudar-me nos assuntos técnicos e burocráticos relativos ao curso de mestrado.

O arquivo é o principal laboratório do pesquisador de história e sem o apoio, a atenção e a colaboração das servidoras(es) e estagiárias(os) destas instituições arquivísticas, o ofício do historiador dificilmente obteria resultados.

Agradecer ao grupo de pesquisa Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa, em especial aos orientandos e orientandas do professor Carlos Malaquias. O trabalho coletivo na construção de um banco de dados me proporcionou elementos substanciais para confecção do meu trabalho. Foram meus cúmplices.

Agradeço também aos amigos e amigas, por partilharem a vida, em sabores e dissabores. A vida é muito mais interessante quando acompanhada com eles e elas.

Agradecer a minha família por meio do meu pai Carlos Henrique, minhas irmãs Suzana e Elissama, pelo amor que me nutrem, por tudo.

Gostaria de fazer 3 agradecimentos especiais:

Tenho muito a agradecer ao professor Carlos Malaquias, que acreditou no meu trabalho desde a graduação. Tê-lo como orientador foi um privilégio, não apenas pelo seu profundo conhecimento. Mas, também, pela maneira gentil, respeitosa e competente que encaminhou esta orientação. Como orientador, sempre me concedeu liberdade e autonomia, mas sem deixar de apontar os caminhos e possibilidades que a pesquisa poderia seguir. Mais uma vez, meu profundo agradecimento.

À meu tio Mário Resende. Me concedeu seu carinho, conselhos e incentivos. Foi, também, o meu mentor intelectual e me presenteou com boa parte de sua biblioteca. Tê-lo como referência é um privilégio.

Por último, e não menos importante, agradecer a minha mãe pelo seu amor e apoio incondicional nos estudos. Sempre me proporcionou tudo o que podia e um pouco mais. Sem o

seu exemplo de vida, de abdicação, comprometimento e resiliência, eu também não teria chegado aqui. Obrigado!

RESUMO

Este trabalho investiga como os sujeitos mestiços estiveram presentes e participaram da constituição da sociedade colonial em Sergipe Del Rei e como essa população foi percebida e considerada na crise colonial e constituição do Estado nacional. Para tanto, lança-se mão de documentação produzida pelas autoridades coloniais, correspondências, pareceres, requisições etc., além de mapas de população e outras documentações produzida pelo governo provincial sergipano. Nota-se que a mestiçagem foi um fator fundamental para constituir a população sergipana, tanto entre livres, quanto escravos, mas, para além disso, os sujeitos mestiços foram personagens importantes nos esforços portugueses de defesa e ocupação do território. Não obstante, pesavam sobre eles a contínua desconfiança das autoridades coloniais, o que moldou a forma como o novo Estado Nacional percebeu e integrou esses sujeitos.

Palavras-chaves: mestiçagem, História de Sergipe, História Colonial, Nação.

ABSTRACT

This work investigates how mixed-race persons lived and participated in the constitution of Sergipe Del Rei colonial society and how this population was perceived and considered in the colonial crisis and the constitution of the Brazilian national state. For that, we use documentation produced by the colonial authorities, correspondence, opinions, requisitions, etc., in addition to population maps and other documentation produced by the Sergipe provincial government. We notice that miscegenation was a fundamental factor in framing Sergipe population, both free and slaves. Plus, mixed-races persons play a remarkable role in the Portuguese efforts to defend and occupy the territory. Nevertheless, the mistrust of the colonial authorities weighed on them, which shaped the way the new National State perceived and integrated these subjects.

Key-words: miscegenation, Sergipe History, Colonial History, Nation.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1: Evolução populacional em Sergipe	48
Quadro 2.2: Qualidade e números de habitantes da Capitania de Sergipe em 1802	50
Quadro 2.3: Qualidade, condição jurídica e números de habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe em 1802	51
Quadro 2.4: Qualidade, condição jurídica e números de habitantes da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba no termo da Cidade de Sergipe em 1802.....	52
Quadro 2.5: Divisão da população de Sergipe Del Rey segundo cor e condição (1825/1830)	56
Quadro 2.6: Composição étnico-racial da população escrava (1751-1800).....	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Mapa da Capitania de Sergipe.	24
Figura 2.1: Evolução do número de engenhos em Sergipe	44
Figura 2.2: Divisão da população da província de Sergipe Del Rey, por qualidade/ cor e condição.....	59
Figura 2.3: Razão de sexo na população de Sergipe D’el Rey, (1825-1829).....	61

LISTA DE SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

DH – Documentos Históricos

APES – Arquivo Público Estadual de Sergipe

APEB – Arquivo Público Estadual da Bahia

AGJSE – Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe

BN – Biblioteca Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

RIHGSE – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Cx - Caixa

Doc - Documento

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
ÍNDICE DE QUADROS	8
ÍNDICE DE FIGURAS	9
LISTA DE SIGLAS	10
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
1 SERGIPE D’EL REY: OS MESTIÇOS NA CONQUISTA E POVOAMENTO.....	21
1.1 A integração de Sergipe d’el Rey no processo colonial.	21
1.2 A integração social dos mestiços pela guerra e defesa.	29
2 CRESCIMENTO ESCRAVISTA E MESTIÇAGEM DA POPULAÇÃO	39
2.1 Expansão econômica pela ligação com os mercados mundiais	39
2.2 Crescimento e diversidade populacional.....	47
2.3 Dinâmicas de mestiçagem.....	62
3 SERVIÇO MILITAR, COR E CIDADANIA NA TRANSIÇÃO DA COLÔNIA AO IMPÉRIO.....	74
3.1 As honras e o prestígio negados: as companhias de homens pardos e pretos na Comarca de Sergipe.	74
3.2 A cidadania limitada: cor e hierarquia	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
FONTES	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	111

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga como os sujeitos mestiços estiveram presentes e participaram da constituição da sociedade colonial em Sergipe Del Rei e como essa população foi percebida e considerada na crise colonial e constituição do Estado nacional. Assim, voltamos nossas lentes para negros, indígenas e seus descendentes resultantes da mestiçagem biológica e cultural entre si e com os portugueses. De longe, filhos, netos e bisnetos de africanos e indígenas formavam a maior parte dos habitantes do Brasil, em qualquer momento de sua história. No entanto, as formas de integração desses grupos foram originalmente pautadas na exploração e violência, enquanto sobre seus descendentes pesavam a desconfiança, o preconceito e inúmeros obstáculos.

A laboração escrava, indígena e africana, rendeu os cultivos tropicais que modificaram as predileções e a indústria europeias, retirou diamantes e ouro que trouxe opulência para linhagens e Igrejas, engendrou, sobretudo, novas populações de homens e mulheres mestiçados, emissários de novas culturas, consequência da aproximação “das quatro partes do planeta, que vinha possibilitando a circulação de gente, de conhecimentos técnicos, de objetos, de fauna e flora, de culturas e de línguas, em dimensões inéditas”.¹ A mestiçagem se configura, segundo Serge Gruzinski, na caracterização das mesclas realizadas no Novo Mundo “entre seres humanos, imaginários e formas de vida, vindos de quatro continentes – América, Europa, África e Ásia”, no século XVI.² Ainda de acordo com Gruzinski, a ideia original de mestiçagem biológica admite “a existência de grupos humanos puros, fisicamente distintos e separados por fronteiras que a mistura dos corpos, sob a influência do desejo e da sexualidade, viria pulverizar”.³ No entanto, convém ressaltar que o conceito de mestiçagem não se relaciona mais e exclusivamente com pureza racial, nem com culturas impermeáveis, puras e íntegras no tempo, a não ser uma correspondência reproduzida no campo dos discursos e representações, que constitui a própria realidade histórica.⁴

¹ PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p.23

² GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço / Serge Gruzinski; tradução de Rosa Freire d’Aguiar – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

³ Idem, p.42

⁴ PAIVA, Eduardo França. Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico. IN: Escravidão, mestiçagens e histórias comparadas. Eduardo França Paiva e Isnara Pereira Ivo (Orgs.) – São Paulo: Annalume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008. p.14-15; PAIVA, 2015, p.29

Nesse sentido, classificar ou hierarquizar é um dos aspectos fundamentais do poder: como assinala o sociólogo Pierre Bourdieu, é o “poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação”.⁵ Assim, o fato de designar tem o poder de estabelecer a existência de uma coletividade de indivíduos na realidade, “a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade”.⁶ Tendo em conta o mundo social operado pela representação e vontade, os diferentes grupos e/ou sociedades, para existirem socialmente, se percebem como distintos. Esse ato, como demonstra Bourdieu, é “o lugar de uma luta permanente para definir a ‘realidade’”.⁷ Em outros termos, o poder de nomear configura um movimento hierárquico com uma poderosa implicação social, perpassado por relações de poder que determinam as instâncias da vida social.

A vida social tem como elemento indispensável o processo de classificação, que tem “efeito propriamente ideológico” consistindo “precisamente na imposição de sistemas de classificação políticos sob a aparência legítima de taxinomias filosóficas, religiosas, jurídicas, etc”.⁸ Esse procedimento importante pode ser compreendido na divisão e ordenação do mundo social em grupos que os indivíduos concebem. Esse movimento de dividir e classificar também quer dizer, neste caso, hierarquizar. Possuir esse privilégio de classificar significa também conservar a prerrogativa de designar diferentes valores aos grupos classificados, implicando operações de inclusão e exclusão, fomentando distinções e fronteiras entre os grupos, afirmando e reafirmando relações de poder; “aquele poder quase mágico” de dar existência ao dado pela enunciação que só se realiza “se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário”.⁹

Os domínios do Atlântico Sul foram forjados a partir das representações do Antigo Regime, tomando as desigualdades como naturais e reafirmando as assimetrias hierárquicas que conservavam a ordem social, o que possibilitou sua conformidade com a escravidão. Nesse contexto de Antigo Regime, a mobilidade social era de modo lento e gradual, visto que ascensões bruscas não eram esperadas e nem desejáveis, pois “mudança e confusão de estados são, para o homem moderno, sinais de perturbação social e de convulsão da ordem política”.¹⁰

⁵ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. p.142

⁶ POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes, - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.143

⁷ BOURDIEU, 1989, p.118

⁸ Idem, p.14

⁹ Idem

¹⁰ HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime. Tempo, Niterói, v. 11, n. 21, p. 121-143, junho de 2006.p.123 Disponível em

O Antigo Regime europeu utilizava da “qualidade” para estabelecer diferenças entre os homens e mulheres: “distinguia as pessoas que a possuíam das que não eram providas delas ou das que a tinham em menor proporção ou menos intensidade”.¹¹

O termo “qualidade” foi bastante empregado e alargado no decorrer das conquistas católicas sobre o território americano. Novas “nações” e “castas”, lastreadas em origens, crenças religiosas, características físicas e misturas, alargaram a ideia de “qualidade” no Novo Mundo. Seu uso ditava quais eram os “homens bons”, os que detinham sangue infecto ou defeito mecânico. Nesse sentido, o emprego das “qualidades”, legitimava a diferenciação, as classificações e hierarquizações de indivíduos e grupos sociais alicerçadas num “conjunto de aspectos (ascendência familiar, proveniência, origem religiosa, traços fenotípicos, tais como a cor da pele, o tipo de cabelo e o formato de nariz e boca)”, que eram usados para distribuir privilégios desigualmente entre os “homens bons”, cristãos velhos, mouros, judeus, negros e mestiços.¹² De modos diferentes, os privilégios e distinções eram distribuídos, desigualmente, a cada um dos indivíduos. Como se vê, as marcações sociais de Antigo Regime, de acordo com diversas situações, eram, de certa maneira, fixas. Pois as sociedades de Antigo Regime arquitetavam socialmente para cada indivíduo o seu lugar, “numa rede ordenada e hierarquizada de posições”.¹³ Portanto, manter a “ordem”¹⁴ era desejável, pois significava “colocação das cousas no lugar, que lhe convem” e “misturar”¹⁵ poderia expressar “tirar huma cousa de sua ordem, ou lugar, confundilla com outra”, perturbando e desordenando o mundo social de Antigo Regime.

Na América portuguesa, a necessidade da recriação das hierarquias sociais dilatou-se na medida em que o regime escravista se avolumou, pressionando a reformulação dos processos classificatórios na América portuguesa. Ao mesmo tempo, a presença africana e seus descendentes provocava uma ambivalência, uma vez que, concomitantemente, eram elementos

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042006000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000200009>.

¹¹ PAIVA, 2015, p.32

¹² Idem, p.33 -34

¹³ LARA, Sílvia Hunold. Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. Sílvia Hunold Lara. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.84-85

¹⁴ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/>

¹⁵ Idem

constituente da colonização e uma ameaça constantes aos colonizadores.¹⁶ O problema em si não era com a escravidão propriamente, que era circunscrita ao domínio privado, a preocupação real era com os homens e mulheres não mais sujeitos aos seus senhores: “os pretos, crioulos e mulatos que haviam obtido liberdade” e seus filhos nascidos livres que cada vez mais se avolumavam.¹⁷

Entre os fins do século XVI e o decorrer do século XVII, o aumento acentuado de mestiços de diversas “qualidades”, os primeiros “americanos”, supriram e contornaram em certa medida, a escassez de gente para trabalhar, povoar e defender os domínios portugueses nas Américas, tendo em mente uma diminuta população europeia e branca, e uma diminuição violenta dos índios. Ligada a esse processo, a necessidade de mão-de-obra fomentou a africanização da força de trabalho. No entanto, a demanda do braço escravo não foi somente suprida pela importação compulsória de africanos, pois parcela significativa da população escrava na América portuguesa era constituída de escravos crioulos, mestiços, mulatos, pardos, cabras e mamelucos, ou seja, aqueles que tinham nascido no Brasil. As pessoas de “qualidades e “condições” diversas trabalharam paralelamente na construção das sociedades. Essa característica fomentou as misturas biológicas e culturais, produzindo muitos rebentos mediante concubinatos e relações efêmeras, a despeito do Estado e da Igreja que, por diversas vezes, tentarem controlar e impedir esses relacionamentos, vistos como desregramentos morais e sexuais.¹⁸ As mestiçagens, biológicas e culturais, atravessaram os processos de formação das sociedades americanas legando traços indelévels, engendradas pelas circulações e misturas entre grupos e culturas que habitavam o continente americano e dos que para cá vieram. Então, desde cedo, o Novo Mundo, em especial a América portuguesa, sentiu um crescimento importante das proles mestiças ao mesmo tempo que a população nativa se comprimia. A ocupação dos territórios conquistados, associados às diversas formas de trabalhos espalhados e ao estreitamento das relações entre os grupos humanos fomentavam, de modo forçoso e/ou consensual, a mestiçagem biológica e cultural.¹⁹ Senhores tomavam mulheres indígenas, pretas, negras, pardas e mulatas como amásias e deixavam algum cabedal para seus filhos. Em outras situações, os forros e os seus rebentos obtiveram algum recurso ou bens operando habilidades

¹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Mulatos no Brasil e em Angola: uma abordagem comparativa do século XVII ao século XXI. In: Lilia Schwarcz e Maria Helena P. T. Machado. “Emancipação, Inclusão, Exclusão, Desafios do Passado e do Presente”. São Paulo: Edusp, 2018, pp.87-116.

¹⁷ LARA, 2007. p.16

¹⁸ Idem, p.105

¹⁹ PAIVA, 2015, p.56-57

no exercício de uma ocupação, na lavoura ou no comércio. Uma parcela de livres não-brancos foi elevada à condição de proprietários, até mesmo de escravos. A ascensão social desses atores compreendia relações sociais apropriadas e uma patente militar.

O desenvolvimento de sistemas escravistas no Novo Mundo desencadeou oportunidades para sujeitos econômicos heterogêneos além dos senhores implicados na agroexportação. Por esse ângulo, tais sistemas delineavam a constituição de um amplo setor de mulheres e homens livres que integraram os poros da sociedade escravista, que se constitui muito mais intrincada que a compreensão dual senhor-escravo, incluindo proprietários “mestiços e negros”.²⁰ Parte desses homens e mulheres foram forjados pelo escravismo moderno, por meio dos processos porosos de manumissão e mestiçagem biológica, cultural e social, com o gradativo peso da escravidão africana. Para pensar as trajetórias desses homens, vale a pena mencionar que, embora não se confundam numa sociedade de Antigo Regime, mobilidade social e enriquecimento podiam se relacionar. Antes de ser sinônimo de riquezas, ela, a ascensão, é a reputação social que determinados indivíduos podem conquistar.²¹ A riqueza ou a ausência dela, não era fator decisivo em si mesmo, pois o nobre empobrecido continuaria nobre, enquanto o burguês enriquecido continuaria burguês,²² Mas, além disso, mais que elevar hierarquicamente, a mobilidade seria capaz de diferenciar um sujeito dos seus pares, ou, melhor dizendo, dos indivíduos de iguais “qualidades”.²³

Essa experiência complexa, até os anos de 1930, longe de ser tratada como objeto de investigação, foi abordada ideologicamente como problema patológico ou moral pelas teses eugenistas, evolucionistas e racistas de meados do século XIX e início do século XX. As ideias importadas da Europa, e debatidas pela intelectualidade brasileira, contribuíam na reflexão sobre definições do futuro de uma nação com um imenso contingente populacional de não-brancos. Esse debate da mestiçagem como problema moral ou patológico, também foi uma das preocupações da historiografia brasileira, como afirma Ronaldo Vainfas.²⁴

²⁰ MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

²¹ GUEDES, Roberto. De ex-escravo à elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX). IN: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs). *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.51-52

²² HESPANHA, 2006, p.122

²³ SOARES, Márcio de Sousa. A remissão do cativo: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830 / Márcio de Sousa Soares. – 2006. 417f. p.143

²⁴ VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, miscigenação e questão social: notas sobre equívocos e tabus na historiografia brasileira”, *Tempo*, nº8. Rio de Janeiro, 1999, (pp.7-22). p.10

Desde o princípio da historiografia nacional, a problemática da mestiçagem foi apresentada como horizonte de investigação. O naturalista alemão Karl von Martius, na década de 1840, sustentava, em *Como se deve escrever a história do Brasil*, que o mecanismo para se compreender o Brasil passava pelo desenvolvimento de estudos na interseção dos três grupos matrizes da nacionalidade: brancos, negros e indígenas. A questão da miscigenação já secundarizava o papel da contribuição indígena e relegando uma função quase silenciada dos negros.²⁵

Mas, foi a partir de 1870 que o debate com as teorias raciais importadas da Europa foi principiado em uma conjuntura caracterizada pelo definhamento da escravidão e por um novo delineamento político para o país, que poderia estabelecer soluções para a “substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida” e “parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania”. Entretanto, essas teorias raciais precisariam ser adaptadas ao contexto brasileiro profundamente miscigenado, visto que a importação literal dessas ideias, de um lado, legitimava cientificamente as hierarquias que começavam a ser questionadas com o fim da escravidão. Em contrapartida, essas ideias interrompiam qualquer possibilidade de projeto nacional embrionário, “devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem”.²⁶ Nessa conjuntura, o modelo racial adotado dominante no meio brasileiro amparava a explicação das hierarquias e diferenças, “mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça”, ou seja, uma combinação das concepções do darwinismo social em arranjo com o pensamento evolucionista e monogenista.²⁷

Publicado em 1933, o *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, causou verdadeira inflexão na maneira de tratar a temática. Encarou com bastante coragem a questão da sexualidade intrínseca à mestiçagem, reconhecendo indiscutivelmente “a fusão das três raças ou a interpenetração das culturas portuguesa, indígenas e africanas na formação do Brasil e seu povo”.²⁸ Apesar de elevar a mestiçagem como uma das questões brasileiras mais inquietantes, Freyre acreditava que a miscigenação proporcionava a correção da “distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-

²⁵ Idem, p.8

²⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). – São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.17-18

²⁷ Idem, p.85

²⁸ VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, miscigenação e questão social: notas sobre equívocos e tabus na historiografia brasileira”, Tempo, nº8. Rio de Janeiro, 1999, (pp.7-22), p.13

grande e a senzala”.²⁹ Nessa perspectiva, a mestiçagem deixa de ser vista como uma degeneração ou estigma, tornando-se amálgama das pluralidades étnica e racial brasileiras. Como homem da primeira metade do século XX, Gilberto Freyre apresentava ao Brasil sua interpretação (e visão política) de futuro harmônico e de diminuta tensão racial, ao adotar o colonizador português como exemplar e inclinado à miscibilidade, o catolicismo como elemento aglutinador do corpo social brasileiro e da mestiçagem como característica singular da sociedade brasileira e constituinte do *equilíbrio dos antagonismos*.

Por um longo tempo, essa ideia de “democracia racial” evocada por Gilberto Freyre, acrescentada ao conceito de raça como conceito biológico, tão em voga em fins do XIX e início do século XX, protelou a mestiçagem como objeto legítimo de investigação. Nesse sentido, é possível não tomar o conceito de raça como essencialmente biológico, mas como categoria construída ideológica e socialmente removendo qualquer embaraço que o assunto provoca. Tratando-o como problema de investigação histórica, podemos elucidar o papel importante na gradação de privilégios e estigmas na classificação dos indivíduos conforme sua ascendência: mamelucos, pardos, mulatos, mestiços, cabras e crioulos.

Esse enorme contingente populacional transgredia uma ordem estamental estrita, hierárquica e classificatória do Antigo Regime e inculcava desconfiança e preocupação às autoridades administrativas, ao mesmo tempo que sem esses grupos sociais não existiria tanta fortuna. Mas não apenas enquanto colônia do Império português, essa população de diferentes “cores” e “qualidades” ocupavam o imaginário dos representantes políticos e da elite dirigentes, ela também foi uma questão fundamental na constituição e consolidação do Império Brasileiro.

É nesse sentido que procuraremos identificar, para Sergipe D’el Rey, a relevância desses grupos sociais que são forjados, conforme Felte Bezerra, “atravessadas as diferentes etapas da história sergipana”, a partir do resultado do “forte caldeamento que aqui processou, em intensidade equivalente ao de tantos outros pontos do país”, inscrita na obra *Etnias Sergipanas* (1950). O autor, antropólogo importante de Sergipe, empregou conceitos da Antropologia Cultural norte-americana, utilizando especialmente das reflexões do sociólogo Donald Pierson, visando elaborar um quadro geral da história e as possibilidades de origens étnicas da população

²⁹ FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48º ed. rev. – São Paulo: Global, 2003. p.31-33

sergipana em três matrizes geradoras: os brancos, os negros e os índios.³⁰ Para Bezerra, é complexo realizar uma pesquisa sobre a “classificação racial” em Sergipe, visto que “os traços denunciadores da mestiçagem se acham bem atenuados”, pois parte da população pode ser considerada de “brancos legítimos”, se desconhecido à origem genealógica e a inexistência de caracteres anatômicos.³¹ Ainda de acordo com o autor, o desdobramento das relações e contatos de raça resultariam na “marcha para o branqueamento”.³²

Nesse sentido, nos empenharemos em refletir, através do processo de mestiçagem construído historicamente, sobre as classificações e hierarquias sociais cuja aplicação concreta em Sergipe a partir do uso de designações de cor e condição durante o passado colonial. O uso de tais designações, ao mesmo tempo que fabrica, é produzido por um “movimento hierárquico perpassado por relações de poder capazes de influenciar as relações cotidianas de indivíduos que viveram em sociedades escravistas”. Esse movimento hierárquico alcançou certo grau de “expressão em esferas da vida social, como, por exemplo, na legislação, na religião ou na política”.³³

Assim, nos valem os manuscritos, em menor escala, provenientes do Arquivo Público da Bahia (APEB) e do Arquivo Geral da Justiça do Estado de Sergipe (AGJSE). Em escala um pouco mais ampla, utilizamos os mapas de população e correspondências ao presidente de província do Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES); dos documentos que foram microfilmados do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), executado durante o projeto Resgate “Rio Branco”; e, por fim, as cartas patentes, portarias e outras correspondências que fazem parte do projeto Documentos Históricos, projeto nacional de publicação de transcrição de documentos oficiais referentes à Portugal e ao Brasil.

No primeiro capítulo da dissertação, recuperaremos, em linhas gerais, como se deu a composição das estruturas coloniais, à época da conquista colonial portuguesa, no território definido como capitania de Sergipe. Nele, buscamos conhecer as configurações sociais estabelecidas, em fins dos anos quinhentistas e no decorrer dos Seiscentos: as sesmarias e as posses das terras, os grupos humanos que garantiram, ocuparam e protegeram os espaços

³⁰ BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas: contribuição ao seu estudo*. 1ª reedição. Aracaju, Gráfica Editora J. Andrade, 1984. 189p. (Estudos Sergipanos VI). p.155

³¹ Idem, p.160

³² Idem, p.113

³³ VIANA, Larissa. *Idioma da Mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p.42

conquistados, o contingente populacional utilizado em diversas formas de trabalho, seja ele livre ou escravo e notaremos que a mestiçagem foi uma dinâmica importante nos processos de conquista, ocupação, defesa e produção colonial naquele novo território

No segundo capítulo, abordamos o crescimento econômico e populacional da capitania sergipana, com especial atenção para os mestiços, no decorrer do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Procuramos demonstrar que o sistema econômico escravista fomentava consideravelmente a dinâmica das mestiçagens, uma vez que a inserção maciça de africanos estimulava a manumissão de cativos, os intercursos afetivo-sexuais entre os grupos de diferentes qualidades e as especializações produtivas de trabalho em determinadas regiões. Além disso, iremos visualizar como autoridades administrativas lidaram, em números estatísticos, com o contingente populacional da província, mostrando como a mestiçagem traduzia-se em uma questão importante para o ordenamento social.

Por fim, no terceiro capítulo, mergulhados no contexto dos últimos anos do Brasil colonial e dos primeiros anos de Império, iremos averiguar as circunstâncias e movimentações de grupos sociais não brancos, para além das baixas camadas da população, pois alguns sujeitos acessavam posições de prestígio e poder, tornando-os distintos dos seus iguais e estabelecendo determinado controle sobre seu próprio grupo, o que acaba reconfigurando e tornando complexos os sistemas hierárquicos em épocas recuadas.

1 SERGIPE D'EL REY: OS MESTIÇOS NA CONQUISTA E POVOAMENTO.

1.1 A integração de Sergipe d'el Rey no processo colonial.

Em 1575, uma missão religiosa sob chefia do padre Gaspar Lourenço e seu colega, irmão João Salônio, partiu de Salvador em direção norte, rumo ao Rio Real, com o objetivo de doutrinar os índios de diversas aldeias, ensinando-lhes “as coisas de sua salvação”, segundo o relato do frei Inácio de Toloza à Geral da Companhia de Jesus.³⁴ De modo simultâneo, de acordo com a carta de Toloza, além de homens da fé, um capitão e alguns homens brancos foram remetidos para criar uma povoação, obedecendo às ordens do Governador-Geral Luiz de Brito. Ao chegar à barra do Rio Real, o capitão e seus acompanhantes se estabeleceram, enquanto o padre e sua comitiva foram ao encontro das aldeias.³⁵

Para Pedro Calmon, o tal capitão seria Garcia D'Ávila³⁶. Este, ligado à pecuária, obteve a responsabilidade de erigir um povoamento no Rio Real, a pedido de Luis de Brito, governador da Bahia³⁷. A escolha da localidade por Garcia D'Ávila satisfazia os seus interesses de crescimento de seus currais para a criação do gado. No entanto, a povoação estabelecida, recuada do mar e de terras apropriadas para a pecuária, falhou duplamente: não conseguiu proteger o litoral contra a presença francesa, que há muito negociava pau-brasil com os indígenas, nem reduzir os povos nativos à obediência à Coroa Portuguesa.³⁸

Na década de 1580, na Bahia inteira, ocorriam numerosas rebeliões, fugas e revoltas indígenas. O clima deixava transparecer o auge “de hostilidades recíprocas entre portugueses e ameríndios”.³⁹ Dentro desse contexto, no governo de Manuel Teles Barreto, o insucesso da primeira expedição militar em direção ao Rio Real provocou uma “guerra justa” subsidiada pelo poder régio. Além de reduzir à escravidão os indígenas que resistissem ao confronto, como

³⁴ Carta ao Geral da Companhia de Jesus, redigida por Inácio de Toloza, transcrita integralmente, Disponível em: FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 2ª ed. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977. p.71-76.

³⁵ ALVES, Francisco José. Fontes para a História de Sergipe Colonial: (séculos XVI-XVIII) / Francisco José Alves. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012. p.38

³⁶ CALMON, Pedro. História do Brasil / Pedro Calmon. – 4 ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. p.311.

³⁷ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I / Maria Thétis Nunes. 2ª ed. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p.25

³⁸ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II / Maria Thétis Nunes. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.17-18.

³⁹ VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. Cap.3; História de uma santidade. p.78

incentivo aos que pegassem em armas para debelar a resistência nativa em conluio com traficantes franceses, a realização da guerra no território que veio a ser Sergipe estenderia a colonização para lugares mais distantes.⁴⁰

A coordenação da empreitada ficou por conta do Cristóvão de Barros. Seu pai, Antônio Cardoso de Barros, era um antigo colaborador da inicial administração lusa: foi agraciado como donatário da capitania do Ceará, mas desistiu de gerir a capitania e ficou incumbido de ser o provedor-mor da fazenda em 1549, quando o Governo Geral foi instituído. Na Bahia de Todos os Santos, Cristóvão de Barros atuou como soldado. Aparece, em 1566, como capitão-mor conduzindo uma frota régia para assistir os conquistadores do Rio de Janeiro, capitania que administrou entre 1572 e 1575. Após a morte de seu pai, herda e alcança o posto de provedor-mor. Dispunha de diversas propriedades no Rio de Janeiro, Bahia e Sergipe, regiões que padeceram de suas ações militares.⁴¹

No princípio de 1590, Cristóvão de Barros e seu aparato bélico, composto por mais de 3000 homens, entre brancos, índios e mamelucos, derrotou os nativos em combate, agrupando e arregimentando 4.000 índios presos.⁴² Ao findar a guerra de conquista e estabelecer a vitória, Cristóvão de Barros, representando a União Ibérica, funda a povoação de São Cristóvão. Como consequência da “guerra justa” vitoriosa, a nomenclatura *Sergipe d’El Rey*, que compreende o território situado entre os rios Real e o São Francisco, se dá pela diferenciação com uma outra localidade baiana, chamada *Sergipe do Conde*, que fazia referência ao Engenho Sergipe.⁴³

Como se vê, as nações indígenas desempenharam um papel crucial no desenvolvimento da colonização e da conquista nas Américas. Seja na circunstância de inimigos ou aliados, os indígenas contribuíram especialmente, independente dos papéis heterogêneos adotados, na estruturação das sociedades coloniais e pós-coloniais. Os múltiplos grupos nativos do continente americano de etnias, culturas e línguas diferentes que recepcionaram os europeus das formas mais diversas, foram chamados em sua integralidade pelos homens do Velho Mundo genericamente de índios,⁴⁴ procedendo, assim, a uma primeira e arbitrária forma de

⁴⁰ FREIRE, 1977, p.80-81

⁴¹ BONFIM, Alexandre Gonçalves. As capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu: administração, direito de propriedade e poder na América portuguesa (c1530-c1630) / Alexandre Gonçalves do Bonfim. Dissertação de Mestrado. UFBA – 2016. p.174

⁴² NUNES, 2006, p.32.

⁴³ FREIRE, 1977, p.68.

⁴⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 168f. p.9

classificação. A nomeação instituiu uma realidade nova, impondo recortes que não existiam para os primeiros habitantes das Américas. Os primeiros anos de ocupação serão um período fecundo para a produção de designativos que instituirão a sociedade colonial.

Ainda no contexto de conquista e colonização, observamos a presença dos primeiros “americanos”, os mamelucos, filhos de europeus e índias que, desempenhando um papel relevante no domínio do território, colaboraram com os conquistadores. A Coroa, ao mesmo tempo que interiorizava sua presença na América, necessitava de mais gente para o trabalho e salvaguarda das posses. Os mamelucos, bem como outros povos mestiços, serão parte da solução para esse problema.⁴⁵ Não se sabe ao certo a origem do termo mameluco, bastante utilizado nas possessões portuguesas, a partir da primeira metade do século XVI. Segundo Eduardo Paiva, “mameluco” e/ou “mamaluco” equivale à palavra “mestiço”, designativo que especificava os filhos das relações entre índias e ibéricos. O emprego ampliado dessa nomenclatura se deve, ao que tudo indica, às primeiras missões jesuíticas.⁴⁶

Alguns desses homens mamelucos, por participarem de empreendimentos de conquista ou de guerra justa, também solicitaram sesmarias. O mameluco Domingos Fernandes Nobre, como veremos adiante, foi um dos que solicitaram posses para ocupação.⁴⁷ Esses homens alegavam em seus pedidos o auxílio na conquista empreendida, inclusive com seus “negros” e “escravos”, e seus esforços no povoamento de tais paragens.

Com o encargo de compartilhar sesmarias com os colonos, o Rei Felipe II faz a doação das terras que viriam a ser o território de Sergipe ao conquistador Cristóvão de Barros. As novas terras garantidas com a empresa militar foram compartilhadas e destinadas, em sua maioria, aos companheiros de guerra. Das 205 cartas de sesmarias doadas entre 1596 e 1607, apenas 5 visavam à construção de engenhos ou o cultivo da cana de açúcar. A maioria das sesmarias foram distribuídas para a pecuária e subsistência, isto é, para as “criações e mantimentos”.⁴⁸

⁴⁵ PAIVA, 2015, p.57

⁴⁶ Idem, p.186-187

⁴⁷ FREIRE, 1977, p.328-414

⁴⁸ FREIRE, 1977, p.328-414

Figura 1.1: Mapa da Capitania de Sergipe.



Fonte: Blaeu, Joan. **Praefectura de Ciriji vel Seregippe del Rey**. 1662. Disponível em: <http://www.cartografiahistorica.usp.br>

Longe da vida no litoral, a pecuária se concentrava nos sertões constituindo papel significativo na manutenção da colônia⁴⁹. Nesse sentido, as cidades litorâneas e as regiões canavieiras dependiam do sertão, a exemplo do Recôncavo baiano e de Salvador⁵⁰. Os engenhos eram providos de bois como sua força motriz e as cidades do fornecimento de carne bovina para alimentação. Nos idos de 1612, Sergipe aparecia em um relato administrativo abastecendo as capitanias da Bahia e de Pernambuco. O Sargento-mor Diogo de Campos Moreno mencionava o fornecimento de “muito gado, assim para comer, como para serviço; criam-se nestes pastos muitos bois, éguas, e bons cavalos”⁵¹. Em 1627, o Frei Vicente de Salvador

⁴⁹ PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia / Caio Prado Jr.; entrevista Fernando novais; posfácio Bernardo Ricupero. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.196

⁵⁰ SCHWARTZ, 1988, p.88-89.

⁵¹ MORENO apud NUNES, 2006, p.39

reafirmava a importância do guarnecimento de bois para os engenhos baianos e pernambucanos e para os açougues de carne.⁵²

Em relação à população que vivia na capitania e era responsável por essa produção, Luiz Mott desvela traços da vida social e do cotidiano de personagens, assentados ou de passagem por Sergipe, através das confissões e denúncias do Tribunal do Santo Ofício e das cartas de confirmação de posse sesmarial, entre os fins do século XVI e as primeiras décadas do século XVII.⁵³ No meio dos sujeitos investigados pela Inquisição, algumas trajetórias evidenciam a presença de mestiços que participaram da conquista do território sergipano e/ou foram agraciados pela concessão de sesmarias, além de gente degredada e remetida para essas paragens. Eram os primeiros “americanos”, presentes desde o início da colonização do Novo Mundo, tanto contribuindo com os conquistadores, como capazes de causar problemas às autoridades.⁵⁴

Em 29 de janeiro de 1592, o confessante João Gonçalves relatava ser natural de Ilhéus, cristão velho, solteiro, mais ou menos 20 anos, ofício de alfaiate e morador em Sergipe do Conde. Esclarecia suas experiências com mamelucos ao acompanhar Cristóvão de Barros na guerra empreendida no lugar chamado “Sergipe Novo”. Nessa circunstância, João Gonçalves participou da companhia do capitão Álvaro Rodrigues, mameluco de Cachoeira, para trazer gentios estabelecidos no sertão. Antes de partir para buscar os gentios, estando no arraial de São Cristóvão, Estácio Martins, mameluco e morador de Ilhéus lhe riscou e cortou partes de seu corpo com ferretes, como era de uso e costume dos gentios, uma vez que o riscado significava ser gentio cavaleiro e valente.⁵⁵ Além da participação de mamelucos na conquista da América, submissão dos indígenas e ampliação do poder da Coroa, o relato nos mostra que a mestiçagem, por vezes, acontecia com os brancos se misturando aos índios, assumindo modos gentílicos e desconsiderando alguns preceitos cristãos.⁵⁶

O morador de Sergipe, Domingos Fernandes Nobre, de alcunha Tomacaúna, compareceu aos representantes do Tribunal do Santo Ofício em 11 de fevereiro de 1592 para

⁵² NUNES, 2006, p.32

⁵³ MOTT, Luiz. *Vida social e cotidiano em ‘Sergipe O Novo’ à época das visitas do Santo Ofício e das cartas de sesmaria: 1591-1623*. pp.137-180 In: *Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591 – 1882*. - - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju; Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 210p. p.138

⁵⁴ PAIVA, 2015, p.52

⁵⁵ MOTT, 2008, p.155

⁵⁶ RAMINELLI, Ronald. Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização. *Revista História*, São Paulo, n.129-131, p.209-219, ago.-dez./93 a ago.-dez./94 p.215

se confessar. Informava ser cristão velho, ressaltando sua ascendência cristã e europeia, dizia ser natural de Pernambuco, mameluco, sem ofício, filho de um homem branco e de uma “negra do gentio deste Brasil”.⁵⁷ Embora acusado de ser seguidor da “erronia da Santidade”⁵⁸, declarava que tinha percorrido diversas partes do sertão à mando de algumas autoridades coloniais, para combater a “dita erronia e abusão”, mesmo que se adaptasse aos modos e costumes dos indígenas.⁵⁹ Domingos Fernandes viveu, segundo ele, boa parte da vida como homem gentio mais do que cristão. O confessante afirmava ter consumado o pecado carnal com várias mulheres por onde passou, inclusive suas afilhadas, duas gentias batizadas que se tornaram cristãs, como se não fosse pecado. Valendo-se dos usos e costumes gentílicos, Domingo “Tomacaúna” se tingia com urucum e jenipapo, utilizava penas como adereço, tocando seus instrumentos e entoando cantigas gentílicas pela língua dos da terra, para que estes o considerassem valente. Quatro anos depois de sua passagem pelo Santo Ofício, em 25/05/1596, o citado Tomacaúna e sua filha, Joana, receberam duas mil braças de terras de Diogo Quadros, capitão de Sergipe d’el Rey.⁶⁰ Certamente a utilidade de “Tomacaúna” para conquista e defesa da América Portuguesa foi considerada mais relevante do que seus desvios da fé.

Já Marcos Tavares, mameluco, 18 anos, filho de um feitor branco e uma “brasila forra”, foi acusado ao Santo Ofício de manter dezenas de cópulas com os filhos de seu amo no ano de 1586. Em 3 de julho de 1593, a Mesa Inquisitorial ponderou sobre a consumação desse “abominável pecado nefando”, atenuando a pena de Marcos Tavares por ser mameluco e por ser de menor de idade na época dos fatos. Após ser açoitado publicamente em Salvador, foi degredado em seguida para São Cristóvão⁶¹. O caso de Marcos Tavares mostra que as frentes de expansão do Império na América, regiões de fronteira, eram áreas que se beneficiariam com a presença desses sujeitos, ofensores da fé, mas uteis ao povoamento e ocupação do território.

Paralelamente, a redução do contingente de nativos era situada num cenário crescente e importante de descendentes mestiços, que configuraram papel significativo na conquista e ocupação dos territórios e das sociedades no Novo Mundo. Para Eduardo Paiva, o amálgama

⁵⁷ MOTT, 2008, p.159

⁵⁸ O rito religioso era comandado por um gentio de nome Antônio, que se criou na casa de um padre da Companhia de Jesus e depois fugiu, se dizia ser Deus e Papa, comandando a “erronia da Santidade”, com outros gentios como santos, uma gentia como mãe de Deus e outras gentias como santas. MOTT, 2008, p.160-166

⁵⁹ RAMINELLI, 1994, p.217

⁶⁰ Idem

⁶¹ Idem, p. 172-173.

biológico e cultural entre os diversos grupos humanos, associado às várias formas de sistematização do trabalho, foram condições indispensáveis para a ocupação da América.⁶² Nesse contexto, os mamelucos exerciam, em diversas oportunidades, a função de intermediários entre os indígenas e os conquistadores europeus, persuadindo ou forçando os primeiros para o trabalho, utilizando-os nas áreas agrícolas e nos engenhos. Nos momentos de questionamentos e esquecimentos temporários dos preceitos cristãos e retroação aos modos gentílicos, a Inquisição muitas vezes sentenciava os mamelucos, no Novo Mundo, com penas leves perante a dualidade e hibridização desses sujeitos, silvícolas no sertão e cristão nas vilas, ainda que as heresias relatadas nos documentos pudessem ser reprimidas duramente no Velho Mundo.⁶³

Outra passagem importante para a capitania de Sergipe, que mostra a relevância dos mestiços para conquista e ocupação, ocorreu pela exploração do território visando à descoberta de minérios. Baseado nas experiências de ouro e prata na América hispânica, a monarquia ibérica estimulou a busca de metais preciosos também em Sergipe d'el Rey. Belchior Dias Moréia, mameluco, filho da união de um fidalgo português e uma filha do Caramuru, desbravou os sertões entre a Bahia e Sergipe, entre 1594 e 1602, atrás das minas,⁶⁴ com apoio imprescindível dos índios do aldeamento de Tomar do Geru, que possuíam um conjunto de habilidades técnicas, dentre elas a agilidade de movimentar-se nas matas e o conhecimento dos cursos das águas, que possibilitavam o desbravamento dos sertões com relativa facilidade.⁶⁵ Nesse caso, Belchior Moréia, um produto das conquistas ibéricas nas Américas, tornava-se, pelas palavras de Eduardo Paiva, um “verdadeiro *passeur* entre os mundos velho e novo e entre ibéricos, índios e mestiços”.⁶⁶

Em sua solicitação de sesmária no ano de 1601, Belchior Moréia afirmou que fez guerra ao lado de Cristóvão de Barros, sempre à suas custas, empregando escravos, cavalos e armas no combate aos gentios e franceses, com “muita despesa de sua fazenda por servir a sua majestade”. Por isso, suplicava mercê de sesmarias na região do Rio Real, pois declarava ter “muita posse e quer mandar escravos e gado a povoar e cultivar terras na dita capitania”.⁶⁷

⁶² PAIVA, 2015, p.56-57

⁶³ RAMINELLI, 1994, p.213-214 e p.218

⁶⁴ NUNES, 2006, p.46-47

⁶⁵ Carta de Pedro Barbosa Leal ao Visconde de Sabugosa. S. Pedro, 22 de novembro de 1725. Apud: FREIRE, 1977, p.109

⁶⁶ PAIVA, 2015, p.61

⁶⁷ FREIRE, 1977, p.364

Com o objetivo de buscar ascensão, distinção e procurar apoio para a exploração das minas, Belchior Dias viajou para o Velho Mundo no ano de 1609, para tratar do assunto com as cortes portuguesas e castelhanas. Embora não tenha despertado atenção de imediato, o resultado de suas investidas aparece nitidamente em 1617: Felipe III, em carta ao Vice-Rei de Lisboa, solicita atenção devida à petição de Belchior Dias, “negócio que há muito tempo não tinha uma resolução”. Além da promessa de ser agraciado com a “mercê do foro de fidalgo e do título de Administrador das minas” pelo rei da Espanha, Moréia também recebeu promessa de exclusividade pelo Governador Geral do Brasil, D. Luis de Souza, do abastecimento de carne aos açougues da Cidade da Bahia.⁶⁸

Amparado pela promessa do rei e do Governador Geral, Moreia montou sua expedição em busca das minas. Porém, seus resultados tardavam a chegar e inquietaram as autoridades coloniais. Na busca por informações, Cristóvão da Rocha, casado com uma sobrinha do mameluco minerador, juntamente com o ouvidor Gaspar de Oliveira e o Capitão-mor João Mendes, seguiram ao encontro de Belchior Dias Moreia no ano de 1619. Na ocasião, o explorador se encontrava no lugar denominado Geru, numa aldeia dos índios Kiriri, onde gozava de prestígio e influência entre os nativos. As notícias quanto ao local das minas, foram frustradas por Belchior, que só as revelaria com as provisões do Reino que garantissem as vantagens oferecidas a ele. Com a correspondência oficial garantindo o seu pedido de concessões, no mesmo ano de 1619, nova expedição foi formada rumando à serra de Itabaiana, com auxílio significativo dos nativos da aldeia do Geru e com representantes do Império ultramarino. A extração de rochas não apresentou nenhum indício de metais preciosos e Belchior foi conduzido preso para a Bahia até que a Fazenda Real fosse indenizada pelo dispêndio feito com a viagem.⁶⁹ O insucesso da expedição não desestimulou outras diligências à procura das possíveis minas de prata, até mesmo de descendentes do próprio Belchior, como um homônimo seu de quem trataremos depois.

À vista dos processos de conquista, ocupação e exploração dos domínios portugueses, associados à escravidão e às diversas formas de trabalho, os contatos e fricções engendraram e fomentavam relações mais estreitas entre grupos nativos, europeus e mestiços⁷⁰. Por consequência, vários termos e designativos foram empregados cotidianamente para classificar

⁶⁸ NUNES, 2006, p.49-51

⁶⁹ Idem, p.51-54

⁷⁰ Paiva, 2015, p.192

e hierarquizar os grupos sociais no Novo Mundo, taxonomia essa derivada de um encontro de vocábulos que circulavam na África, nas Américas, no Oriente e na Europa, que configuravam o léxico americano das mestiçagens aplicados pelos ibéricos⁷¹. Esse léxico servirá como ordenador das relações sociais engendradas durante a conquista e ocupação portuguesa e será uma importante herança colonial com que o Império do Brasil terá de lidar durante a sua organização enquanto Estado Nacional.

1.2 A integração social dos mestiços pela guerra e defesa.

Entre 1637 e 1645, a capitania de Sergipe foi espaço de conflito entre holandeses e portugueses – além de indígenas, pretos, mestiçados e mercenários. Em novembro de 1637, João Maurício de Nassau encaminha a von Sckhoppe a missão de conquistar Sergipe,⁷² cuja localização, entre a capitania baiana, centro administrativo da Colônia, e Pernambuco, núcleo importante na produção do açúcar e sob domínio holandês, era estratégica. Um contemporâneo holandês à época aponta a vantagem de anexar Sergipe d’el Rey “para a defesa das nossas fronteiras, abundava de gado e dava mais de uma esperança de minas”.⁷³ Estima-se que os rebanhos em Sergipe compunham de 400 currais de gado vacum, cavalos e bestas. Além do gado, registra-se a existência de lavouras de tabaco.⁷⁴

A importância do território fez com que autoridades holandesas atacassem a cidade de Sergipe, “os engenhos dos adversários e seus pomares”. A expedição do conselheiro Gisselingh e de Sigismundo Schkoppe obrigou os colonos a se refugiar na baía de Todos os Santos. Os holandeses, “por direito de guerra, devastaram os nossos o Sergipe, para que os baianos não fossem ali abastecer-se”.⁷⁵ Não obstante a debilitação da capitania, alguns moradores continuaram a criar gado como atesta uma relação de 65 proprietários e proprietárias, donos de 94 currais, entre os rios Sergipe e São Francisco.⁷⁶ A capitania “parecia apropriada à criação do

⁷¹ Idem, p.198

⁷² BOXER, C. R. Os Holandeses no Brasil (1624-1654) – Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1961. p.120

⁷³ BARLÊU, Gaspar. O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange / Gaspar Barléu ; tradução e notas de Cláudio Brandão. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 432 p. – (Edições do Senado Federal; v. 43) p.238

⁷⁴ NUNES, 2006, p. 83 e p.149. Nunes acha provável que a contenda contra os holandeses tenha atenuado e desestabilizado o crescimento da população e economia em Sergipe.

⁷⁵ BARLÊU, p.86-151.

⁷⁶ NUNES, 2006, p.89

gado em larga escala, e capaz de suprir Recife com a carne necessária ao sustento de sua população”.⁷⁷

A colonização efetiva do território, para Nassau, asseguraria o domínio das terras como espaço de retaguarda. Sem colonos, era impossível garantir “maior resistência às províncias, diminuiriam as guarnições e trariam maior segurança à república”. Assim, entre 1642 e 1643, Nassau intentou uma rota migratória de agricultores holandeses para Alagoas e Sergipe, embora a Companhia das Índias Ocidentais não tenha atendido seu pedido.⁷⁸

Após a expulsão dos holandeses, o ritmo da expansão colonizadora foi retomado pela metrópole, seja com novas doações de sesmarias ou pela reconfirmação de posse de sesmarias antigas, entre 1650 e 1670. Nesse último caso, a reafirmação da sesmaria aconteceu por requisito de direito à herança e por debandada referente à guerra contra os holandeses. Atinente às novas doações, que poderiam estar atreladas à participação na referida guerra ou nas tropas de ordenanças, a Coroa intencionava o repovoamento das imediações de São Cristóvão e ocupação das terras nas margens do rio São Francisco.⁷⁹

Nesse momento de reocupação e salvaguarda do território, a pecuária exercia papel importante. Segundo Caio Prado, sem a criação de gado seria improvável efetivar a ocupação humana e o povoamento permanente. Para ele, o comércio e consumo de carne são motivos de uma das principais atividades coloniais, pois não se pode relegar a importância que representa para a subsistência da colônia e, por isso, não se pode ditar posição secundária à pecuária por ser um dos “mais importantes capítulos da nossa história”.⁸⁰

Em aviso ao Capitão-mor de Sergipe, em 15 de dezembro de 1663, ao atender solicitação de moradores e criadores de gado, o Governador-geral Conde Óbidos determinou a abertura de um percurso de nove léguas da “Matta de São João”. Ao concluir o empreendimento, despachou o recolhimento de uma rês por cada curral sergipano em “recompensa daquele serviço”. Moradores da capitania baiana também deveriam cumprir a determinada portaria, além da capitania de Sergipe, pois aproveitariam do mesmo caminho. O Governador-geral ordenava ao Capitão João Lobo executar a cobrança pela obrigação contraída com o Senado da Câmara da Cidade da Bahia. Ao fim e ao cabo, passava recomendação

⁷⁷ BOXER, 1961, p.150

⁷⁸ BARLÉU, p.116-204

⁷⁹ SIQUEIRA, Luís. Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey / Luís Siqueira. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 210p, 2016. p. 52-54

⁸⁰ PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 6ª edição. Editora Brasiliense, 1961, 390 f. p.182

singular: “não havendo no tal curral feitor branco que lh’a dê a tomará, diante de duas testemunhas”.⁸¹ De modo subjacente, demonstra que os afazeres na criação de gado podiam ser pertinentemente ocupados com mão-de-obra oriunda da escravidão ou dos mestiços de índios, pretos e mulatos.⁸²

Os senhores das criações de gado colaboraram com a defesa militar da capitania diante da dificuldade da metrópole de garanti-la, seja pela insuficiência de soldados ou pela morosidade do deslocamento de tropas da sede do Governo Geral. Assim, no financiamento das despesas militares da colônia, “transferiu-se não raro aos colonos os custos de sua própria defesa”.⁸³ Na medida em que tropas pagas foram remetidas para Sergipe pelo Governador Geral, os criadores de gado foram dispensados de salvaguardar o território. Mas, embora desobrigados da função de proteção territorial, contribuía através de impostos sobre a criação de gado – recolhidos pela Câmara de Vereadores – para a subsistência das tropas pagas.⁸⁴

Além da pecuária, o produto derivado da mandioca, a farinha, o “pão da terra”, fazia parte dos gêneros de primeiras necessidades e produto comercial. A princípio cultivada pelos nativos, logo foi integrada na dieta alimentar dos colonizadores como mantimento fundamental. Ao mesmo tempo, a farinha proporcionou nas localidades o assentamento dos colonos, o que garantiria também, por via de regra, o soldo das tropas militares que realizavam a defesa do território.

A alimentação e subsídio das tropas regulares eram de responsabilidade das câmaras locais, em razão da Coroa afirmar que não tinha possibilidade de sustentar financeiramente a manutenção de um exército⁸⁵. Sobre Sergipe, em 9 de junho de 1650, o Governador Geral determinava à câmara local que não faltasse mantimentos para a infantaria⁸⁶. Em se tratando da preocupação da defesa do Estado do Brasil e da política em geral, a elite, as câmaras e os governadores locais, estavam sujeitos ao governador geral para garantir, além da pontualidade

⁸¹ Portaria que se passou ao Capitão João Lobo de Mesquita, para se lhe pagar quantidade de gado. *Documentos Históricos*, vol. 7, p.130-131

⁸² PRADO JR, 1961, p.186.

⁸³ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII) / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.199

⁸⁴ SIQUEIRA, op. cit. p.54.

⁸⁵ PUNTONI, Pedro. O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial (1548-1700). São Paulo: Alameda, 2013. p. 151.

⁸⁶ SIQUEIRA, op. cit. p.60

no pagamento, a alimentação das tropas, condição indispensável para a tranquilidade da administração régia e da segurança territorial.⁸⁷

A privação desse alimento causava insegurança, devido à possibilidade de soldados das tropas pagas ficarem insatisfeitos e considerarem a deserção como alternativa. Por diversas vezes, apreensivos com os distúrbios sociais e políticos que o desprovisionamento de farinha seria capaz de provocar, autoridades locais e a Coroa procuraram em algumas circunstâncias, no decorrer do período colonial e adentrando o Brasil Império, garantir uma oferta conveniente de gêneros alimentícios⁸⁸.

Em 1657, surge um conflito entre os poderes locais e as instâncias superiores. A câmara informa ao Governador Geral que a infantaria não receberia farinha, na medida em que os cultivadores não plantaram suas roças. Em resposta, o Conde de Atouguia reprovava a ambição do “povo” ao preferir cultivar o tabaco. Nesse momento, fica compreensível as relações entre a demanda local pelo mantimento e a demanda de exportação com o tabaco, relação essa, ao mesmo tempo, conflituosa e complementar. Conflituosa porque a demanda de exportação suprimia os braços das roças, complementar uma vez que a farinha garantia a alimentação básica dos próprios cultivadores de tabaco.

Demonstrando preocupação com um dos mantimentos de primeira necessidade, elemento importante para a harmonia e tranquilidade entre os colonos e a segurança da localidade, o Governador Geral exigia que a população fosse obrigada a repassar farinha. Caso descumprisse as ordens, o desembargador Bento Rebello seria responsável por remeter os transgressores, com suas mulheres e filhos, para a cadeia de Salvador.⁸⁹ A determinação pretendia regularizar os produtores de farinha, que não podia ser desprezada pela sua importância vital.

Assim, o processo de defesa de Sergipe d’el Rey estava inserido em meio a preocupação com as atividades produtivas. O soldo das tropas pagas seria recolhido pela Câmara de vereadores junto à população e a necessidade de alimentar e abastecer as tropas também era local. A defesa militar era imprescindível para a metrópole, visto que os territórios ocupados por seus colonos poderiam ser frequentados por povos europeus inimigos, como a recente

⁸⁷ HESPANHA, 2001, p.174-178

⁸⁸ BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.105

⁸⁹ SIQUEIRA op. cit. p. 61

investida holandesa demonstrou, ou antagonistas internos, como os nativos indígenas ou os escravos arranchados nos quilombos derivados do embate entre portugueses e holandeses.

A partir de 1640, após a Restauração Portuguesa, os corpos militares não se limitariam somente às tropas pagas e regulares, mas incluiriam também as tropas auxiliares, de ordenanças pedestres e homens-do-mato.⁹⁰ As vagas das Companhias de Ordenanças seriam entregues “as pessoas mais nobres, ricas”, capazes de exercer determinada função. A vacância nos Regimentos de Auxiliares e Ordenanças deveria ser informada ao Governo, como também o sistema de tais regimentos, e ao mesmo tempo que fosse enviado uma lista de sujeitos “beneméritos” ou “muitos dignos” para ocuparem os postos. Dessa forma, o governador geral enviaria “as patentes como me parecer mais justo”.⁹¹ Assim, as ordenanças garantiam a presença da administração colonial nas áreas mais distantes às custas dos próprios colonos, que, em troca, conservando seus interesses, obtinham alguma porção de poder.⁹²

Nessa conjuntura, a conquista e manutenção da Capitania de Sergipe (do Estado do Brasil, de modo geral) não seria possível sem a arregimentação de homens não-brancos. Esses homens eram incorporados em organizações militares que tinham funções práticas bem definidas: lutar contra os estrangeiros, índios bravos e quilombos. Mas também tinham funções simbólicas, visto que a) ao criar os postos de oficiais, escolhia-se os “melhores”, na ótica da colonização, dentre os grupos subalternos e os colocavam como agentes da ordem sobre seus próprios grupos e b) reforçava as hierarquias sociais criando distinções nos grupos, uma vez que uma patente era uma forma de prestígio, como veremos adiante.

Na defesa dos territórios luso-americanos, os homens não brancos figuravam como forças auxiliares e aliados. Índios, pretos, pardos, mamelucos e mulatos foram incorporados em unidades militares, quer em grupos específicos ou misturados entre os portugueses. Parte desse protagonismo pode ser remontado a partir do contexto das guerras luso-holandesas, travadas na Capitania de Pernambuco, com os Terços de Camarão e do Henrique Dias.⁹³ Companhias militares provisórias formadas por índios, pretos e pardos, nas capitanias baiana e

⁹⁰ COTTA, Francis Albert. O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa, In: Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005, Lisboa. Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005. p. 4

⁹¹ Instrução que levou o Capitão-mor João de Munhós que foi para a Capitania de Sergipe del-Rei. *Documentos Históricos*, vol. 4, p.196-199

⁹² SALGADO, Graça. (org.). Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.110-111

⁹³ RAMINELLI, Ronald. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p.135-205

pernambucana, fundamentais na proteção contra invasores estrangeiros, foram institucionalizadas no decorrer da segunda metade do século XVII, para debelar índios de “nações barbaras” e negros fugidos nos “mocambos”, reputados como inimigos internos, nas vastas paragens da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande e em Sergipe.⁹⁴

Ao decair o emprego da mão-de-obra indígena, aumentou exponencialmente a entrada compulsória de africanos, principalmente a partir do século XVII. A africanização da força de trabalho causava grande repercussão socioeconômica, cultural e política, provocando alterações consideráveis na organização das unidades de trabalho, nas estruturas administrativas coloniais, e nos índices demográficos das regiões.⁹⁵ Os números do tráfico revelam um impacto demográfico significativo, com 35.000 a 50.000 escravos africanos desembarcados na segunda metade do século XVI.⁹⁶ Assim, as ações de cunho militar tentavam garantir o controle desse contingente populacional e preservar a tranquilidade pública na América portuguesa. Por isso, era necessário combater os mocambos desenvolvidos no processo de guerra entre holandeses e portugueses, dados como preocupações constantes. Por exemplo, ao assumir o posto de Capitão-mor das entradas dos Mocambos, em 14 de maio de 1653, o até então Sargento-mor Diogo de Oliveira Serpa foi designado como superior a todos os Capitães do Campo, com a finalidade de extinguir “eficazmente as povoações dos negros fugidos”, acabando com a “esperança que nelles tem dessa liberdade” e garantindo a conservação das “fazendas” e engenhos. Sendo assim, para alcançar o devido propósito, “todos os Capitães do Campo, Aldeias, mestiços, e mais Índios, e gente que costuma fazer semelhantes entradas estarão as suas ordens”.⁹⁷

Em 22 de janeiro de 1662, O Governador Geral do Brasil, Francisco Barretto, ordenou a um cabo de nome não mencionado que, pela “confiança que faço da sua experiência”, conduzisse os índios da aldeia “Saguippe”, marchasse com cinco mulatos e mestiços que lhes foi entregues da cadeia, e com mestiços, mulatos e mamelucos que encontrasse no caminho, e que o pudessem acompanhar, ao encontro do Capitão-Mor de Sergipe, Francisco de Brá, no combate aos mocambos. O mesmo cabo entregaria uma carta para que o capitão-mor angariasse 40 homens bem armados, fornecimento de munições e mantimentos para a entrada dos

⁹⁴ SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder* (São Paulo, 1797-1831). Tese de doutorado. São Paulo, 2018, 520 f. p.58-60

⁹⁵ Idem, p.92

⁹⁶ PAIVA, 2015, p.89-90

⁹⁷ Carta patente do cargo de Capitão-mor das Entradas dos Mocambos, na pessoa do Sargento-mor Diogo de Oliveira Serpa. *Documentos Históricos*, vol. 31, p.125-127

mocambos.⁹⁸ Ora, vemos aqui que, depois de úteis na conquista e organizados em terços na guerra contra os holandeses, os mestiços permanecem sendo sujeitos essenciais na formação territorial de Sergipe na luta contra os quilombos, auxiliando, assim, na preservação do espaço político colonial.

Diversas portarias e provisões seriam expedidas no combate aos mocambos, afim da tranquilidade e sossego público para os moradores da capitania. Dessa forma, em 13 de outubro do ano de 1663, o Conde de Óbidos, governador geral, diante das queixas de moradores da capitania sobre os “mocambos de negros fugidos que havia por aquellas partes, de que resultava grande prejuízo aos gados e lavouras”, enviava o Capitão de Campo, Simão Fernandes Madeira. Sua incumbência era destruir “totalmente as povoações, e prisionando todos os escravos que as habitam”, levando-os para a cadeia da Bahia, onde seriam entregues aos seus donos após pagarem os custos da expedição. Sobre os mantimentos e tudo o que fosse conveniente, o Capitão-mor deveria garantir assistência ao Capitão do Campo, seja “tomar pelos curraes” ou por onde passasse.⁹⁹ Ainda, em 20 de dezembro do ano de 1668, o “Capitão da gente preta”, Agostinho da Silva Bezerra veio para capitania sergipana marchando com 14 soldados pretos, a mando do governador Alexandre de Souza Freire, fazer uma entrada “em algum Mocambo, de que tenha notícia, e que possa desbaratar e prisionar a gente”. Transportando para a cidade da Bahia “todos os escravos, e escravas, e crias que tomar”, observando que não descaminhasse nenhuma “peça” ou “cria”. No remate da provisão, o governador reivindicava “que os Capitães e pessoas por cujos districtos e fazendas ou curraes for passando lhe dêem o favor que houver mister”.¹⁰⁰

Para proporcionar uma ação mais decisiva de salvaguarda, a Companhia de Homens Pardos foi criada em 18 de dezembro do ano de 1674. Para a segurança das propriedades dos moradores de Sergipe, tornou-se apropriado criar “uma Companhia de todos os mulatos forros

⁹⁸ “Ordem para o cabo, que vae aos Mocambos da Capitania de Sergippe Del-Rei, da gente que se lhe há de dar para isso, e do que há de seguir”. *Documentos Históricos*, vol. 7, p.75-76

⁹⁹ Portaria que se passou a Simão Fernandes Madeira Capitão do Campo para ir aos Mocambos da Tabayana e Seregippe Del-Rei. *Documentos Históricos*, vol. 7, p.122-123. Em 18 de julho de 1671, Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça instruía o capitão-mor de Sergipe, João Munhoz, e lhe era encarregado por Sua Alteza que se fizesse “guerra aos negros que estão fugidos no mocambo de que costuma haver algumas queixas”. O mesmo capitão-mor informaria a quantidade de escravos fugidos capturados e aqueles que fossem dos moradores da capitania fosse entregue aos seus donos após o pagamento dos impostos. E os escravos que fossem da Cidade da Bahia fossem conduzidos e transportados de modo seguro para a referida urbe. *Documentos Históricos*, vol. 4, p.196-199

¹⁰⁰ Portaria que se passou para Agostinho da Silva Capitão da gente preta ir á Capitania de Serigippe Del-Rei ao Mocambo, *Documentos Históricos*, vol. 7, p.385-386

que há na cidade, e Districto de toda aquella Capitania”. A responsabilidade da dita companhia centrava nas entradas contra os mocambos, livrando “os caminhos de muitos negros que andam fugidos, fazendo nelles vários roubos, e delictos”. Além disso, a companhia serviria para combater qualquer inimigo se apresentasse na capitania.¹⁰¹

O cargo de capitão dos homens pardos necessitaria de uma “pessoa de valor, e muita experiência dos mattos, e campos” da referida capitania, no qual concorria Francisco de Barros, “homem pardo forro, e afazendado”, residente nas imediações da localidade denominada Lagarto. Homem que serviu à Coroa nas guerras de Pernambuco “com honrado procedimento” observado na companhia que assentou. Por isso, “os mulatos forros”, contingente considerável na capitania, e os oficiais da Câmara da Cidade de São Cristóvão, pediram que o mencionado Barros tornasse Capitão. Ao assumir a companhia, Francisco de Barros gozaria de honras e privilégios, deveria ser respeitado e reconhecido pelos Oficiais e soldados, Maiores e Menores de Guerra, de Ordenanças.¹⁰²

A companhia conservava a ordem, a tranquilidade e o sossego público ao combater inimigos internos e externos, e tais tropas já tinham demonstrado suas credenciais na guerra contra os holandeses nas capitanias da Bahia e Pernambuco. Além disso, os oficiais poderiam controlar e subordinar os soldados recrutados entre pardos, pretos e indígenas, atenuando tensões e controlando eficazmente um contingente apreciável de homens mestiços que incrementava a configuração social da América portuguesa.¹⁰³ Dessa maneira, essas formas coloniais de organização militar, não só garantiam a defesa do estatuto colonial frente inimigos (como quilombos, índios bravios e estrangeiros), mas também apelavam à ordem e hierarquia entre os próprios mestiços, regulando os comportamentos de tais homens seja pela força ou preeminência moral que detinham os seus oficiais, ou pelo exemplo e possibilidades de distinção que representavam.

Por ser de suma importância, o combate aos mocambos delineava preocupações militares, haja vista uma companhia específica para determinado fim, sob comando de um Capitão mor das Entradas e Mocambos. O posto deveria ser entregue para uma pessoa “que tenha todas as qualidades necessárias” para que fosse exercido. Depois de ter sucesso ao

¹⁰¹ Patente de Capitão da Companhia dos Homens pardos da Capitania de Sergipe del-Rei provida na pessoa de Francisco de Barros. *Documentos Históricos*, vol. 12, p.342-344

¹⁰² Idem

¹⁰³ SILVA, L. G. G. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*, v. 2, n. 169, 2013. pp.135-140

conquistar as “Nações Barbaras” que circundavam o Recôncavo da Cidade da Bahia e a Vila do Cairu, o governador geral do Brasil se concentrava a fazer guerra aos mocambos das capitanias da Bahia e de Sergipe, levando em conta os “latrocínios e mortes que cometem, como pelo prejuízo dos escravos que para eles fogem, com os quaes se lhes aumenta o numero, e diminue a seus donos o cabedal”.¹⁰⁴ Para esse fim, em 06 de dezembro de 1674, foi designado para o cargo de Capitão mor das Entradas e Mocambos o Sargento Maior Belchior Fonseca Saraiva Dias, descendente do mameluco e explorador mineral Belchior Dias Moreira. O Sargento Maior Belchior Saraiva Dias, assim o sabemos, era, portanto, descendente de indígenas e portugueses, mas sua origem mestiça não é mencionada nas fontes. Pelo contrário, seu valor como súdito é referendado pela dedicação, comprovada por promover sossego e segurança aos moradores e fazendas de Sergipe sem auxílio da Fazenda Real, isto é, às suas custas. Seu mister como Capitão-mor das Entradas e Mocambos abrangia “toda a Capitania de Sergipe del-Rei, e sertões desta Cidade desde a Torre de Garcia de Avila, até o Rio de São Francisco”.¹⁰⁵ Tratado como homem de notável qualidade nas fontes, o Sargento Maior Belchior Saraiva Dias tornou-se branco na consideração, embora fosse descendente de índios. Seus serviços à Coroa portuguesa e o seu prestígio em ocupar cargos estratégicos¹⁰⁶ ocultaram sua origem mestiça, pois não foi mencionada nos documentos, concebendo, hipoteticamente, a possibilidade de pôr em evidência sua linhagem europeia, fidalga e cristã.¹⁰⁷ Esse processo não era exclusivo da América portuguesa, uma vez que, na América espanhola, em muitas situações se fazia alusão a origem, condição e a capacidade em algum ofício, excluindo o critério da cor da pele ou qualidade, como afirma Maria Elisa Velázquez.¹⁰⁸

O Sargento Maior Belchior Saraiva Dias ecoava seu antepassado mameluco e também afiançou-se numa aliança com os índios de Sergipe, especialmente os da aldeia do Geru, antigo

¹⁰⁴ Patente do posto do Capitão-mor das entradas dos Mocambos da capitania de Sergipe del-Rei provido em Belchior da Fonseca Saraiva Dias Morca. *Documentos Históricos*, vol. 12, p.338-340.

¹⁰⁵ Idem

¹⁰⁶ Menos de dois meses depois de sua nomeação, no dia 22 de janeiro de 1675, do Sargento Maior Belchior Fonseca Saraiva recomendou a patente de Capitão-mor das entradas dos Mocambos a Pedro de Carvalho que adquiriu patente “por ser muito pratico nos Sertões, e ter muita experiência da guerra que se lhe costumava fazer”. Sendo assim, os Cabos, soldados brancos, “Índios, e Mamalucos, e Negros de que constar a Tropa que lhe for encarregada, lhe obedeçam pontualmente, como são obrigados”. Carta patente de capitão de uma das tropas do Capitão-mor das Entradas dos Mocambos, provida em Pedro Carvalho. *Documentos Históricos*, vol. 12, p.387-388

¹⁰⁷ PAIVA, 2015, p.59

¹⁰⁸ GUTIÉRREZ. Maria Elisa Velázquez. Calidades, castas y razas en el México virreinal: el uso de categorías y clasificaciones de las poblaciones de origen africano. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, PUC-RS, v.44, n.3, p.435-446, set.-dez.2018. p.441

polo de poder de seu ascendente. Era preciso um conjunto de habilidades para guerrear nas matas fechadas, ter conhecimento apurado do território e recursos suficientes para realizar tal empreitada. Por essa razão, no reconhecimento e defesa da colônia, a utilização de índios se tornava indispensável.¹⁰⁹ Em sua dissertação, Ane Mecnas, ao analisar o Catecismo e a Gramática da Língua Kiriri, desenvolvida pelo inaciano Luiz Mamiani, na capitania de Sergipe, demonstra a participação e arregimentação indígena nas tropas militares, principalmente em batalhas contra índios de outras regiões e mocambos por diversas vezes.¹¹⁰ Belchior Fonseca Saraiva Dias, ao que tudo indica, era capaz de acessar esse valioso recurso e cultivou influência sobre aldeia indígena do Geru, assim como seu ascendente anteriormente citado, o mameluco Belchior Dias Moreira.¹¹¹

O recrutamento de homens considerados criminosos ou vadios também correspondia a uma das atribuições dos capitães. Além de garantir o sossego da localidade, diminuía o desprovido de marinheiros. Para alcançar uma lista da nau da Índia¹¹², João Munhós foi responsável de recrutar marinheiros. Em 1674, ao enviar um rol de homens ao governador geral, recebeu como resposta que, especificamente, o único mestiço que se encontrava na listagem deveria ser utilizado nas fazendas de gado.¹¹³ Em 1676, a mesma reclamação foi reiterada quando foram remetidos novos recrutas provenientes dos mocambos para a Nau da Índia. A associação entre mestiço e peão feita pelo governador geral devia repercutir o uso desses homens e seus antepassados indígenas no trabalho com o gado desde as épocas iniciais da colonização de Sergipe.

¹⁰⁹ SIQUEIRA, op. cit. p.96

¹¹⁰ SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. Conquistas da fé na gentildade brasílica: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758) / Ane Luíse Silva Mecnas Santos – João Pessoa, 2011. 167f. p.65-69

¹¹¹ NUNES, 1989, op. cit. p.45-63

¹¹² SILVA, Luiz Geraldo. Vicissitudes de um império oceânico: o recrutamento das gentes do mar na América portuguesa (séculos XVII e XVIII). Revista Navigator, v. 3, 2007. p. 35. Percorria uma viagem entre Lisboa a Índia, com a duração de aproximadamente um ano e meio, contando com a ida e a volta.

¹¹³ SIQUEIRA, op.cit. p.171-172

2 CRESCIMENTO ESCRAVISTA E MISTIÇAGEM DA POPULAÇÃO

2.1 Expansão econômica pela ligação com os mercados mundiais

A presença de mestiços da mais variada origem e qualidade pode ser facilmente visualizada nas ações de conquista, conservação e defesa do território de Sergipe. Esses grupos foram fundamentais na luta contra os indígenas, contra os holandeses e contra os quilombos. Sua organização em tropas proporcionou a ordem necessária para o aproveitamento econômico da capitania de Sergipe, o que se consolidou com a ligação de sua produção ao mercado atlântico.

Ao que tudo indica, uma atividade que se desenvolveu na capitania de Sergipe, posterior à expulsão dos holandeses, foi o cultivo do tabaco. De acordo com Antonil, o tabaco “folha antes desprezada, e quase desconhecida, tem dado e dá grandes cabedais aos moradores do brasil e incriveis emolumentos aos erários”.¹¹⁴ Para Antonil, o tabaco tem feito o Brasil “muito mais afamado em todas as quatro partes do mundo, nas quais hoje tanto se deseja, e com tantas diligências e por qualquer via se procura”,¹¹⁵ em detrimento do açúcar que era produto afamado e restrito aos reinos e províncias da Europa. Além disso, não necessitava de grandes cabedais para a atividade produtiva fumageira, somente uma série de cuidados.

O Conde de Atouguia, em 1657, em correspondência enviada ao desembargador Bento Rebello, responsável por Sergipe d’el Rey, desaprovava a ambição dos cultivadores do tabaco diante do déficit alimentício¹¹⁶. Ou seja, reprovava que os produtores deixassem de cumprir obrigações com o plantio de roças. Tal medida poderia causar desequilíbrio na capitania devido ao recolhimento de impostos dos gêneros alimentícios, tendo em vista que este era utilizado para o pagamento do soldo das tropas pagas. Para além dos moradores, o Conde relatava que alguns soldados entravam no contrabando da atividade fumageira.

Os rolos de fumo eram negociados através do porto da Bahia, seguindo para Lisboa, sendo redistribuído para diversos lugares. De modo geral, o tabaco desempenhava, devido à escassez de moeda corrente, função de garantia do recolhimento de impostos, demonstrando que o tabaco era relevante para as exportações de Sergipe d’el Rey, como para a colônia e

¹¹⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo horizonte, São Paulo: Ed. Itatiaia/ Ed. Universidade de São Paulo, 1982 p.149

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ SIQUEIRA, op. Cit. p.56

metrópole na obtenção de recursos.¹¹⁷ Para se ter uma noção do montante de produção do tabaco, em 15 de julho 1666, na portaria que se passou sobre o produto, a capitania de Sergipe tinha como obrigação em impostos a quantidade de mil arrobas de tabaco fino, pois seria utilizado para o dote da “Serenissima Rainha da Gram Bretanha e paz de Hollanda.”¹¹⁸ Nos anos de 1680, conforme circular do Conselho Ultramarino, cada embarcação com direção à Portugal transportava entre 20 e 22 mil rolos de fumo, demonstrando a robustez da produção na capitania.¹¹⁹

Posteriormente, em 08 de fevereiro de 1682, o Governador-Geral Roque da Costa Barreto cobrava da Câmara de Sergipe “a finta do donativo real que se está devendo nessa Capitania”, porquê “não têm Vossas Mercês escusa alguma que dar”, pois o tabaco era vendido por preços vultosos e era “a maior lavoura” de Sergipe, sendo o dito donativo entregue ao tesoureiro Antonio de Azevedo Moreira.¹²⁰ Datada do mesmo dia, expediu correspondência ao Capitão-mor de Sergipe informando o que se passou aos oficiais da Câmara, que os ajudassem no que fosse necessário para cumprir a obrigação do donativo.¹²¹

A produção do tabaco foi imponente na capitania em fins do século XVII e uma atividade capaz de empregar homens brancos e mestiços na sua produção e comércio. Como consta de um notícia oferecida pelo governo da Bahia ao Concelho Ultramarino, “depois que se estancou tabaco neste Reino se tirou muita gente branca desta lavoura pela considerável perda que recebiam com a cultura deste gênero [...] não havendo de presente lançadores para os ramos de Sergipe d’El-Rei nem da Cachoeira que costumavam ser os de maior valia”.¹²² Ora, se “lançadores brancos” foram um grupo especificamente prejudicado pelas restrições da metrópole, podemos inferir que não seria incomum ou surpresa encontrar mestiçados envolvidos na produção e comércio do fumo.

Ao longo da primeira metade do século XVIII, apesar dos conflitos entre ouvidores e capitães-mores, Sergipe despontava com crescimento populacional em suas novas vilas, vivenciando um período de reordenamento econômico e consolidando sua organização

¹¹⁷ Ibidem, p.57

¹¹⁸ Portaria que se passou sobre o tabaco. *Documentos Históricos*, vol. 7, p.258-260

¹¹⁹ SIQUEIRA, 2016 p.58

¹²⁰ Carta para os Officiaes da Camara da Capitania de Sergipe del-Rei sobre a cobrança do donativo. *Documentos Históricos*, vol.9, p.94-95

¹²¹ Carta para o capitão-mor da Capitania de Sergipe del-Rei Manuel de Abreu Soares sobre a cobrança do donativo real. *Documentos Históricos*, vol. 9, p.95

¹²² *Documentos Históricos*, vol. LXXXVIII (88), p.185-186

produtiva. A vila de Lagarto, com especial destaque, revelava seus campos pródigos de tabaco e sua produção fumageira foi impulsionado na capitania.¹²³ Nesse momento, o conselho ultramarino estabelecia o encolhimento de isenções, maior controle das exportações e enfrentamento ao contrabando. Os conselheiros reclamavam da liberdade daqueles que comercializavam o produto, na medida em que a escassez do tabaco prejudicava a obtenção de escravos na costa da Mina, tendo em vista apreciação do produto por algumas partes do continente africano.¹²⁴ No entanto, no decorrer do século, o tabaco perde sua participação significativa na economia sergipana, pela escalada produtiva de açúcar ou pelo vigoroso cultivo de gêneros alimentícios, especialmente a mandioca.¹²⁵

Na primeira metade do XVIII, a economia de Sergipe também se consolida como exportadora de alimentos, acompanhando a fase de expansão interna da colonização com a mineração e as lutas contra indígenas. As retaliações aos plantadores de mandioca, em conjunto com as provisões determinando o cultivo da raiz pelos plantadores de cana, dão medida da preocupação das autoridades com a produção de alimentos. Junto com incentivos de venda e ações coercitivas do governo, a produção de farinha voltou a crescer, chegando a satisfazer pedidos de remessa de outras capitanias, na segunda metade seiscentista, seja para alimentação de tropas pernambucanas que estavam em direção ao Rio São Francisco, seja para suprir de farinha – além de milho, feijão e arroz - os sertanistas (paulistas) que guerreavam contra os índios, na “guerra dos bárbaros”.¹²⁶ Farinha e feijão saíam dos portos de Santa Luzia do Itanhhy seguindo o curso do Rio Real e do porto da Cotinguiba em embarcações que zarpavam para a Bahia, e de lá seguiam para outras regiões necessitadas. No período setecentista, Sergipe além de abastecer capitanias limítrofes com sua produção de gêneros alimentícios, amparava outras localidades, a exemplo dos soldados da Nova Colônia, sul da América Portuguesa, obedecendo ao governador geral Dom Rodrigo da Costa, suprindo de uma quantidade de de milho, feijão e arroz e, ainda no ano de 1704, enviando 2.000 alqueires de farinha para a mesma região.¹²⁷

¹²³ MENEZES, Wanderlei de Oliveira. *Ordem e transgressão em Sergipe d’El Rei: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808)*. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. p.22

¹²⁴ SIQUEIRA, p.59

¹²⁵ SANTOS, Joceneide Cunha. *Negros(as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835)* / Joceneide Cunha dos Santos. – Salvador, 2014. 314p. (tese de doutorado) p.82-87; NUNES, p.150-151

¹²⁶ SIQUEIRA, p.62

¹²⁷ Idem, p.63

Na década de 1720, o comércio da farinha, gênero de primeira necessidade, encontrava-se estabelecido na capitania sergipana. Assim, a execução do controle do produto se intensificou, inclusive uma fiscalização vigorosa sobre os mestres das embarcações que conduziam o produto para a Bahia, os quais, sem o devido visto da secretaria, deveriam ser remetidos presos. Além de atravessadores, secas frequentes exerciam influência na venda do gênero alimentício, ocasionando, muita das vezes, escassez do produto e suscitando preços elevados. Com relação ao primeiro transtorno, na tentativa de barrar os intermediários, o governador geral desautorizava a prática dos atravessadores implicados no comércio do artigo, exceto mediante autorização do mesmo governador. A título de exemplo, João Ferreira de Sousa conseguiu autorização para obter 800 alqueires de farinha e levar para a Costa da Mina. Em relação ao segundo problema, as secas, o governador geral podia eximir os produtores da localidade de exportar a farinha, tendo em vista a possibilidade de surgir tumultos, a exemplo do que ocorreu em Santo Amaro das Grotas na falta de alimento para oficiais. Para além do controle e fiscalização da circulação da farinha, a regulação do preço experimentava da intervenção das autoridades. A fixação de preços nem sempre agradava os plantadores de mandioca que, caso não cumprissem as instruções, poderiam ser presos. O inverso também poderia acontecer, com a suspensão dos preços determinados em algumas circunstâncias, tendo como objetivo o sumiço da escassez.¹²⁸

A vila de Santa Luzia, principal região de cultivo da mandioca, recebeu ordens do Conde de Valença, em 1781, impondo aos lavradores o plantio de 500 covas de mandioca por cativo. Aos senhores de engenho e lavradores de cana, para o sustento de casa e família, também determinavam o plantio de mandioca para a obtenção da farinha, ao mesmo tempo que ordenava os novos lavradores de canas, antes lavradores de mandioca, retornar ao cultivo interior. Esse caso é indicativo das relações tanto conflituosas quanto complementares com a economia de exportação dominante.

Apesar de menções incipientes na historiografia sergipana, o sal é apresentado como artigo importante e comercializável em Sergipe. Em 1707, o governador geral, Luís Cesar de Meneses, solicita até duas sumacas de sal para comercializar como povo da cidade da Bahia, por ter conhecimento de salinas na região sergipana. Além da Bahia, o produto era remetido para o guarnecimento das capitanias do Rio de Janeiro e ilhas dos distritos da parte do sul. O

¹²⁸ Idem

suprimento de sal feito por Sergipe para outras capitanias, chegou a ser mencionado por Dom João, em setembro de 1808, tendo em conta a deficiência desse produto pela falta de comunicação com Portugal.

Como elemento de riqueza, a criação de gado permaneceu até meados do século XVIII como principal atividade econômica. Posteriormente, a pecuária passa para uma posição secundária, tendo em conta a introdução do cultivo da cana de açúcar e a instalação de engenhos. Alguns senhores de gado, nesse período transitório, se aventuraram no complexo açucareiro.

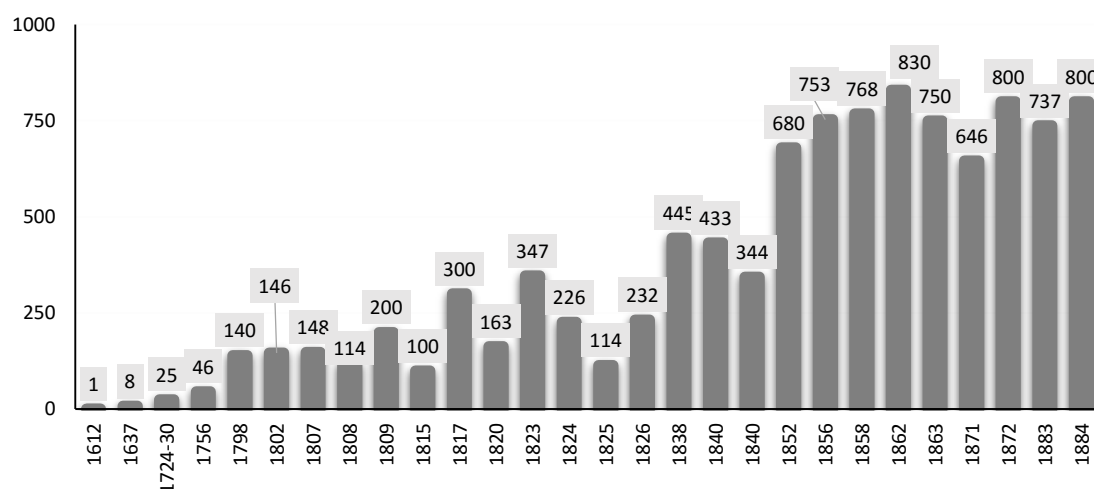
A segunda metade do século XVIII é abordada nos trabalhos clássicos de Felisbelo Freire e Maria Thétis Nunes como um intervalo de contradições: politicamente atrasado, tendo em vista a subalternidade administrativa à capitania da Bahia, a partir de 1763, mas próspero economicamente. Nesse momento, a capitania de Sergipe de El Rey compreendia todo o Sertão de baixo, abraçando sete freguesias com os seus fogos e almas. Em janeiro de 1775, num levantamento feito por todas as freguesias que pertenciam ao Arcebispado da Bahia, com a distinção de comarcas e vilas, à procura de gente para o serviço da Majestade, o território sergipano configurava-se com a criação de todo tipo de gado no “interior do continente” e os moradores que habitam próximos à marinha e margens dos rios se empregavam no cultivo de mandioca e “todo o gênero de legumes com que fornecem esta cidade que sem elas não pode subsistir”. Se empenhavam também “na fabrica de alguns engenhos”. Por fim, a listagem sugere não recrutar nenhum sujeito da capitania, exceto “alguns vadios e vagabundos por ser esta gente permissiva”.¹²⁹

O açúcar foi produto expressivo que se constituiu como mercadoria importante no comércio, interno e externo, e utilizado como moeda para pagamento de impostos da capitania de Sergipe. As informações que os documentos nos trazem sobre a expansão açucareira e dos engenhos não são de todo fidedignos. Existem inconstâncias significativas entre uma fonte e outra. Segundo Luís Siqueira, em livros de notas do século XVII, alguns registros de vendas de terras trazem indícios de plantações de canas. Em referência ao ano de 1687, uma portaria fazia menção a pesagem do açúcar nos trapiches. Já, na década de 1660, a Coroa portuguesa analisava a possibilidade de inserir a produção de aguardente, o que confere existência de unidades produtivas canavieiras. Não obstante, é difícil indicar onde principiou no século XVII,

¹²⁹ AHU_ACL_CU_005, Cx. 47, doc. 8745 Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807).

a fabricação açucareira. O mais amplo levantamento do número de engenhos da capitania foi realizado por Luís Mott, mas, dada a variação de seus dados, podemos aventar que nem todo equipamento que um observador, censor ou burocrata concebeu como engenho foi reputado da mesma forma pelo seguinte. Uma outra possibilidade é que relatos de autoridades locais “por ouvi dizer” e “por ser público e notório” tenham sido aproveitados como subsídio aos que escreveram sobre o panorama sergipano.

Figura 2.1: Evolução do número de engenhos em Sergipe



Fonte: ALMEIDA, 1984, p.109; MOTT, 1986, p.145-146, a partir de documentação diversa.

A reunião de menções ao número de engenhos da Comarca e posterior Província mostra inclinação de crescimento desde os fins do século XVIII, pois mais que triplica a quantidade de engenhos quando se compara o fim do século com o ano de 1756, trazendo evidências do desenvolvimento do complexo açucareiro. A consolidação se apresenta entre 1825 e 1850 e chega ao apogeu no terceiro quartel do século XIX, quando os dados indicam entre sete ou oito centenas de engenhos na província e uma preocupação maior no âmbito administrativo e burocrático do império brasileiro no sentido de obter informações para controle da sociedade, gerando registros censitários, estatísticos ou de outra ordem, que podem ter garantido resultados menos suspeitos e próximos à realidade.

A partir de 1750, as possessões ultramarinas do Império Português, em especial o Brasil, sob a administração de Sebastião José de Carvalho e Mello, o futuro Marquês de Pombal, passaram por transformações por meio de amplas reformas e novas diretrizes, econômicas, políticas e fiscais, modificando seu relacionamento com a metrópole. Essas intervenções buscavam o aprimoramento e modernização do Estado português. A despeito das mudanças e

reorientações inegáveis, a robustez da produção de gêneros tropicais, inclusive daqueles novos na colônia, intensificou e reforçou características elementares da economia e sociedade coloniais brasileiras.¹³⁰

Com o interesse de fortalecer a centralização do poder luso, de romper com o desequilíbrio comercial junto à Inglaterra e diminuir os laços de dependência entre as duas nações, o Marquês de Pombal procurou aperfeiçoar os procedimentos contábeis, a administração fiscal e o comércio, na tentativa de sofisticar a arrecadação tributária, expandir as receitas da Coroa portuguesa, estimular o comércio com o abandono do sistema de frotas, constituindo companhias monopolistas e, ao mesmo tempo, enfrentar o contrabando energicamente no auge da produção aurífera.¹³¹

A criação, nos portos brasileiros, das mesas de inspeção, instrumento significativo da política mercantilista da Coroa, colidiu diretamente com os interesses dos senhores de engenho, que sofreram com maior controle sobre a produção colonial. A tarefa complicada e impopular apertava o encaço dos burladores do açúcar, exigindo adequações às normas vigentes da Mesa, registrando os produtores e locais onde os açúcares eram produzidos, eliminando a adulteração das classificações de qualidade do produto.¹³² A determinação gerou descontentamentos e reprovações por parte dos senhores de engenho das capitanias de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia. Em 1753, numa representação da Câmara de Sergipe D'el Rey ao Governador Geral, os senhores argumentaram, dado o histórico de suposta penúria na capitania, sobre a pobreza que os dispêndios no registro do açúcar poderiam causá-los.¹³³ Dias depois, o Conde de Autogua levava ao Rei Dom José I a representação dos senhores de engenho, lavradores de cana e de tabaco da vilas baianas e da comarca de Sergipe contra a carestia dos “escravos e os mais generos precizos”, solicitando retornar ao “antigo costume”.¹³⁴ As petições e queixumes pouco surtiram efeito, pelo contrário, a Casa de Inspeção da Bahia, com o decorrer dos anos, ampliou seu alcance.¹³⁵

¹³⁰ SCHWARTZ, 1988, p.337

¹³¹ Idem, p.338

¹³² KIRSCHNER, Tereza Cristina. A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808). In: Biblioteca Digital Camões. Disponível: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza_cristina_kirschner.pdf. Acesso em: 04 jan. 2020.

¹³³ ANTÔNIO, 2011, p.115

¹³⁴ AHU_CU_005, Cx. 115, D. 8985 / Projeto Resgate – Bahia Avulsos (1606-1828)

¹³⁵ SCHWARTZ, 1988, p.342

Outro feito do período pombalino foi a reorganização administrativa. A Bahia, em 1763, perde o posto de sede da capital do Estado do Brasil, em reconhecimento ao contingente populacional acrescido e dinâmica econômica no sul, transformando o Rio de Janeiro em capital. A capitania baiana, anexou como compensação algumas capitanias, dentre elas a capitania de Sergipe. Com essa postura, intensificar-se-ia a ingerência baiana na administração sergipana, forçada pelas circunstâncias.¹³⁶

A despeito de todos os esforços empreendidos por Pombal, o preço e demanda das exportações brasileiras foram declinantes, num período de dificuldades econômicas em que Portugal dependia das instabilidades entre as nações europeias, para intensificar o volume e o tipo de seus gêneros tropicais. Nos intervalos em que prosperavam harmonia e tranquilidade entre as nações, o comércio brasileiro ficava quase estático e as receitas portuguesas estreitadas. Apesar de todos os incentivos, a importância das exportações brasileiras em 1777 era apenas metade do que fora em 1760. A produção aurífera, tendo atingido o auge em 1750-60, passou então a declinar persistentemente.¹³⁷

Porém, nos anos iniciais de 1790, a deflagração da revolta escrava em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas e maior produtora de açúcar e café, desestabilizou as ofertas de produtos na Europa, produzindo demandas a serem supridas e estimulando áreas produtoras antigas e incentivando novas áreas.¹³⁸ Na América Portuguesa, além dos espaços tradicionais da Bahia e Pernambuco, a indústria açucareira expandiu-se em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas e Sergipe.¹³⁹

A constituição da economia açucareira era respaldada e impulsionada pela concessão de crédito, numa sociedade em que a circulação de moedas era insuficiente.¹⁴⁰ Os senhores sergipanos conseguiram financiamento na Santa Casa de Misericórdia da Cidade da Bahia. Em estudo sobre a referida instituição, Augusto Fagundes demonstrou que existiu concessão de empréstimos aos habitantes da capitania sergipana, tendo em vista seus nomes constarem no rol de devedores. A participação de senhores estabelecidos em Sergipe na tomada de empréstimos é expressiva, haja vista que supera localidades mais próximas de Salvador e de vilas com poder econômico e político, a exemplo de Cachoeira, eixo central do recôncavo baiano. Fagundes

¹³⁶ NUNES, 1996, p.33

¹³⁷ SCHWARTZ, 1988, p.343

¹³⁸ Idem

¹³⁹ ARRUDA, 1980, p.125-154; p.612-621

¹⁴⁰ SCHWARTZ, 1988, p.179

acredita que as relações financeiras entre a Santa Casa de Misericórdia e seus devedores dependia menos da proximidade geográfica à proximidade econômica-comercial entre Salvador e as cidades e vilas dos respectivos tomadores de empréstimo.¹⁴¹

O caso de Sergipe é distinto e notável. A Misericórdia da Bahia emprega um procurador na cidade de São Cristóvão para tratar dos interesses financeiros junto aos seus devedores. Os dados nos sugerem que a instituição financiou parte da produção açucareira em Sergipe que, por consequência, aumentava as chances de aquisição de mão de obra escrava para os trabalhos nos engenhos e sítios. Na relação nominal de devedores, em relação à capitania sergipana, são citados 1 senhora de engenho e 9 senhores de engenho nas regiões do porto de Garajau e da Cotinguiba.¹⁴² Boa parte desses sujeitos que utilizaram de créditos advindos da Santa Casa de Misericórdia de Salvador figuravam entre os maiores produtores de açúcar em Sergipe, competindo com alguns senhores de engenho da Bahia, no ano de 1759,¹⁴³ período de grandes vantagens no valor e produção do açúcar devido ao conflito entre França e Inglaterra.¹⁴⁴

2.2 Crescimento e diversidade populacional

A respeito do desenvolvimento da população de Sergipe, levando em consideração a coleta de dados de época, as estimativas populacionais não são de todo confiáveis e consistentes. Nessa circunstância, não é tarefa fácil descobrir o número preciso de habitantes de Sergipe Colonial e/ou Imperial. Os registros documentais populacionais, além de escassos e incompletos, apresentam divergências entre uma fonte e a outra. Os historiadores, para avaliar as variações dos habitantes em Sergipe, recorrem à documentação diversificada, em especial aquela produzida por viajantes, cronistas, vice-reis e oficiais da Câmara. Assim, podemos chegar a algumas conclusões, independentemente das divergências, grosseiras ou não, dos números apresentados nessa documentação.

Diante dos dados estatísticos a seguir enumerados e comparando-os, o crescimento populacional é notável desde o nascer do século XIX, no ano de 1802, com uma população escrava substancial contabilizada em pouco menos de 35% (19.434), ao passo que a população classificada como livre correspondia um pouco mais de 65% (36.234). Analisado o contingente em duas décadas, mais especificamente os números dos anos de 1802 e 1819, a população

¹⁴¹ SANTOS, 2013, p.119

¹⁴² Idem, p.120-162

¹⁴³ MENEZES, 2015, p.27

¹⁴⁴ SCHWARTZ, p.340

sergipana teria mais que dobrado, sendo que os designados como livres compunham aproximadamente 77% (88.783) do contingente, enquanto que os classificados como escravos por volta de 23% (26.213). Esse alto índice de crescimento demográfico, em condições normais, em razão da combinação de variáveis como alta fecundidade e baixa mortalidade, é pouco provável e indica distorção das fontes, pois tais informações estatísticas podiam ser passíveis de discrepâncias, tendo em vista que nem todos os moradores poderiam estar incorporados ali.

Quadro 2.1: Evolução populacional em Sergipe

Ano	Livres	Escravos	Total
1707	-	-	17.169
1775	-	-	16.454
1780	-	-	54.005
1802	36.234	19434	55.668
1808	-	-	72.236
1808	-	-	75.061
1815	-	-	75.669
1816	-	-	91.997
1819	88.783	26.213	114.996
1821	-	-	114.916
1823	88.000	32.000	120.000
1825	-	-	101.928
1829	-	-	140.512
1834	112.640	47.812	160.452
1837	-	-	128.000
1839	-	-	167.397
1848	134.454	-	-
1849	137.743	-	-
1850	163.696	55.924	219.620

Fonte: ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente* / Petrópolis, Vozes, 1984. p.206; MOTT, Luiz. *Sergipe del Rey; população, economia e sociedade* / Luiz Roberto de Barros Mott. Aracaju, FUNDESC, 1986. (Coleção Jackson da Silva Lima) p. 86. A partir de documentação diversa.

A população de Sergipe teve um acréscimo populacional concomitante ao desenvolvimento da indústria açucareira. Desse universo populacional, parte significativa era composta por uma gama de homens de cor livres e libertos, consequência das alforrias e das mestiçagens, que inspirou diretrizes políticas e sociais específicas para o governo dos povos. Como atesta Stuart Schwartz, o controle dessa população livre e de cor adquiriu a atenção e preocupação por parte dos senhores de engenho e autoridades, além do receio de insurgência nos planteis escravistas.¹⁴⁵

¹⁴⁵ SCHWARTZ, 1988, p.352

Publicado em livro no ano de 2000, a pesquisa de tese de livre-docência da historiadora Maria Luiza Marcílio, apresentada na USP no ano de 1974 e intitulada *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*, foi considerada por Stuart Schwartz, como um clássico secreto e pioneiro utilizando de ferramentas dos campos da Estatística e da Demografia Histórica.¹⁴⁶ A obra demonstra as implicações sociais da inserção progressiva de cativos e do incremento das populações livres de cor no crescimento populacional paulista, numa análise demográfica baseada numa fonte primária específica: as chamadas listas nominativas de habitantes. No capítulo inicial, elabora um apanhado sobre os recenseamentos na história do Brasil. Seus longos anos de trabalho exaustivo em arquivos possibilitou a sugestão de uma periodização para as fontes de natureza demográfica. Sua classificação estabelece as fases pré-estatística, proto-estatística e a era estatística. A primeira corresponde desde o início da colonização até meados do século XVIII, configurando a carência quase irrestrita de levantamentos e registros de população, embora existam cálculos rudimentares sobre a população de poucas paróquias. A fase proto-estatística, se enquadra a partir de meados do século XVIII, lapso de tempo influenciado com as orientações políticas e mercantilistas do Marquês de Pombal, até 1872, data do primeiro recenseamento nacional. Nesse período, para algumas regiões e localidades, as operações censitárias são abundantes e apreciáveis, favorecendo a reconstituição, em bases mais organizadas e científicas, da sociedade brasileira seja por províncias ou no seu conjunto, suscitando além disso, análises demográficas importantes. Por fim, a era estatística, a partir de 1872, representa os censos da população nacional, realizados de modo sistemático e periodicamente, por serviços especializados do Governo, com objetivos demográficos e relacionados à estatísticas, concentrados hoje no IBGE¹⁴⁷. A fase proto-estatística - a que nos diz respeito neste estudo - se divide em três momentos: as primeiras contagens da população do Brasil (1765 a 1797); a fase de aperfeiçoamento dos recenseamentos antigos (1797 a 1830); e, por último, fase de desorganização das estatísticas censitárias nacionais (1830 a 1872). Particularmente, a que nos interessa corresponde ao segundo momento da fase proto-estatística, época em que a Rainha D. Maria I propôs alterações importantes no processo de recenseamento da população brasileira. As novas orientações estavam subsumidas numa política mercantilista mais dinâmica, por

¹⁴⁶ Maria Luiza Marcílio foi orientada na tese de doutoramento, na Sorbonne, pelo Professor Louis Henry, o fundador da Demografia Histórica.

¹⁴⁷ MARCÍLIO, 2000, p.32

razões de melhor organizar o aparato administrativo colonial, estimular o aumento populacional e promover o desenvolvimento, ainda mais pujante, do comércio e da agricultura.¹⁴⁸

Nas primeiras décadas do século XIX, a capitania sergipana era dividida na parte administrativa e política na cidade de São Cristóvão e as suas vilas: Santa Luzia, Thomar (antiga aldeia do Geru), Vila Nova, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Nossa Senhora do Socorro. Ainda eram contabilizadas povoações de Laranjeiras e Estância, e as missões indígenas de Japarutuba, Pacatuba, São Pedro e aldeia de Água Azeda.¹⁴⁹

Os sujeitos submetidos à escravidão ou àqueles já afastados dessa condição aviltante, pardos e pretos, consideravelmente perfaziam em torno de 73% da população, enquanto que os brancos apresentavam um pouco menos que 24% do contingente; os classificados como índios se aproximavam de 3%. Os dados acima cobrem léxicos fundamentais para análise, a exemplo das condições jurídicas para pardos e pretos – ingênuo, liberto e escravo –, pois pode demonstrar dados percentuais sobre predisposição ou direcionamento da liberdade e distanciamento da escravidão entre os agrupamentos, ou se existe, em específico, determinada categoria canalizada para o cativo.

Quadro 2.2: Qualidade e números de habitantes da Capitania de Sergipe em 1802

Qualidade	Número de habitantes
Brancos	13.217
Pardos	20.849
Pretos	19.983
Índios	1.641
Total	55.600

Fonte: SANTOS, Anderson Pereira dos. Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808) / Anderson Pereira dos Santos. – UFBA, 2017. 339 f. p.128. Extraído de documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Certamente mais da metade da população da província sergipana, pelo menos nas primeiras décadas do século XIX, pertencia aos grupos de homens e mulheres livres, agregados, meeiros, rendeiros, orbitando e circulando as imediações das vilas, povoações, sítios, engenhos e outras propriedades. Possivelmente apresentando um modo de vida muito semelhante daqueles que estavam escravizados, principalmente no que se refere à dieta alimentar, ao vestuário, ao tipo de trabalho e seus diversos modos de organização. Tal população, em sua maioria não-branca, constituía, conjuntamente com a população escrava, fundamento de

¹⁴⁸ MARCÍLIO, 2000. p.38

¹⁴⁹ NUNES, 1978, p.27; MOTT, 1986, p.11-45

notáveis preocupações à elite senhorial que acusava, sobretudo, os homens de cor pela insegurança na província.¹⁵⁰

Quadro 2.3: Qualidade, condição jurídica e números de habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Cidade de Sergipe em 1802

Qualidade	Número de habitantes
Brancos	1.237
Pardos forros	1.705
Pardos escravos	503
Pretos livres	582
Pretos escravos	2.014
Índios	317
Mendigos e vadios	210
Total	6.568

Fonte: SANTOS, Anderson Pereira dos. Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808) / Anderson Pereira dos Santos. – UFBA, 2017. 339 f. p.133. Extraído de documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Sobre os dados acima, percebemos a inserção de categorias ausentes no mapa geral da capitania. A inclusão de mendigos e vadios, e das condições jurídicas entre pardos e pretos, potencializa a compreensão de uma sociedade hierarquizada, embora, provavelmente, a categoria de ingênuos esteja confundida entre livres e forros. Pardos configuravam 1/5 da população escrava e, em conjunto com os pretos escravos, representavam em torno de 39% do contingente populacional da freguesia, enquanto livres e forros perfaziam em torno de 35% dos habitantes. Isto é uma importância de cerca de três quartos da população classificados como não brancos.

A porcentagem referente aos naturais da terra, possivelmente se referia a uma “aldeia de índios domesticados”, longe 5 léguas da capital, que se chama Água Azeda. O vigário Dom Marcos Antônio, em seu manuscrito sobre a capitania de Sergipe do ano de 1808, relatava sobre a vida errante e indolência destes “selvagens”, que não estavam “civilizados” por não abraçar a “ordem civil e social” e não conheciam “as doçuras do direito de propriedade”.¹⁵¹

Dom Marcos prossegue mencionando a existência de “famílias puras”, sejam elas naturais da Europa ou seus rebentos nascidos no Brasil. Em torno de 19% da população classificada como branca era distinta “pela nobreza de seus nascimentos”, também eram

¹⁵⁰ MOTT, 1986, p.38

¹⁵¹ SOUZA, 2005, p.28

premiados com as ocupações mais nobres, a exemplo dos cargos da câmara e nos postos de ordenança. A despeito das tensões sociais, passavam “os seus dias muito satisfeitos”.¹⁵²

Quadro 2.4: Qualidade, condição jurídica e números de habitantes da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba no termo da Cidade de Sergipe em 1802.

Qualidade	Número de habitantes
Brancos	1.341
Pardos libertos	1.463
Pardos escravos	359
Pretos libertos	276
Pretos escravos	2.029
Mendigos e vadios	19
Total	5.487

Fonte: SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)** / Anderson Pereira dos Santos. – UFBA, 2017. 339 f. p.135. Extraído de documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No caso em tela, próxima a cidade de Sergipe, a próspera e florescente freguesia de Socorro também se destacava com a quantidade de gente de cor. Mais uma vez, a condição jurídica de ingênuo, nascido distanciado da escravidão, se ausenta e confundem-se com os alforriados. Os escravos perfaziam aproximadamente 44% da freguesia, enquanto que os designados como libertos compunham um pouco mais de 31% do total. Tanto na cidade como nesta freguesia, a imposição da situação jurídica-social dos habitantes nos revela que a liberdade e escravidão encontravam-se diametralmente oposta entre pardos e pretos. Os primeiros destacando-se pela liberdade, mesmo com parcela escrava, e os últimos pela escravidão, embora uma fração diminuta fosse emancipada.

A população apontada como branca constituía cerca de 25% da população da freguesia. Boa parte desses, provavelmente estabeleciam-se na pulsante povoação das Laranjeiras, que continha “seiscentos fogos ou perto de três mil pessoas”. A maior parte dos moradores dessa localidade vivia do “tráfico de vender mercadorias de Portugal e de comprar os gêneros do país para exportar para a Bahia”. Boa parte da freguesia se empregava no cultivo da mandioca, do feijão e da cana-de-açúcar, além de extrair sal marinho para uso na comarca de Sergipe e “para a metrópole da Bahia, excede a trinta mil alqueires”.¹⁵³

¹⁵² Idem, p.25

¹⁵³ SOUZA, 2005, p.29-33

Em seu relatório, o vigário Marcos Antonio de Souza dividia a população entre brancos, pretos, índios e “raças combinadas”, totalizando um contingente de 72.236 habitantes.¹⁵⁴ Ainda de acordo com o vigário, a província era povoada por “muitos europeus das províncias de Portugal”, uma parcela importante de “pretos da Guiné e maior número de Angola” chamados de “colonos” e de alguns “índios aldeados e dispersos”. Para identificar alguns sujeitos com “diversas denominações”, invocava as concepções do naturalista alemão George Marcgrave: “primeiramente habitam ali *Mozambos* ou nascidos de pais europeus. Segundo *Mamelucos*, filhos de pais europeus e mães índias. Terceiro *Mulatos*, filhos de europeus e negras. Quarto *Coribocas* nascidos de pais índios e mães negras. Quinto *Crioulos*, sendo ambos os pais negros”.¹⁵⁵

Apesar do empenho em tentar definir e classificar a população, é recorrente no texto do vigário empregar sinônimos sobre as mesclas profusas ocorridas entre os grupos segmentados (os brancos, os pretos e os índios como supostas matrizes), nas diversas vilas e freguesias de Sergipe, a exemplo das menções das “raças misturadas”, “distintas combinações”, “diversas raças”, “diversas espécies”, “pessoas de muitas variedades”, “diferentes distinções”, “diversas misturas”, “raças combinadas”.

Essa tentativa de classificar e, ao mesmo tempo, confusão em empregar determinada nomenclatura não foi exclusivo da capitania sergipana. Ao abordar o período colonial na capitania de São José do Piauí, Luiz Mott evidencia um vocabulário profuso de “qualidades” e uma dificuldade de classificação das diversas misturas ocorridas ali. Em memória manuscrita datada de 15 de junho 1772, Antônio José de Moraes Durão, ouvidor da capitania, versava sobre o Piauí em seus aspectos populacionais, estatísticos, econômicos e sociais. Em determinada parte do documento, distribuía a população em 6 categorias: brancos, mulatos, mestiços, vermelhos, mamelucos e pretos.¹⁵⁶ Ao arrolar estas categorias nos mapas que resumiam a população piauiense, o ouvidor procurava relacionar as qualidades dos sujeitos originados com as qualidades paternas e maternas, resultando numa nova qualidade ou, a depender da complexidade no grau de mestiçagem, empregar confusamente um termo guarda-chuva. O “vermelho se chama na terra a todo índio de qualquer nação que seja; mameluco ao filho de branco e índia; caful ao filho de preto e índia; mulato ao filho de branco e preta”. Os

¹⁵⁴ Idem, p.89

¹⁵⁵ Idem, p.17-18

¹⁵⁶ MOTT, Luiz R. B. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: Secretaria de Cultura do Estado do Piauí, 1975. p.19

designativos curiboca (“filho de mestiço e índio”) e cabra (“filho de preto e mulata”), cuja delimitação era apresentada, poderiam ser acomodados em uma outra expressão. O termo mestiço era designado ao sujeito que participasse de “branco, preto e índio”, mas, também poderia ser aplicado “quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas”, compreendendo ainda “os cabras e curibocas”.¹⁵⁷ Este exemplo mostra que existia uma flutuação de significados, ainda que “os significados preferenciais para os diversos termos” pudessem ser delimitados pelos dicionários ou cruzamentos de fontes, pois os termos “muitas vezes podiam ser também empregados de forma bastante ambígua, designando sucessivamente uma mesma pessoa”.¹⁵⁸

As décadas de 1820 e 1830 forneceram um material estatístico considerável de algumas vilas e freguesias de Sergipe. Realizados numa fase proto-estatística da demografia, não desempenhavam ainda objetivos abertamente demográficos, tendo por utilidades a cobrança de impostos, a ocupação do território e o recrutamento militar, em suma, questões que interessavam ao governo e necessitavam de um entendimento mínimo dos habitantes. Estas inclinações foram determinantes para o próprio desenvolvimento e consolidação da estatística, como “ciência de Estado”, esfera de ação indispensável ao Estado Moderno, apto para escolher e aferir os aspectos sociais mais notáveis para o governo dos povos.¹⁵⁹ Para tal, compreendendo e simplificando uma realidade social complexa, a ação do Estado foi decisiva ao oportunizar o trabalho de seus oficiais, convertendo-a de forma inteligível e manejável.

A noção da estatística e a produção do seu conhecimento estava vinculada à ideia de civilização. Para isso, um dos aspectos primordiais era saber a disposição dos habitantes no território. Nesse sentido, o conhecimento estatístico, de forma profunda, foi relevante na formação do Estado e na construção da nação enquanto comunidade imaginada. “A intrínseca relação entre aquele tipo de conhecimento e o Estado”, assim Ivana Stolze Lima resumiu o pensamento de Bernardo Pereira Vasconcelos, apresentador do censo da população da Corte em 1838, na qual incluía a “estadística” como indispensável. Stolze reforça a ideia ao sintetizar o pensamento do doutor Roberto Haddock Lobo, para quem a estatística como uma forma de governo: “Sua ausência expressaria ignorância e barbárie”. A ordem estatística objetiva, por

¹⁵⁷ Idem, p.22-23

¹⁵⁸ LARA, p.143

¹⁵⁹ SENRA, Nelson de Castro. Informação Estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do ‘Projeto História: 1822-2002’ no IBGE. As estatísticas brasileiras e a demografia histórica. *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Nelson de Castro Senra & Alexandre de Paiva Rio Camargo (orgs.). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, 428 p.

consequência, distingue-se da realidade naturalizada dos “habitantes”, em razão da noção de população ser “subsidiária da economia política, e o instrumento principal de objetivação desta realidade seria a estatística, trazendo regularidade e racionalização à ocupação soberana do território”.¹⁶⁰

O império português, ao longo do período colonial, utilizou o aparato da Igreja e das Companhias de Ordenanças para inteirar-se dos moradores de seus domínios na América. O estafe dessas instituições disponibilizava membros capazes de informar sobre terras e homens, além dos meios necessários para se chegar aos habitantes, tendo em vista o contato direto das autoridades religiosas e militares com os moradores para administração de sacramentos e alistamento nos distritos.¹⁶¹ O Brasil império, não mais subordinado à Portugal, pouco transformou essa situação. “O Estado surgido da independência mostrou-se herdeiro do Estado português”, conforme assinala Tarcísio Rodrigues Botelho.¹⁶² O Brasil, no que toca aos levantamentos populacionais, dará continuidade aos mesmos procedimentos e preocupações objetivas que norteavam a Coroa portuguesa, grosso modo, até o período regencial. Idêntico à época colonial, os levantamentos censitários dos anos 1820 a 1840 tinham por objetivo mensurar as forças do Estado e avultar sua capacidade de recolher impostos. A produção das estatísticas com novas responsabilidades, a exemplo de dimensionar os colégios eleitorais, só foi possível a partir do Segundo Reinado, com a estabilização da monarquia e a superação dos conflitos políticos.

O estatuto da “mancha de sangue”, como é sabido, constituía um dos mais importantes mecanismos de ordenação da sociedade colonial escravista, considerando aspectos como cor, origem e religião como “acidente” ou “defeito” capaz de hierarquizar os súditos. Esse dispositivo, tipicamente de Antigo Regime, foi revogado na Constituição de 1824. Assim, a marca da nascente sociedade nacional brasileira consistia na distinção entre livres e escravos (e, eventualmente, libertos), condições jurídicas que dividiam o corpo civil da pátria. No entanto, ao mesmo tempo, a herança portuguesa ainda se fazia presente na construção das qualidades censitárias no Brasil Império. Os encarregados dos censos, os capitães-mores de ordenanças e vigários em determinadas épocas, ou, posteriormente, juízes de paz e delegados e

¹⁶⁰ LIMA, 2003, p.93-97

¹⁶¹ MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.33

¹⁶² BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n.1, p.321-341, 2005, p.326

subdelegados de polícia, constrangidos “por diversas variáveis e situações” e “longe de ser um fiel seguidor de instruções”, manejavam categorias de cor para classificar os moradores que não tinham mais função jurídica depois da Carta de 1824. A forma homogeneizadora com a qual deviam empregar rótulos genéricos de “branco”, “preto”, “pardo” ou “mulato” à populações etnicamente diversas gerava preocupações que os agentes dos censos externavam nas informações prestadas sobre as categorias que compunham os levantamentos populacionais.¹⁶³

Em circular datada de 11 de dezembro de 1824, a Secretaria do Estado de Negócios do Império remetia aos presidentes de província instruções relativas as confecções dos mapas estatísticos populacionais. O levantamento censitário era indispensável para as operações governamentais do império e para as deliberações do corpo legislativo, para conhecimento do território brasileiro. Por isso, solicitava os mapas exatos de população precisos, com os domiciliários brancos e de cor, assinaladas suas condições (ingênuo, liberto e cativo), e os remeter para a corte.¹⁶⁴

Coletamos a quantidade de 15 mapas que foram transformados em planilhas, apresentando um contingente de 99.107 habitantes que estão distribuídos na tabela abaixo.¹⁶⁵

Quadro 2.5: Divisão da população de Sergipe Del Rey segundo cor e condição (1825/1830)

Cor/qualidade e condição	Número absoluto	Porcentagem
Branco	18460	18,63%
Pardos ingênuos	36846	37,18%
Pardos libertos	3757	3,79%
Pardos cativos	6317	6,37%
Pretos ingênuos	8245	8,32%
Pretos libertos	2343	2,36%
Pretos cativos	21147	21,34%
Índios	1992	2,01%
Total	99.107	100,00%

¹⁶³ LIMA, 2003, p.90

¹⁶⁴ Collecção das decisões do Governo do Imperio do Brazil, 1824, nº 258. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

¹⁶⁵ O uso dessa documentação só foi possível graças aos esforços do pesquisador Luiz Roberto Mott. Ao ser influenciado pelos trabalhos de Maria Luiza Marcílio, Luiz Mott foi em busca nos arquivos sergipanos e baianos de registros batismais, de casamento e óbito relativos às freguesias existentes em Sergipe. No entanto, para sua surpresa e decepção, não existia uma série completa de tais documentos sobre a primeira metade do século XIX. Sequer existe, para Sergipe, as Relações Nominativas de Habitantes, documentação demográfica imprescindível, abundante para as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, mas ao que tudo indica, inexistente para Sergipe. O trabalho do pesquisador para captação de material sobre Sergipe iniciou-se a partir de julho de 1975 no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Em Sergipe e na Bahia, pesquisou em tempo integral, de agosto a dezembro. E nos revelou a existência de um conjunto de mapas de população realizados anos anos de 1820. MOTT, 1986, p.109-110

Fonte: Mapas populacionais (1825/ 1830) BR SEAPES, AG4 06 s/n.

Os diversos mapas de freguesias e missões datadas de diferentes anos, reconhecidamente imprecisos, podem nos mostrar alguns aspectos estruturais dos grupos constitutivos da sociedade sergipana em épocas recuadas. Como se nota, os brancos, que não precisavam assinalar sua condição jurídica, representavam uma singela parcela da população: aproximadamente 1/5 da população. Em sua maioria, portugueses e filhos destes.

A população escrava, entre pardos e pretos, corresponde em torno de 28% do contingente populacional, sendo que 3/4 dos sujeitos arrolados como pretos eram escravos, enquanto 4/5 dos homens e mulheres que gozavam da liberdade, nas categorias ingênuos e libertos, são alistados e designados como pardos. Se atentarmos para os números de alforriados da tabela (libertos), concluiremos que os pardos eram libertados ou se libertavam com muito maior frequência do que os pretos. Em algum momento da vida, próximo de 1/3 dos pardos saíram da escravidão, enquanto que apenas 10% dos pretos obtiveram a ventura da emancipação.

Geralmente agrupados sob a designação de pardos, os escravos de ascendência mestiçada, sempre foram, em Sergipe, uma importante força de trabalho escrava daquela capitania. Havia aproximadamente 23% de escravos na categoria pardo, e assumindo uma taxa de alforria um pouco maior nessa categoria, como se vê nos números dos pardos libertos, os pardos podiam perfazer em torno de 30% da escravaria sergipana. Entretanto, é preciso pontuar, que apesar de constar como categoria importante nos mapas exatos de população de Sergipe, o termo pardo é escassamente empregado aos escravos individualmente. Ao levantar considerável conjunto de documentos sobre o cenário agrário sergipano, sejam eles inventários ou listas de plantadores de mandioca, em fins do XVIII e início dos oitocentos, Malaquias *et al* destacam que os termos mais empregados aos escravos de ascendência mestiçada eram, respectivamente, os de mulato, mestiço, cabra e, por último, o de pardo.¹⁶⁶ Assim, a categoria “pardo” nos mapas de populacionais era uma abstração de uma realidade mais ampla e diversificada. Nessa abstração, cabiam todos os cativos nascidos no Brasil de origem mestiça.

Para Stuart Schwartz, “em capitanias com menor dependência direta do tráfico negreiro”, a porcentagem “de mulatos e outros mestiços” nos planteis escravistas é

¹⁶⁶ MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; VIEIRA, Eden Filipe Santos; PEREIRA, Ana. Cláudia. Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira. PONTA DE LANÇA (UFS), v. 12, p. 13-42, 2018. p.35-36

significativo.¹⁶⁷ Conforme Solange Pereira, entre o final dos Setecentos e o início do século XIX, a capitania da Paraíba registrava “a presença de mulheres e homens escravos da costa da África nos engenhos” mas “eles nunca se tornaram um grupo com forte expressão numérica, porque a cifra máxima atingida superou pouco mais de 20% de toda a população”. A população cativa reunia um considerável número de pessoas com cor parda, cerca de 20% do contingente escravo. E, segundo, foi apreciável a quantidade de nascimento de crianças e de mulheres escravas. Esses dois elementos levaram Solange Pereira a erguer a hipótese de que “senhores paraibanos podem ter se beneficiado desses nascimentos para manter o sistema escravista, assim como o crescimento natural, pode ter sido um dos caminhos utilizados por eles para minimizar a alegada falta de mão-de-obra”.¹⁶⁸

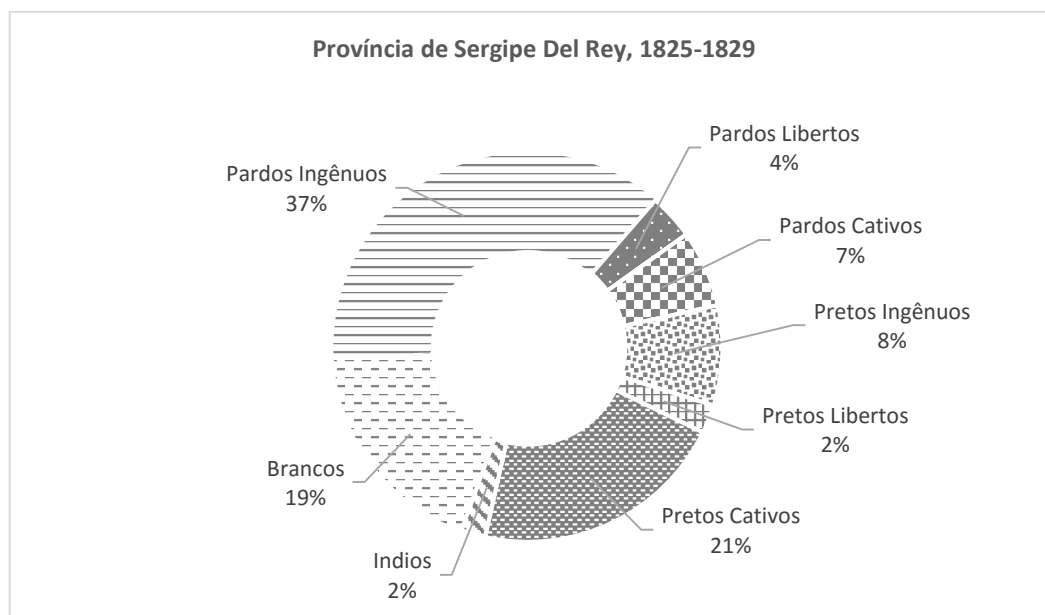
Diferentemente de Sergipe, a capitania baiana por ser área fortemente ligada à economia exportadora ou com maior acesso ao tráfico atlântico de escravos, apresenta razões de sexo maiores, mais africanos, menos crioulos e pardos e menos mulheres e crianças. A preferência por jovens adultos do sexo masculino, na filtragem dos escravos que chegavam do tráfico, diminuiu consideravelmente a proporção de crianças na população escrava e produziu um desequilíbrio sexual acentuado em desfavor das mulheres, características essas negativas sob o ponto de vista demográfico.¹⁶⁹

¹⁶⁷ SCHWARTZ, 1988, p.288

¹⁶⁸ ROCHA, Solange Pereira. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual. – Tese de doutorado, UFPE, 390 f. p.128-138

¹⁶⁹ SCHWARTZ, 1988, p.290

Figura 2.2: Divisão da população da província de Sergipe Del Rey, por qualidade/ cor e condição



Fonte: Mapas populacionais (1825/ 1830), BR SEAPES, AG4 06, s/n.

Não obstante a predominância de cativos classificados no levantamento censitário como pretos, nos chama a atenção o número apreciável de pretos ingênuos, ou seja, aqueles que já nasceram na liberdade, compor quase 9 % da população total de Sergipe. Acrescentando os pardos ingênuos nessa contagem, aproximadamente 45% de homens e mulheres nos mapas de população foram classificados como sujeitos de cor.

No entanto, a variedade de designações atribuídas aos escravos nascidos no Brasil levanta o problema da mestiçagem e da crioulação. Segundo a interpretação preponderante no meio historiográfico brasileiro, o termo “crioulo” não seria empregado além da primeira geração dos filhos de africanas no Brasil.¹⁷⁰ Porém, Douglas Cole Libby demonstra, através dos registros paroquiais das Minas Setecentista, que o designativo “crioulo” corresponde a negros nascidos no Brasil, filhos de nativos, africanos ou ambos, não importando a geração.¹⁷¹

O termo mestiço, de origem latina, foi amplamente empregado no Mundo Novo para especificar descendentes de ibéricos e indígenas, mas no decorrer do tempo o designativo contemplou todos os filhos de uniões mistas.¹⁷² Os termos pardo e mulato, já utilizados em

¹⁷⁰ SOARES, Mariza Carvalho de Soares. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.100

¹⁷¹ LIBBY, D. C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P.; MARTINS, I. C. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p.49

¹⁷² PAIVA, 2015, p. 181

áreas ocupadas por espanhóis e portugueses antes de chegarem ao Novo Mundo, foram categorias muito importantes e comuns na América portuguesa. A ascensão econômica e social apresentada pelos pardos e mulatos, muitas vezes ameaçaram aquela elite classificada como branca. De alguma forma, para Eduardo Paiva, menções negativas aproximaram os pardos e mulatos por seus defeitos e vícios, ainda que essa distinção não apresentasse critérios definidos.¹⁷³

Para Raimundo Agnelo Pessoa, os dois termos designam o mesmo tipo humano biológico, filhos de uniões entre brancos e pretos. No entanto, percebe algumas especificidades de usos e atributos dos designativos: as referências aos mulatos possuem um tom desabonador ou caluniador, incapaz de reconhecer nesses sujeitos alguma ação honrada, acerca dos pardos observa-se o oposto.¹⁷⁴

Outro termo empregado nesses processos de mestiçagens foi o de cabra que, segundo Eduardo França Paiva, foi muito utilizado no Brasil no século XVIII para designar mestiços com descendência de africanos e indígenas.¹⁷⁵ Já para Libby, referindo-se ao século XVIII e às primeiras décadas do século XIX nas Minas, o qualificativo “cabra” seria designado aos indivíduos gerados de origens de “um pardo e/ou mulato com crioulo e/ou africano.”¹⁷⁶

A estatística, enquanto conhecimento político, fabricou realidades, “definiu fronteiras sociais, articulou e sintetizou, oposições entre grupos – os livres e os escravos, os nacionais e os estrangeiros, os cidadãos ativos e os não-ativos, os brancos, os pretos, os pardos, os índios”. Para além de uma sociedade marcada pelas classificações, a sociedade escravista foi hierarquizante, “construindo e reconstruindo essas diferenças, entendidas como naturais”.¹⁷⁷

Nesse sentido, brancos, pardos, mulatos, índios, crioulos, pretos, livres, escravos são dispositivos nas tabelas impressas ou manuscritas que configuram artificialmente uma realidade que, na realidade, era muito mais complexa. Muitas vezes, observações reservadas nos cantos dos mapas procuravam caracterizar o que parecia subversivo à ordenação colocada nas tabelas. Em outras palavras, “se procurava adaptar o inclassificável, que parecia assim constitutivo,

¹⁷³ Idem, p.212-215

¹⁷⁴ PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. *Gente sem sorte: os mulatos no Brasil Colonial*. Tese (doutorado em História). Franca: FHDSS, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007. P.40-51

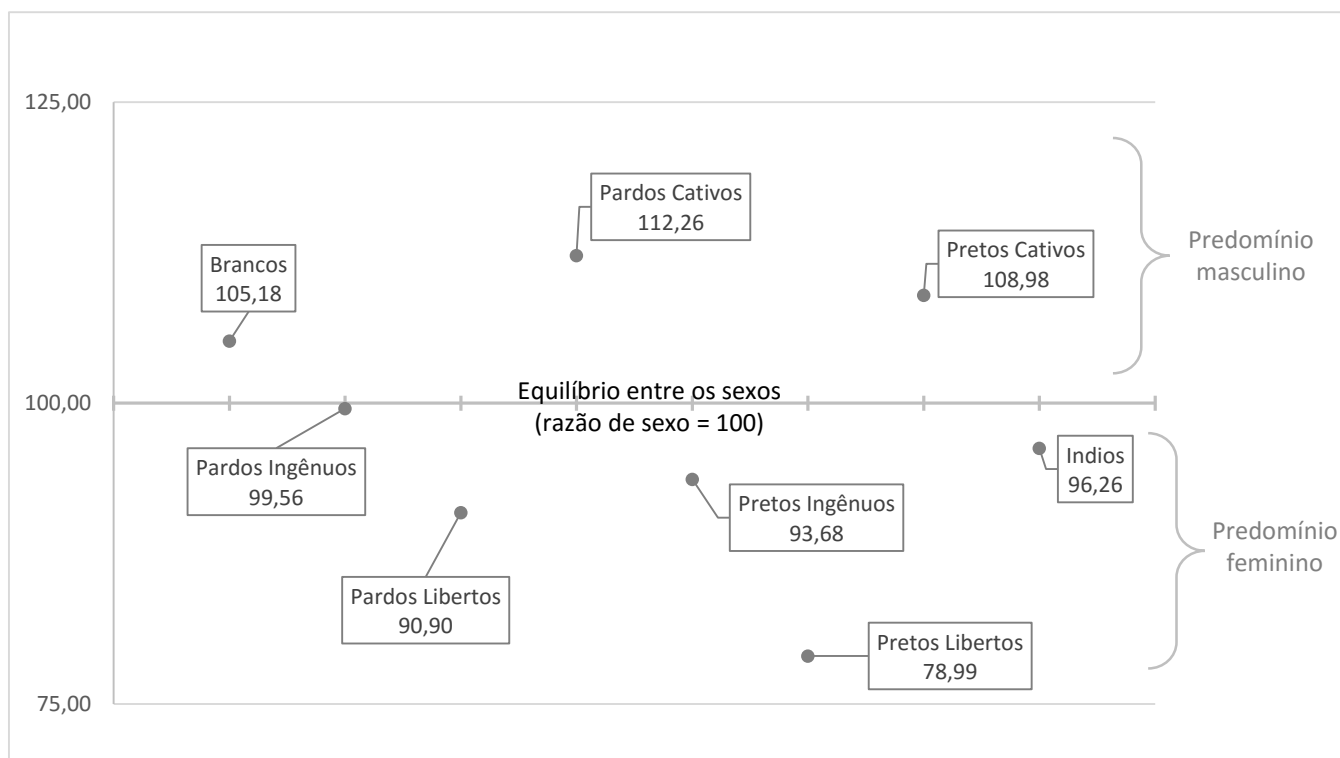
¹⁷⁵ PAIVA, 2015, p.205

¹⁷⁶ LIBBY, 2010, p.49

¹⁷⁷ LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p.23.

sendo essa melhor a indicação de que as divisões operadas não eram perfeitas nem absolutamente regulares”.¹⁷⁸

Figura 2.3: Razão de sexo na população de Sergipe D’el Rey, (1825-1829)



Fonte: Mapas populacionais (1825-1830), BR SE APES: AG04.

Em Sergipe, a razão de masculinidade está muito próxima a 100, isto é, o contingente populacional de mulheres e homens estão próximos. No entanto, a superioridade masculina se encontra na qualidade de branco, e na qualidade de pardos e pretos, com a condição jurídica de cativos. Entre os nascidos ingênuos, termo utilizado para pardos e pretos, que configura nascimento fora da escravidão, existe uma relativa paridade. A superioridade feminina se destaca no grupo de libertos, sobretudo entre as designadas como pretas, o que pode configurar uma significativa predominância de alforrias e cartas de liberdades para as mulheres muito mais do que aos homens. O predomínio da liberdade era feminino.

No geral, a razão de sexo dos cativos é muito próxima à igualdade. Nossa hipótese é que, além do tráfico, Sergipe dependeu da reprodução endógena. O tráfico era importante, isto é fato, inseria novos mancípios, sobretudo masculinos, nas escravarias. No entanto, a razão de

¹⁷⁸ LIMA, 2003, p.90-98

masculinidade próxima de 100 nos sugere a possibilidade de reprodução interna. Quanto menor a razão de masculinidade, maior a dependência com relação ao crescimento natural e menor presença africana nos planteis escravistas, o que exploraremos na seção seguinte.

2.3 Dinâmicas de mestiçagem

Para tratar das formas como os mestiços são produzidos e classificados pelos processos sociais e simbólicos, isto é, pelas práticas e representações, tratar-se-á com mais atenção das populações escravas e indígenas de Sergipe.

Em sua tese de doutoramento, Joceneide Cunha identifica e analisa os escravos africanos de “nação” em Sergipe, num levantamento substancial de inventários post-mortem e testamentos. A autora apontou que, entre 1751 e 1800, os africanos perfaziam 31% da população escrava e foram registrados com bastante frequência, sobretudo, nas grandes unidades produtivas.

Quadro 2.6: Composição étnico-racial da população escrava (1751-1800)

Escravos de origem africana: 434
Escravos nascidos no Brasil: 966
Total: 1400

Fonte: SANTOS, Joceneide Cunha. Negros(as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835) / Joceneide Cunha dos Santos. – Salvador, 2014. 314f. (tese de doutorado) p.167.

Os africanos apresentavam uma razão de sexo moderadamente alta, de 124.8, tendo em consideração que o tráfico atlântico de mancípios era fortemente masculino. As proporções masculinas mais elevadas entre os escravos eram exibidas nas regiões que concentravam as lavouras de cana e a criação de gado, enquanto as proporções femininas se destacavam nas vilas que produziam gêneros alimentícios. Boa parte dos plantéis sergipanos dispunham de mulheres africanas como mão de obra, bem abaixo da “composição dos carregamentos vindos da África, nos quais a proporção é de 2 homens para 1 mulher”.¹⁷⁹

¹⁷⁹ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. Ser escravo no Brasil / Kátia Maria de Queirós Mattoso: tradução James Amado. - - São Paulo: Brasiliense, 2001. p.84

No outro lado da ponta, os cativos nascidos no Brasil constituíam mais de dois terços dos plantéis. No entanto, Joceneide Santos não destaca adequadamente a presença consistente e significativa destes, que contribuía para o equilíbrio etário da população escrava. Entre os nascidos no Brasil, a razão de sexo de 107,7 demonstra número de homens ligeiramente superior ao de mulheres e um equilíbrio acentuado quando comparado à razão de sexo dos africanos. Como aponta Márcio Soares, essa realidade era bem diferente dos Campos de Goytacazes, região de expansão da lavoura canavieira, com índices avassaladores de desequilíbrio sexual no século XVIII.¹⁸⁰ Embora o tráfico de cativos africanos alimentasse e fosse notado nas escravarias sergipanas, a reprodução endógena como hipótese deve ser avaliada, basta ver o percentual de 71% de escravos de origem brasileira no montante populacional inventariado.

No tocante à ocupação e especialização dos escravos no período dos setecentos, Joceneide Cunha chega ao montante de 52 especializados. Destes, aproximadamente 21% eram homens e não estavam identificados sobre serem africanos ou nascidos no Brasil. Os cativos especializados de origem africana representavam um pouco mais de 17%, os crioulos por volta de 15%, e aqueles enquadrados no termo mestiço, significativamente, em torno de 46%.¹⁸¹

As mulheres arroladas estavam inseridas nos serviços domésticos, nas costuras e “para todo o serviço” ou no trabalho de purgar, tarefas com características de maior precisão, revelando uma organização da mão de obra segundo o sexo. A título de exemplo, Luiza, de nação Angola, constava como purgadora, em 1777, do Coronel Manoel Joze Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo.¹⁸² Enquanto os homens especializados, em sua maioria, desempenhavam atividades de bastante esforço. Como propõe Schwartz, em sua análise sobre engenhos baianos, “a divisão sexual do trabalho refletia as variações nas necessidades de força e precisão, com os homens designados para as tarefas que demandavam a primeira dessas exigências e as mulheres, a segunda”.¹⁸³

Na escala ocupacional, crioulos e africanos apresentavam praticamente a mesma distribuição de especialização, enquanto que os mestiços, incluídos nesse termo as designações

¹⁸⁰ SOARES, Márcio Sousa. Angolas e crioulos na planície açucareira dos Campos de Goytacazes (1698-1830), p.75-108. IN: Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: (Brasil e Angola – séculos XVII-XIX) / Org. Denise Vieira Demétrio, Ítalo Santirocchi, Roberto Guedes. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 344p. p.99

¹⁸¹ SANTOS, 2014, p.179

¹⁸² Idem, p.181

¹⁸³ SCHWARTZ, 1988, p.138.

nativas, representavam quase metade dos escravos com tarefas atribuídas. Ao tentar explicar o quadro de ocupação, Joceneide Cunha aponta que os africanos eram preteridos por terem dificuldade com a língua e por ocuparem a base na hierarquia da sociedade, em favor dos cativos nascidos nas escravarias brasileiras. Para além disso, o exercício dessas funções “criava uma imagem de possibilidade de mobilidade social”, em troca de cooperação e produtividade como resultado de tais incentivos.¹⁸⁴

Nesse sentido, a inclinação para funções especializadas no sistema para os escravos brasileiros, seja pela proximidade cultural, ou por uma relativa mobilidade e capacidade de atuar no mundo dos brancos, se relacionava com a preferência na concessão de liberdade em desfavor dos africanos. A lealdade, a cooperação, a submissão e o afeto eram características dentro de um sistema paternalista que poderiam garantir a liberdade como recompensa.¹⁸⁵

Já para o começo do século XIX, entre 1801 e 1820, Joceneide Cunha averiguou que dos 2043 escravos e escravas registrados em testamentos e inventários, 470 foram categorizados como de origens africanas (sendo 66,59% do sexo masculino) e 1573 classificados como nascidos no Brasil. Assim, ocorreu um crescimento numérico de homens e mulheres africanos no cativo, acompanhando a expansão açucareira. Porém, percentualmente, os africanos representavam 23% das escravarias, abaixo da cifra estabelecida para a metade do século XVIII, de aproximadamente de 1/3 de africanos. O aumento proporcional de mancipios nascidos no Brasil sinaliza que a reprodução interna avançou no século XIX.¹⁸⁶

Mais uma vez, Joceneide Cunha identifica cada expressão que designava origem ou porto de embarque dos escravos africanos, enquanto deixa de diferenciar os escravos brasileiros ao incluir as diversas qualidades na categoria homogênea de mestiços. Além do próprio termo – mestiços – identificado nos testamentos e inventários *post mortem*, Cunha incluiu os designativos mulatos, cabras, caboclos e pardos no mesmo vocábulo.

Em artigo recente, os pesquisadores Carlos de Oliveira, Eden Filipe e Ana Cláudia, identificaram um contingente escravo apreciável no mesmo período traçado, entre 1801 e 1820. Esses dados particulares fazem parte de um conciso panorama agrário da Capitania de Sergipe na passagem do século XVIII para o XIX, período oportuno do crescimento da lavoura canavieira que se insere, no contexto abrangente da América portuguesa, nos quadros do

¹⁸⁴ Idem, p.140

¹⁸⁵ SCHWARTZ, 1988, p.274-275; MATTOSO, 2001, p.187

¹⁸⁶ SANTOS, 2014, p.193-194

renascimento da agricultura comercial e expansão da economia atlântica.¹⁸⁷ As informações, coletadas somente de inventários *post-mortem*, contabilizam 2665 escravos, número 30% maior do que aquele cotejado por Joceneide Cunha, que foi de 2043 escravos. Além disso, os escravos arrolados foram distribuídos em grupos etários. A primeira faixa etária que corresponderia entre os 0 e 13 anos, grupo de criança, apresentava 36,96% dos casos conhecidos, desconsiderando aqueles escravos que não possuíam informação etária. Ao associar a alta proporção de crianças, um relativo equilíbrio sexual e um predomínio de escravos nascidos nos planteis brasileiros, o artigo conclui que “temos um cenário que sugere importância da reprodução interna para a manutenção das escravarias em Sergipe”.¹⁸⁸ Esse exame da população cativa leva em consideração alguns problemas e imprecisões: supressão das idades de um percentual importante de escravos, arredondamento das idades em cinco ou dez anos, das suposições ou estimativas dos senhores com base na aparência e nas categorias etárias descritivas.¹⁸⁹

O artigo mostra uma presença de africanos nos planteis sergipanos de aproximadamente 25%, concordando com a cifra apresentada por Joceneide Cunha e também com a análise das origem africanas que ela empreende. Em relação à ampla maioria dos nascidos no Brasil, o artigo dá um passo adiante e mostra as múltiplas designações que eram atribuídas aos cativos do Brasil arrolados nos inventários: crioulos (811), mulatos (335), mestiços (281), cabras (55) e pardos (4).¹⁹⁰ A composição desses escravos nativos nos leva a alçar o problema dos intercursos sexuais no cativeiro, se ocorriam por estímulos senhoriais ou por arranjos familiares decorrentes dos próprios cativos.

Os significados das nomenclaturas dadas aos escravos africanos, são ocultadas nos termos pardos e pretos nos mapas populacionais. Os designativos africanos são muito variados e podiam ser relativos à percepção de reconhecimento coletivo construído, simultaneamente, pelas potências ultramarinas europeias no seu processo de conhecimento do litoral africano dos séculos XVI ao XIX, como também por questões geográficas como pontos de venda e embarque do contingente populacional escravizado. Entretanto, embora sejam designações impostas pela dinâmica do tráfico atlântico, havia a possibilidade de os sujeitos usarem essas identidades

¹⁸⁷ MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; VIEIRA, Eden Filipe Santos; PEREIRA, Ana. Cláudia. Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira. PONTA DE LANÇA (UFS), v. 12, p. 13-42, 2018.

¹⁸⁸ Idem, p.33

¹⁸⁹ SCHWARTZ, 1988, p.288

¹⁹⁰ Idem, p.36

como recurso de organização coletiva no sistema escravista.¹⁹¹ Nesse cenário, os inventários trazem muitas designações de origem, indicando que o fortalecimento do tráfico no começo do XIX tornou as escravarias sergipanas etnicamente mais diversificadas. As mudanças em relação à proveniência dos africanos mostram as transformações nas conjunturas do tráfico na costa africana.¹⁹²

Em um relato de época, a despeito da importância de lavradores e agregados, o vigário Dom Marcos afirma, fazendo uma comparação com uma importante região baiana, que, em Sergipe, “com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do recôncavo da Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos”. A sua justificativa de melhor tratamento é lastreada na variedade de gêneros alimentícios, “com feijões e com milho que por toda a parte colhem com abundância”, uma condição de maior agasalho com as senzalas cobertas de telha e uma vestimenta superior de algodão manufaturado.¹⁹³

Além dessas razões, Dom Marcos pontua o casamento como “contrato santo” entre escravos do mesmo plantel ou até de um outro, permitindo a “mais doce sociedade”. Para ele, não assegurar tais condições dentro das escravarias, aumentava a mortalidade entre os escravos e colocava obstáculos na reprodução interna, “que não se vê multiplicar no Brasil a raça africana”.¹⁹⁴ Não era incomum que o matrimônio entre os escravos fosse estimulado, visto que funcionaria como “excelente meio de lhes suavizar o jugo”, mantendo-os resignados. Apesar desse método não ser “praticado com universalidade”, engendrava “humana prole viçosa” para substituir aqueles escravos que pereciam como efeito benéfico, considerando a experiência dos jesuítas que deixaram escravarias numerosas nas fazendas e engenhos que possuíam, pois “era raro achar negro da Costa da África”.¹⁹⁵

Aceitar a escravidão sendo baseada em métodos mais sutis de dominação não leva em conta desconsiderar o chicote do senhor ou a ameaça da força. Mais que isso, mostra como o

¹⁹¹ PARÉS, Luis Nicolau. A formação do candomblé, história e ritual da nação gêge na Bahia. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. p.23-26

¹⁹² Malaquias et al, 2018, p.36-37

¹⁹³ SOUZA, Marcos Antonio de. Memória sobre a capitania de Sergipe. SECULT, 2005. p.26

¹⁹⁴ Idem, p.27

¹⁹⁵ “Carta muito interessante do advogado da Bahia, José da Silva Lisboa, para o Dr. Domingos Vandelli, Director do Real Jardim botânico de Lisboa, em que lhe dá notícia desenvolvida sobre a Bahia, descrevendo-lhe a cidade, as ilhas, e villas da Capitania, o clima, as fortificações, a defesa militar, as tropas da guarnição, o commercio e a agricultura, e especialmente a cultura da canna de assucar, tabaco, mandioca e algodão. Dá também as mais curiosas informações sobre a população, os usos e costumes, o luxo, a escravatura, a exportação, as construcções navaes, o commercio, a navegação para a Costa da Mina, etc”. Bahia, 18 de Novembro de 1781. AHU_ACL_CU_005, Cx. 57, doc. 10907

escravismo foi um sistema longo e adaptável, numa dialética coercitiva e de incentivos positivos.¹⁹⁶ Os incentivos positivos para obter dos escravos colaboração, empenho e produtividade faziam parte das estratégias de negociação dos senhores, a exemplo da alforria. Esta funcionava como dispositivo legal e prática costumeira, concedida gratuitamente ou de forma onerosa, sob certas condições ou não, como destaca a pioneira no estudos das alforrias, Kátia Mattoso.¹⁹⁷ Embora a manumissão, em termos numéricos, fosse de tamanho reduzido, ela cumpriu um papel significativo no seio do escravismo suficiente para produzir o desejo da miragem sedutora da liberdade.

Alguns casos de alforria nos chamam atenção e devem ser verificados com pesquisas futuras. Ao comentar sobre alforrias em sua tese, Joceneide Cunha nos traz três casos de mulheres. A primeira, Quitéria, casada, em 1798, aparece citada no testamento de seu dono, Feliz Francisco Nunes, filho de uma crioula forra e um português, incentivada a dar crias em troca de sua alforria. No inventário do falecido, Quitéria não consta como escrava, pois provavelmente cumpriu com o acordo estabelecido pelo senhor.¹⁹⁸ Em 1805, Mariana, de nação Angola, casada com João Angola, conseguiu a alforria por ter dado 10 crias, mas sob condição de servir sua senhora, Francisca Franco, até o falecimento desta. Em 1809, Joana, de nação Angola, escrava que foi de Matias Fernandes, recebe de seu senhor, sua alforria pelos bons serviços e por ter dado algumas crias.¹⁹⁹

Tais indícios não nos garantem categoricamente que a reprodução interna era estimulada ou prática costumeira nas escravarias sergipanas, não obstante a presença de evidências importantes, pelo menos desde meados do século XVIII. Mas, antes de tudo, abrem a possibilidade de investigar a importância e o peso da dependência do tráfico de escravos, bem como da reprodução endógena, aspectos que configuram o contingente populacional da província de Sergipe, em sua maioria, marcada pela “cor” e/ou “qualidade”. Além disso, os casos sobrecitados dizem respeito ao grau apreciável de alforrias do sexo feminino.

Os índios, grupo social numeroso nos primeiros séculos, aparecem escassos, representando uma parcela bastante diminuta da população. Dividida entre 4 aldeias e uma vila – respectivamente: Água Azeda, nas imediações da capital São Cristóvão, Japarutuba, Pacatuba,

¹⁹⁶ SCHWARTZ, 1988, p.141-143

¹⁹⁷ MATTOSO, 2001, p.177-180

¹⁹⁸ SANTOS, 2014, p.168

¹⁹⁹ Idem, p.206

São Pedro e a vila do Geru – a população indígena, no decorrer do século XIX apresenta grande oscilação numérica, mesmo em períodos próximos.²⁰⁰ Além factível hipótese de extinção da população nativa, parece importante debruçar sobre as inexatidões e diferentes critérios de quem informa, que pode definir quem é índio, logo produzindo a distinção entre índio e não índio. Melhor dizendo, se atentar para as “instigantes contradições sobre as classificações étnicas dos aldeados que podiam aparecer ora como índios, ora como mestiços” como processo que pode ter contribuído com um suposto encolhimento da população indígena.²⁰¹

A missão de índios da ilha de São Pedro, em Porto da Folha, nos parece um caso interessante. As autoridades sempre faziam questão de mencionar o aspecto da mestiçagem da população nativa. Pereira de Andrade, presidente de província, por exemplo, afirmava que tais homens chamados inadequadamente de índios não viviam numa aldeia, mas numa localidade de “habitantes de todas as castas”. Em um outro documento, o diretor geral de índios afirmava que na aldeia de São Pedro de Porto da Folha abrangia mais de “cem casais de índios verdadeiros”, além de conter “mistura de gentes de cores”.²⁰² Beatriz Gois Dantas ainda traz algumas informações do viajante inglês Gardner, que dizia, por intermédio do já velho capitão dos índios da aldeia, que “sua raça estaria extinta ou pelo menos pelo amalgamada com outros habitantes”.²⁰³

A aldeia de Porto da Folha, em 1825, era composta por 127 índios, 124 brancos, 234 pardos e 44 pretos. Aqueles não designados como indígenas, constituíam 70% dos habitantes. Em 1829, os grupos eram segmentados entre “portugueses” e índios, num quadro com descrições de atividades ocupacionais.²⁰⁴ Nesse ano, um lista de fogos registrou, Antônio Marinho de Castro aparece como “pardo, natural de Propriá, que nos fins do século XVIII se estabelecera na Caiçara onde vivia em 1829, casado com uma preta, como criador de gado e dono de nove escravos”. Antônio Marinho foi nomeado oficial das Ordenanças da Vila de Propriá, em 1823, e descrito pelo padre Gaspar de Faria Bulcão como “apertado de cores, mas,

²⁰⁰ DANTAS, Beatriz Góis. Subsídios à História da antiga Missão no Geru. V Simpósio de História no Nordeste, Aracaju, 1973. p.10; DANTAS, Beatriz Góis. Índios e brancos em conflito pela posse da terra. Aldeia de Água Azeda Século XIX. In: Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. 1976, p. 427; DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI, Dalmo de Abreu (org). Terra dos Índios xocó: estudos e documentos. Comissão Pró-Índio/São Paulo, 1980. p.150.

²⁰¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, May 2017. p.29

²⁰² DANTAS, 1980, p.16-27

²⁰³ Idem, p.153

²⁰⁴ Idem, p.156-157

homem honrado, abastado de bens, prudente e por morar nas terras da mesma missão, para em todos os casos prevenir as desordens dos índios”.²⁰⁵ É bem provável que ele estivesse incluído no quadro ocupacional como “português”, no estrato de criadores.

As designações podiam garantir a preservação do cativo ou assegurar a liberdade, em meados do século XVIII. No ano de 1752, Eleonor Rodrigues Fraga, cônjuge do falecido Antônio Teixeira de Souza, se apresentava como inventariante no processo. Moradora no Sítio Buraco, localidade que era Termo da Vila Nova Real do Rio São Francisco, a cabeça de casal apontava 4 filhos como herdeiros: dois filhos estavam vivos, um que pereceu ainda na infância e mais um ainda no ventre. Dentre os bens inventariados do casal, os mais valiosos eram os escravos, a saber: Angelo, mestiço; Anna, negra; Maria, crioula; e Joana, crioula.²⁰⁶

No decorrer do inventário, surge uma retificação direcionada ao escravo chamado Ângelo, designado como mestiço. Domingos Gonçalves Lima, que morava no sítio do Buraco, se tornou fiador e suplicante da viúva Leonor Rodrigues. O fiador relatava ao Juiz de Órfãos que Ângelo estava ausente da localidade, longe de sua senhora, na Vila de Penedo. A viúva e o seu fiador, então, mandaram em diligência prender o escravo mestiço e, na hora de executar o procedimento, o cativo apresentou uma ordem e despacho do Governador da Capitania de Pernambuco para que não se realizasse o aprisionamento contra o “dito mestiço por se ter apresentado em sua presença dizendo-lhe e narrando o seu nascimento aldeado, razão por onde alcançou o dito despacho, além de outras circunstancias recomendado ao Capitão mor no mesmo despacho, como tudo mostra da certidão autentica”.²⁰⁷

Nesse sentido, como tutor da inventariante, Domingos Gonçalves precisava notificar ao Juiz de Órfãos que o mestiço que se encontrava no rol de bens, “agora se acha forro, ou na posse de forro”. Em resposta, o juiz emitiu despacho ao fiador dos bens para que levantasse “a fiança do dito mestiço” e comunicasse a “cabeça de casal”, os herdeiros e menores para que avaliassem a situação e se, de algum modo, pretendiam “opor-se contra a liberdade que pretende o dito mestiço”. Pois, se não quisessem e, na desistência de todos, que “se faça termo no inventário desobrigando-se ao suplicado da dita fiança”. Leonor Rodrigues e Domingos Gonçalves decidiram recorrer ao Ouvidor Geral e Corregedor para mediar a situação.

²⁰⁵ Idem, p.158-160

²⁰⁶ Inventário de Antônio Teixeira de Souza. 19/05/1752. AGJSE-PFO-2OF-CX.01-N.2954-DOC.02

²⁰⁷ Idem.

Ao discorrer sobre o acontecimento, podemos perceber algumas informações relatadas no despacho do Governador de Pernambuco, a despeito de sua inexistência no processo de inventário. Informava que “mandando prender hum seu mestiço de nome Angelo pertencente aos órfãos filhos da suplicante”, em consequência de um precatório emitida pelo Juízo de Órfãos da Vila Nova e cumprido na Vila de Penedo. Em seguida, apresentaram ao oficial, o Juiz de Órfãos, “hum despacho do Ilustrissimo Snr Governador e capitão General da Capitania de Pernambuco em que isenta da escravidão”.

O tutor e a inventariante, ainda versando sobre o despacho do Governador da Capitania de Pernambuco, dizia que o teor do documento recomendava ao “Capitão Mor desta Vila”, que não consentisse o procedimento de prisão contra o mestiço e que notificasse “aos senhorios assim dele como de sua may i mais irmãos para os remeter para a dita praça e nella mostrarem por onde lhe pertencem”, uma vez que “a sua aldeã donde descendem são desta parte e distrito de Pernambuco”.

Por fim, Leonor Rodrigues e Domingo Gonçalves, solicitavam “certidão do oficial que fez a tal diligencia acima da ordem eu vi da qual o não prendeo”, visto que os suplicantes mostraram “como fizeram a diligencia pelo dito mestiço para descarga sua a que estão sujeitos”. Em resposta, o ouvidor geral e corregedor solicitava ao “dito oficial o qual for Manoel Gomes da Cruz, lhe passe por certidão do referido a q passou, em termos na mesma precatória”.

Não sabemos ao certo, o desfecho ocorrido nesse caso, mas é possível que o destino de Ângelo, arrolado como escravo mestiço, tenha sido a liberdade. O auto de partilha, datado de 02 de janeiro de 1753, não consta nenhuma menção ou notificação sobre o conflito e paradeiro de Ângelo. Em um momento posterior, Leonor Rodrigues Fraga faleceu e foi inventariada. No desenrolar desse inventário, não consta nenhuma referência ao escravo mestiço.²⁰⁸

Mas podemos inferir alguns pontos. Ao registrar na escravaria descendentes de índios como mestiços, o falecido Antonio Teixeira, Leonor Rodrigues ou o fiador Domingos Gonçalves, tentavam ocultar a origem indígena, categoria que implicava a liberdade, como bem assinala Maria Leônia Resende.²⁰⁹ Por outro lado, o manuseio da identidade indígena, ao evocar a categoria de “aldeado”, foi utilizada por Ângelo para garantir a liberdade.

²⁰⁸ Inventário de Leonor Rodrigues Fraga. AGJSE-PFO-2OF-012954-D03

²⁰⁹ RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Tese de Doutorado. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003. p.194-210

De acordo com antropóloga Beatriz Góis, quando a aldeia do Geru foi alçada à categoria de vila, por carta do Rei de Portugal, D. José I, ao ouvidor da comarca sergipana, Miguel Aires Lobo de Carvalho, com despacho dos conselheiros do Ultramar, em 22 de novembro de 1758, a carta mencionava alguns elementos básicos da política pombalina: “liberdade do índio, autoadministração dos seus bens e autogoverno, (...) erga o pelourinho, (...) eleja entre os índios da localidade, o juiz, os vereadores, o alcaide e demais autoridades da vila” e, caso não houvesse índio capacitado para o cargo de escrivão, algum português poderia assumir o cargo.²¹⁰ A Vila do Geru possuía, entre 1825 e 1830, uma quantidade significativa de índios, uma quantidade de brancos bastante pequena e uma população de pardos ingênuos bastante considerável, quase próximos do número de indígenas, mostrando que a mestiçagem era relevante e pode ter contribuído para uma parcela populacional vistosa de pardos ingênuos.

Ademais, os índios como agentes sociais, irão mobilizar determinadas alternativas a seu alcance para lograr êxito nos seus interesses.²¹¹ Em representação da Câmara da Vila do Geru ao Presidente da província, os vereadores contestavam as informações repassadas daqueles que propunham a ereção da povoação de Itabaianinha à condição de sede da vila, o que implicaria no rebaixamento de Geru a povoação. Nesse sentido, os vereadores discordavam de que a dita vila do Geru estava “abandonada de Índios, quando estes somos nós, e nós somos eles; tanta assim que somos Brasileiros nactos; cujos, sendo naturais de hum só paiz, he impocivel a diferença de naçoens / Art. 6º da Constituição”.²¹² A câmara, por meio dos seus agentes, nos revela a evocação e afirmação da identidade indígena perante o presidente de província, reivindicando alguns direitos que supostamente estavam a eles garantidos. Desde a época colonial, essa afirmação da identidade indígena, instrumento de reivindicação política importante, conservava aos aldeados “direitos assegurados pela legislação da Coroa Portuguesa por usar condição distinta da dos demais vassalos do Rei. Direitos, portanto, ancorados na distinção étnicas em relação aos não-índios”.²¹³

Apesar de ainda serem muitos, os representantes da câmara justificavam que o número de índios poderia ser conservado de “sua côr que lhes dêo a natureza” se não fosse “a influencia dos Planetas, e cópula Portuguesa”. Assim sendo, para a manutenção da vila, apelavam para os

²¹⁰ DANTAS, 1973, p.9

²¹¹ ALMEIDA, 2010, p.10

²¹² BR SEAPES, CM¹ 17, doc. 51. Representação da Câmara da Vila do Geru ao Presidente da Província, 02/04/1832

²¹³ ALMEIDA, 2010, p.126

mapas estatísticos remetidos comprovando a significativa população e suplicando benefício para os habitantes do Geru. Súditos do Imperador, os índios confiavam abraçados, se mostrando civilizados, na “firmeza do Pilourinho” e “não com as agudas taquaras embutidas em suas flexas”, se diferenciando, de certo modo, daqueles que eram índios bravios no Império do Brasil.²¹⁴ Apesar da reivindicação dos índios de querer conservar a vila, a povoação de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha foi elevada a vila, enquanto que a vila do Geru era extinta, em resolução do governo datada de 04 de maio de 1833.²¹⁵ Para Celestino de Almeida, a ação política dos índios era, pois, “fruto do processo de mestiçagem vivido no interior das aldeias. Suas reivindicações demonstram a apropriação dos códigos portugueses e de própria cultura política do Antigo Regime” instalado na América portuguesa.²¹⁶

Em 10 de setembro de 1849, o Diretor geral dos índios, Gonçalo Paes de Barboza Madureira, remetia ofício ao presidente de província tratando da instabilidade dos índios na povoação do Geru. Em anexo ao ofício, constava cópia de uma correspondência do vigário da Vila do Espírito Santo, Antonio Joaquim Pitanga, que versava detalhadamente sobre a situação. Pitanga informava que “muitas pessoas moradoras nas terras dos índios do Gerú, ditas neste mesmo termo, por se dizerem índios, tão’bem para desta arte fruïrem das taes terras e não pagarem como os que ne’llas morão, chamados portugueses pelos indígenas o arrendamento”. No entanto, para o vigário, tais pessoas não passavam de “verdadeiros mixturados ou cabras alguns e outros de reconhecidos mestiços ou cabos verdes, vulgarmente chamados”.²¹⁷ Diante disso, Pitanga solicitava as providências adequadas para solucionar o problema e argumentava a necessidade de um diretor parcial que fosse encarregado dos ditos índios, tendo em vista que o diretor geral era responsável por todas as aldeias da província. Adicionalmente, o diretor geral de índios disse que tomaria providências “para que indivíduos, que não são índios se não confundidos com estes, nem gosem dos favores e isenções que as leis do país concedem somente aos índios” e que estava avaliando “pessoa idonea” para o cargo de diretor parcial, capaz de garantir “os interesses mais legítimos e vitais dos índios”.²¹⁸

²¹⁴ BR SEAPES, CM¹ 17, doc. 51. Representação da Câmara da Vila do Geru ao Presidente da Província, 02/04/1832

²¹⁵ DANTAS, 1973, p.13

²¹⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 168f. p.87

²¹⁷ Correspondência de Gonçalo Paes Barboza de Madureira ao presidente de província, Doutor Zacarias de Goes e Vasconcellos. BR SEAPES, G¹ 660, doc.71

²¹⁸ Idem

A ideia de mestiçagem, em momento posterior, foi amplamente utilizada para esbulhar as terras indígenas. As autoridades administrativas, inclusive alguns presidentes de província, argumentavam que as aldeias eram compostas em grande parte por mestiços, que não eram selvagens, mas estavam longe de serem civilizados. As justificativas dos agentes sociais giravam em volta, cada vez mais, das classificações étnicas, seja para garantir ou negar direitos aos índios. Ao “justificar a extinção das aldeias, construía-se o discurso da mistura e do desaparecimento dos índios. Estes últimos, por sua vez, respondiam reivindicando direitos com base na identidade indígena construída no processo da colonização”.²¹⁹ Segundo relatos administrativos de autoridades sergipanas, alguns índios ainda caçavam e pescavam, “abandonados a si mesmos”, antagonizando com autoridades locais e utilizando arcos e flechas. Ainda que destacassem a mestiçagem, as autoridades não abandonaram o uso dos vocábulos “índio” e “aldeia”.²²⁰

²¹⁹ ALMEIDA, 2010, p.153

²²⁰ SANTANA, Pedro Abelardo de. Os índios em Sergipe Oitocentista: catequese, civilização e alienação de terras. Tese de doutorado, UFBA, 2015, 250f. p.113-124

3 SERVIÇO MILITAR, COR E CIDADANIA NA TRANSIÇÃO DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

3.1 As honras e o prestígio negados: as companhias de homens pardos e pretos na Comarca de Sergipe.

A situação do capitão-mor José Pereira de Araújo é uma situação limite de mobilidade e ascensão de mestiços. Nesse caso, ocorrido nas primeiras décadas dos setecentos, podemos vislumbrar a trajetória e mobilidade social de um capitão-mor e seu declínio após diversos conflitos com um ouvidor. Nomeado por Carta Régia em 4 de maio de 1723, José Pereira de Araújo assumiria o posto de capitão-mor em Sergipe no mês de novembro do referido ano.²²¹ Antecipadamente a nomeação oficial e apropriação do cargo, José Pereira já se apresentava como capitão-mor de Sergipe desde 06 de fevereiro de 1723, com idade de 45 anos, casado na Bahia e requerendo ao rei D. João V, a mercê do Hábito de Cristo e sessenta mil reis de tença²²², ambicionando assim, acesso ao “privilegiado e restrito círculo dos nomeados às ordens militares.”²²³

Diferente de muitos militares, o Capitão Pereira de Araújo não procedia de Portugal ou ilhas atlânticas. Na solicitação de mercê ao rei, os documentos assinalavam informações importantes de sua vida. De origem social pobre, era natural da capitania da Bahia, e fora “filho exposto em casa de Francisco Jorge”. Em sua descrição, aparece como “trigueiro, refeito do corpo, olhos pequenos e com um sinal de ferida na testa, junto a fronte esquerda”.²²⁴ O termo trigueiro, em dicionário de época, significava “que he pouco alvo, que tira a pardo, que declina a negro”.²²⁵ Informação essa que não constava em nenhum outro documento averiguado, seja ele comum ou de patente.

²²¹ CARTA para o capitão mor de Seregipe de El-Rei entregar o governo dela ao que d novo vem provido em 17/11/1723. DHBN. Vol. XLV. pp. 143-144

²²² REQUERIMENTO do capitão mor de Sergipe del Rey José Pereira de Araújo ao rei, D. João V, solicitando que lhe faça mercê do Hábito de Cristo e sessenta mil reis de tença. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02, Doc. 43. 26/02/1723

²²³ VIANA, 2007, p.49

²²⁴ Informação repassada por João Dias da Costa, “Escrivão da fazenda Real do Estado do Brasil e da marinha, e contador da gente de guerra do prezidio desta cidade do Salvador Bahia de todos os Santos” sobre os livros de matrícula que constavam em seu poder. REQUERIMENTO do capitão mor de Sergipe del Rey José Pereira de Araújo ao rei, D. João V, solicitando que lhe faça mercê do Hábito de Cristo e sessenta mil reis de tença. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02, Doc. 43. 26/02/1723

²²⁵ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/>

Da mesma forma que muitos sujeitos anônimos e não-brancos buscavam inserção na sociedade luso-brasileira do período colonial, o futuro soldado viu no exército português uma oportunidade para sua mobilidade social. Assim, aos dezessete anos, José Pereira de Araújo ingressou nas fileiras da companhia do Capitão Manuel Borges da Rocha, pertencente ao terço do mestre de campo, Braz da Rocha Cardoso, assentando praça como soldado e recebendo seis cruzados de soldo por mês, em 31 de janeiro de 1695. Nessa instituição, foi promovido aos postos de Ajudante da infantaria da ordenança e Alferes da Companhia do coronel Antônio Mergulhão durante dez anos.²²⁶ Em 11 de julho 1713, fora nomeado para sargento mor da ordenança da capitania de Sergipe del Rey por um período de três anos.²²⁷ Servindo-se das colocações de Fernando Dores Costa sobre as Ordenanças, Luís Siqueira argumenta que, “para os moradores da capitania, fazer parte dessa instituição garantiria poder e status”, ao mesmo tempo que era vantajoso aos administradores coloniais na tarefa de proteger e defender as colônias portuguesas. Assim sendo, além da possibilidade de se tornar “homem bom”, servindo ao rei, poderiam ganhar “mercês com o acúmulo de funções e serviços prestados, como o hábito da Ordem de Cristo e sesmarias”.²²⁸

Além dos relevantes serviços militares prestados, conhecia o território sergipano e, provavelmente, por isso foi indicado para o posto de capitão-mor. Nessa oportunidade, sua missão compreendeu dar continuidade ao projeto de salvaguarda da capitania, monitoramento no movimento de gente que se deslocava de Pernambuco a Bahia, “assegurar a cobrança dos impostos e envio deste para Salvador, auxiliar nas questões da justiça e das forças militares locais”.²²⁹ Em conluio com pessoas abastadas da localidade e alguns religiosos, enquanto ocupava o cargo de sargento mor em Sergipe, foi acusado de praticar atos ilícitos, ao que tudo indica, negociando com franceses na costa. Esse acontecimento ocasionou abertura de uma devassa e punição dos infratores. Os religiosos amargaram os castigos da Sé da Bahia e o sargento mor, para se desencenar da acusação e ser absolvido, teve que entregar os produtos comercializados clandestinamente, inclusive um vestido que havia comprado ao negociante francês Francisco Nicolau de Blá.²³⁰ Não obstante, quando José Pereira de Araújo assumiu o

²²⁶ REQUERIMENTO do capitão mor de Sergipe del Rey José Pereira de Araújo ao rei, D. João V, solicitando que lhe faça mercê do Hábito de Cristo e sessenta mil reis de tença. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02, Doc. 43. 26/02/1723

²²⁷ REGISTRO de patente de José Pereira de Araújo provido no posto de sargento mor da ordenança da capitania de Sergipe de El-Rei por tempo de três anos. DHBN. Vol. LXI. 11/07/1713. pp. 157-160.

²²⁸ SIQUEIRA, 2016, 98-99

²²⁹ Idem, p.227

²³⁰ PARECER do Conselho Ultramarino. DHBN. Vol. XCVI. 15/07/1715. pp. 242-244.

cargo de capitão mor de Sergipe del Rey, em 1723, esse acontecimento, que poderia deixá-lo com má reputação, não constava mais em seus documentos, em especial na sua patente de nomeação.

Em seus primeiros meses de governo, o Capitão-mor José Pereira denunciou às autoridades régias os abusos cometidos pelo ouvidor geral da capitania de Sergipe, Antônio Soares Pinto. Em carta de 9 de junho de 1724, alegava ao governador geral que o ouvidor “se intrometia na alçada do capitão que comandava 30 soldados”, reorientando estes “para outras diligências sem os pedir ao suplicante”. Acusava, além disso, que o representante da justiça dominava a jurisdição sem “observar as coordenadas do dito senhor”.²³¹

Menos de um mês depois, em 03 de julho de 1724, a Câmara de São Cristóvão imputa atos de extorsão e arbitrariedades praticados ao ouvidor geral. Denunciado ao Governador Geral, os vereadores relatavam os procedimentos de Antônio Soares Pinto invadindo a jurisdição do juiz ordinário, visto que não obedecia a determinação real, investigando todos os delitos na capitania, com a finalidade de usurpar a população com poucos recursos nas correições.²³² Naquele ano, as reclamações foram constantes por parte dos camaristas de São Cristóvão, demonstrando suas relações conflituosas com o ouvidor.²³³

Nesse momento, tendo em conta o pouco tempo de seu governo, o Capitão-mor José Pereira de Araújo era capaz de desapontar as expectativas da Coroa portuguesa. As inflexíveis relações políticas despertaram inimizades pessoais e denúncias constantes sobre seus procedimentos habituais nas esferas militar, comercial e social, relatadas ao governador geral. Em 1725, José Pereira de Araújo foi acusado por agir de forma autoritária e corrupta no exercício de seu cargo. O ouvidor geral acusou-o de corrupção, suborno, extorsão e abusos de poder. Na carta remetida por Antônio Soares Pinto, está incluído que, no período em que aconteciam as mostras, o capitão-mor usurpava os soldados infantis da ordenança e das tropas auxiliares, penalizando em uma pataca cada um e em duas aqueles que prestavam serviços

²³¹ REQUERIMENTO do capitão mor José Pereira de Araújo ao rei, D. João V, solicitando que mande o ouvidor geral da capitania não se intrometa na sua jurisdição. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02. Doc. 60

²³² REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara de Sergipe del Rey ao rei, D. João V, comunicando que os ouvidores gerais não se intrometem em sua jurisdição, impedindo os juízes ordinários de tirarem as devassas a que estão obrigados, nas devassas que fazem cobram salários exorbitantes. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02, Doc. 62. 03/07/1724.

²³³ VER: REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara de Sergipe del Rey ao rei, D. João V, pedindo justiça contra as autoridades locais, referente a jurisdição com o ouvidor. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02, Doc. 64. 10/07/1724; CONSULTA do Conselho Ultramarino referente a reclamação dos oficiais da Câmara de Sergipe del Rey contra os excessivos salários que levam os ouvidores quando vão as diligências. AHU. Cx. 02. Doc. 66. 11/10/1724.

militares nas tropas da cavalaria. Foi denunciado por impor também multa a idosos e doentes, desobrigados da prestação desse tipo de serviço militar. No caso de soldado sem recursos e que não dispusesse da quantia estipulada para o pagamento da multa, esta era permutada por arroba de tabaco. Segundo o capitão mor, tal atitude se justificava pelo baixo salário que recebia e pelos emolumentos que tinha como privilégio do cargo. Nesse caso, os conselheiros do ultramar e o procurador emitiram parecer estabelecendo que, se as acusações fossem verídicas, as participasse o vice-rei do Brasil, prendesse o Capitão-mor e, sem demora, fosse realizada uma devassa e se tirasse residência dos casos.²³⁴

As diversas acusações trocadas entre as duas autoridades da capitania acabaram trazendo consequências desagradáveis para o capitão mor. Parecer do Conselho Ultramarino, no ano de 1729, incluía informação sobre a provisão real de 1726 que determinava a prisão do capitão-mor e abertura de devassa sobre a situação. Ao que tudo indica, para algumas autoridades administrativas, José Pereira não tinha os predicados suficientes para satisfazer o posto de capitão-mor.²³⁵

Preso na cadeia de Salvador, o capitão “trigueiro” requereu ao rei para que não fosse julgado no Tribunal da Relação da Bahia, mas na Corte, em Portugal. No documento, Pereira de Araújo informa que tentou mediar a situação para evitar contendas com o ouvidor. Além disso, na devassa que ocorreu sobre o caso, incriminava o desembargador responsável por conduzir o procedimento por dar preferência a testemunhas mais próximas do ouvidor e o acusava de provocar diversas despesas, da demora para o desfecho do processo e de manipular algumas testemunhas para que atribuísem a ele a morte do Capitão João da Costa e Silva.²³⁶

O Conselho Ultramarino, após alguns dias, emitiu parecer sobre a situação de José Pereira de Araújo. A resolução determinava a permanência do dito capitão preso no Brasil, ou seja, negou o seu pedido de defesa diretamente em Portugal, decisão referendada do governador geral. Com essa demarcação, é bem provável que as chances de inocentar José Pereira fossem

²³⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino referente as queixas do povo da capitania de Sergipe del Rey contra o capitão mor José Pereira de Araújo. Queixas encaminhadas pelo ouvidor de Sergipe del Rey Antônio Soares Pinto. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 03, Doc. 03. 05/06/1725.

²³⁵ SIQUEIRA, 2016, p.231

²³⁶ REQUERIMENTO de José Pereira de Araújo, capitão mor da capitania de Sergipe del Rey ao rei D. João V, solicitando provisão para que possa se livrar ordinariamente na Relação do Estado do Brasil. Relata também os problemas havidos com o ouvidor. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 03, Doc. 71. 13/11/1729.

reduzidas significativamente.²³⁷ Conforme Luís Siqueira, apoiando-se nas colocações de Stuart Schwartz, contrariar as ações do ouvidor foi um erro, uma vez que o Tribunal da Relação possuía uma “rede de solidariedade entre os magistrados”.²³⁸

Daí em diante, não conseguimos rastrear os passos do Capitão-mor José Pereira de Araújo. Mas é bem provável que sua situação social estava arruinada, visto que alegava pobreza de bens móveis e de raízes, inclusive uma espada de sua cinta, roupas suas e de sua mulher foram empenhadas devido às custas dos inúmeros procedimentos judiciais realizados em seu processo.²³⁹ Podemos inferir que sua solicitação de Hábito de Cristo não foi atendida, tendo em vista que por ser sinal distintivo entre os homens na América portuguesa, o Hábito seria mencionado nos requerimentos e litígios.

Sendo assim, “os candidatos tidos como mestiços, ou apontados como descendentes dos ditos pardos ou mulatos”, eram marcados pela noção da ambiguidade. Tendo em vista o defeito de “mulatice” constar na legislação portuguesa para restringir acesso a determinados privilégios, existia a expectativa de “limpeza de sangue” no decorrer de uma trajetória, por meio de serviços dispensados à Coroa. A exemplo do capitão-mor José Pereira de Araújo, trigueiro, na falta de um nascimento nobre, tentou demonstrar sua “fidalguia” na “condução de um modo de vida senhorial ao qual se conjugava muitas vezes a busca por símbolos externos de nobreza, como cargos honrosos no governo, pensões, títulos nas ordens militares”.²⁴⁰

Com o peso crescente de um significativo contingente nas escravarias da Capitania, ao mesmo tempo em que quilombos cresciam com escravos fugidos causando insegurança e perturbação da tranquilidade aos moradores de Sergipe d’el Rei, as autoridades locais se queixavam. Em 1751, o Capitão-mor da Comarca relatava as inúmeras fugas que ameaçavam determinadas regiões, sendo necessário, e realçava sua importância, a utilização dos regimentos de homens negros e pardos para reprimir os desertores dos planteis escravistas. Num outro lamento, em 1767, o Capitão Mor da época relatava que fugitivos marcharam cidade adentro, reivindicando cartas de alforria, mas por falta de tropas não pode efetuar prisão.²⁴¹

²³⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino referente a residência e devassa que se tirou dos cargos de que era arguido o capitão mor da capitania de Sergipe del Rey, José Pereira de Araújo e da residência que fizeram à justiça dois religiosos de São Francisco. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 03, Doc. 72. 28/11/1729.

²³⁸ SIQUEIRA, 2016, p.232

²³⁹ Idem

²⁴⁰ VIANA, 2007, p.47-68

²⁴¹ SCHWARTZ, 1988, p.379

Em 23 de novembro de 1757 foi remetido um “Mapa da Infantaria q’ se acha por destacamento nesta Cidade de Sergipe del Rey e também dos Terços de Auxiliares e Ordenanças della e das tropas de Cavallaria tudo pertencente ao destrito desta cidade”. Constava incluso uma lista de 02 de março de 1756, de homens pardos do Terço de Ordenanças, sob comando de Phelipe Vieira, com 1 alferes, 2 sargentos, 4 cabos e 71 soldados. Não conseguimos, nesse documento, encontrar algum regimento de homens pretos, mas localizamos uma companhia de Índios do Terço de Ordenanças, “moços da Aldea de Agoa Azeda”, liderada por Domingos das Neves, com 1 alferes, 2 sargentos, 4 cabos e 68 soldados.²⁴² Esse contingente de “qualidades” diversas dos brancos em postos militares se situavam numa “Cidade” com 390 fogos e 1.595 almas. A freguesia inteira reunia 983 fogos e 4.644 almas, com onze engenhos de açúcar, 4 nas margens dos rios Poxim grande e Merim e 7 nas margens do Vazabarris.²⁴³

Um caso singularmente interessante é o pedido de não cumprimento da posse de um Capitão dos índios. Em 26 de fevereiro de 1780, o Capitão-mor interino da capitania suplicava ao governador da Bahia que sustasse a nomeação de um pardo em virtude de sua cor, argumentando que os indígenas se sentiriam prejudicados se experimentassem subordinação a um homem que não era de sua nação, casado com uma negra e que não convivia na região dos ditos índios há mais de 7 anos.²⁴⁴

Em uma nova relação, no ano de 1782, enviada ao Marquês de Valença pelo Capitão-Mor das Ordenanças da Cidade de São Cristóvão e seu termo, foram mencionadas duas companhias de homens pardos e uma companhia de pretos. A Companhia do Henrique Dias não constava com Capitão, então falecido, sendo comandada pelo Alferes Antonio Sandes Nunes. Os capitães das companhias de homens pardos eram Joze Athanazio dos Santos, que não especificou sua lista e soldados e oficiais, e Francisco Xavier de Oliveira, que assinalou filiação, naturalidade, filhos e ocupação de alguns.²⁴⁵

Sobre o capitão dos pardos, não constava nenhuma informação específica, embora dos outros oficiais constassem algumas. O alferes era natural da cidade, filho legítimo do capitão João Rodrigues, idade de 34 anos e vivia de seu negócio mercantil. O sargento Joze Gomes,

²⁴² AHU_ACL_CU_022, Cx. 5, doc. 403 Projeto Resgate – Sergipe (1619-1822).

²⁴³ AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, doc. 2698 Projeto Resgate – Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)

²⁴⁴ FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)* / Fernando Afonso Ferreira Junior. – Campinas, SP: 2003, 219f. 2003, p.73-74

²⁴⁵ APEB, Seção Colonial, Maço 190, Doc.40; 05/04/1782

com idade de 32, tinha 4 filhos, vivia de seu ofício e era filho natural de pai homônimo. Já o sargento era filho legítimo de Joze Nicolao, natural da cidade e de 32 anos de idade. A companhia referida possuía 61 soldados distribuídos. Destes, 32 foram registrados com suas ocupações na listagem. 15 soldados eram empregados nas roças ou lavouras, 10 viviam de seus ofícios não especificados, 5 vivem de pescarias e 2 viviam da arte da música. Considerando oficiais e soldados da companhia, 30 eram filhos legítimos, 15 filhos naturais e o restante não se especificava. A composição da tropa parda era bastante heterogênea em referência às diversas ocupações e, certamente, alguns desses homens almejavam reconhecimento social através das patentes militares e de status social proveniente de seus ofícios e das relações de reciprocidade com os seus superiores, governança local e/ou régia.

Essas listas demonstram claramente a inserção social desses homens pardos e mulatos no momento de expansão econômica e populacional de Sergipe, indicando que a mestiçagem não produzia indivíduos anômicos, mas sujeitos bem estabelecidos nos vínculos sociais de sua época. As ações colonizadoras que instituíram o território de Sergipe também criaram estratégias para enquadrar na ordem colonial esses sujeitos misturados, produtos da mestiçagem biológica e cultural não planejada entre portugueses e índias e africanas.

O Governador Dom Fernando José de Portugal, em ofício remetido à Martinho de Mello e Castro, em 11 de julho de 1791, comunicava sobre o estado das guarnições militares que estavam assentadas na Bahia, as quais encontrou em “grande decadência, dezordem, e irregularidade a que achei reduzidos os Corpos de Auxiliares e Ordenanças desta Capitania” e, por isso, eram necessárias avaliações de procedimentos irregulares, listagens dos recrutados, dos corpos militares e localidades, e até mesmo de demissões “por não serem homens brancos”. Tal relação incorporava os corpos militares da “Capitania e Comarca de Sergipe de ElRey” distribuídas em 2 regimentos de Cavalarias Auxiliares e 6 Terços de Ordenanças, contendo companhias de homens pardos e pretos em quase todas as localidades.²⁴⁶

No ofício, o governador solicitava a exclusão do Regimento da Cavalaria Auxiliar da Cidade da Bahia, pelo pequeno número de soldados, poucos deles capazes de sustentar os cavalos, e pelas companhias longínquas da referida Cidade por distâncias de até 60 léguas. Porém, os regimentos de Sergipe deveriam ser mantidos porque eram “absolutamente necessários” para a “defesa das suas marinhas”. Inclusive, Sargentos-mores e Ajudantes destes

²⁴⁶ AHU_ACL_CU_005, Cx. 74, doc. 14394 Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)

Corpos serviam como paisanos, longe de serem oficiais escolhidos da Tropa paga. Portanto, seriam conservados em seus respectivos cargos, mesmo as Câmaras não tendo rendimentos suficientes para satisfação dos soldos.

O Terço da Ordenanças da cidade de São Cristóvão e seu termo possuía, dividido pelas freguesias e distritos, 998 praças capazes de pegar em armas distribuídas nas oito companhias comandadas pelo Capitão-mor Feliciano Cardoso Pereira de Figueiredo. Na freguesia de Nossa Senhora da Vitória daquela cidade, havia uma companhia de brancos, duas de pardos e uma de pretos; um pouco mais ao norte, no começo da área de expansão do açúcar, na freguesia do Socorro, havia uma companhia de brancos e uma de pardos; uma de homens brancos no Rio Poxim e Ibura seu distrito e uma de homens marítimos nas Ribeiras do Vaza-Barris e Cotinguiba desta mesma freguesia.

José Pereira Passos comandava o Terço de Ordenança formado com 11 companhias e 1672 praças, por sua grande extensão, na vila de Santo Amaro das Brotas, das que se destacam uma no sítio Jordão, uma entre ambos os rios que se divide da Pedra Branca até o Massapé, uma entre as duas Japarutubas, uma de matas abaixo, entre os dois rios da Cotinguiba e uma na Mussuca, uma no sítio da Capella, uma de pretos entre ambos os rios da Cotinguiba e uma de pretos dentro da vila. Esse Terço cobria a integralidade da região de expansão mais recente da cana e onde situavam-se a maioria dos engenhos sergipanos no século XIX. A presença de companhias de pretos na vila de Santo Amaro e nas margens do rio Cotinguiba mostra que a defesa da ordem na rica região de expansão açucareira contava com o auxílio de descendentes de escravizados.

Na vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, na área do agreste, intermediária entre o litoral e o sertão, Antonio Martins Fontes chefiava como Capitão-mor o Terço de Ordenanças, distribuído em dez companhias no seu extenso limite, da freguesia desta referida vila até Nossa Senhora dos Campos do Rio Real, na divisa sul da capitania. Nesse espaço, havia uma cia. de brancos e uma de pardos no sítio do palmar; uma de brancos e uma de pardos no Bairro do Urubú, uma de brancos no Bairro de Simão Dias, uma no bairro do Brejo, uma de brancos e uma de pardos nos campos do Rio Real de cima de Serras para fora, uma de brancos e uma de pretos para os campos do Rio Real de cima de Serras para dentro, totalizando 954 praças assentadas.

Com 650 praças assentadas, a vila de Itabaiana, também no agreste, possuía um Terço de Ordenança com 5 companhias que se espalhavam ao norte, lideradas pelo Capitão-mor João

Nepomuceno Regalado Castelbranco. Registraram-se uma companhia dentro da vila, uma no Campo do Brito, uma nas serras abaixo, uma no lugar chamado o Bernardo, uma no sítio Pé do veadão, todas de homens brancos, uma soma de 650 praças, ficando abolida a companhia de homens pretos, curiosamente, por não ter as praças necessárias.

Manuel Francisco da Cruz e Lima, Capitão-mor do Terço da Ordenança da Vila e freguesia de Santa Luzia do Rio Real, no sul de Sergipe, chefiava oito companhias espalhadas em seus limites. Duas de brancos e uma de pardos dentro da vila, uma de brancos no Rio de Piapitinga, uma na beira do rio Sauim até a beira do Rio Real, uma de brancos e uma de pardos na povoação de Estância, uma de brancos no “dio Qui té o Coitá”, com o total de 948 praças, abolindo a companhia de homens pretos por não ter as competentes praças.

E, finalmente, o Capitão-mor Manuel José Soares dirigia o Terço formado por onze companhias no extenso limite da Vila Nova Real de El Rei do Rio de São Francisco, no norte de Sergipe, divisando com a comarca das Alagoas. Neste Terço, havia uma companhia de brancos e uma de pretos dentro da vila, uma de brancos no distrito de Pindobal, uma no distrito da Praia, uma no distrito da Pacatuba, uma no distrito das catingas, uma no sítio da Japarutuba, uma de brancos e uma de pardos no sítio do urubu da Barra da Propriá, uma de brancos no Curral das Pedras, uma de pardos no Porto da Folha, no montante de 1052 praças. O informante advertia que, além da gente alistada, existia muito mais “povo” nas vilas e distritos, mas só foram recrutados os que eram capazes de pegar em armas.²⁴⁷

A distribuição das companhias de homens pardos e pretos nos mostra os efeitos da mestiçagem e sua difusão no território da capitania de Sergipe, nos diversos distritos e povoações das vilas (Vila de Santa Luzia, Vila Nova Real, Vila do Lagarto, Vila de Santo Amaro das Brotas, Vila de Itabaiana e a Cidade de São Cristóvão), exceto a ausência de informação para a Vila do Geru, antiga missão indígena. Porém, a presença ou não dessas companhias de homens de ascendência escrava em algumas regiões não deve ser tomada como expressão da inexistência de mestiços e negros nas localidades, mas, sim, de sujeitos confiáveis o suficiente aos olhos das autoridades coloniais, para pegar em armas e garantir a ordem escravista.

O contingente populacional livre não-branco tomava volume em determinadas paragens da comarca sergipana. Em 26 de março de 1798, o Capitão-mor do Terço das Ordenanças de

²⁴⁷ Idem

São Cristóvão, Francisco Félix Barreto de Menezes, enviou uma solicitação ao Governador Dom Fernando José de Portugal, na Bahia, na qual constava que, na freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, havia um “copioso número de pardos” e apenas um capitão não daria conta de conhecer e alistar todos os indivíduos para utilidade do Real Serviço. Dito isso, sugeria mais um capitão para segmentar a freguesia pela metade, facilitando o conhecimento e disciplina de todos os sujeitos disponíveis.²⁴⁸ O capitão-mor informava que, se assim fosse feito, “cada uma das companhias ao meu parecer com mais de duzentos soldados”, garantiria que eles não se dispersassem do serviço e nem se tornassem desobedientes, pois o alistamento ajuntava e capacitava os ditos soldados em serviço da Coroa portuguesa. A solicitação ao Governador possuía em anexo uma cópia da nominata, expedida pela Câmara, na qual constava que a freguesia era extensa, mais um motivo para a criação de uma nova companhia. Assim sendo, caso o requerimento fosse provido, nomeariam como oficiais da nova companhia de homens pardos “para Capitam a Daniel Antonio Dias Coelho e Mello, e Antonio Digo Antonio Luis e Pedro Roiz e que o alferes seria eleito pelo capitam”. Além do capitão-mor do Terço das Ordenanças, assinaram a nominata o Juiz Ordinário Presidente, o Capitam Joze Alves da Rocha, o Vereador Vicente Magalhaens Bastos, o Vereador João Martins Fontes, e o Procurador Joze de Souza Ribeiro.²⁴⁹

É bem provável que por trás do pedido de mais uma companhia de homens pardos pelo seu capitão-mor, esses homens buscavam a distribuição de patentes que referendariam sua posição hierárquica na comunidade de pardos, isto é, o surgimento de novas companhias criava patentes que agraciariam homens pardos que se distinguiam na região. Ao mesmo tempo que conservavam a subordinação de seus semelhantes e dissipavam tensões sociais, “governando uns aos outros”, os oficiais de homens pardos também reforçam sua importância na estratificação social, sem comprometer a ordem de Antigo Regime estabelecida com sua lealdade à Coroa.²⁵⁰

A partir do século XVIII, sobretudo, os pardos figuravam como grupo social influente, numeroso e vinculado à escravidão, visto que alguns possuíam planteis escravistas. Estes homens expressaram capacidade de interferir através dos documentos escritos nos processos comunicacionais da Coroa, demandando súplicas pessoais ou corporativas, requerendo direitos,

²⁴⁸ APEB, Maço 201-7, Cx 78

²⁴⁹ Idem

²⁵⁰ SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Rev. Hist.* (São Paulo), São Paulo, n.169, p. 111-144, Dec. 2013. p.136-144

recompensas ou cartas de patentes – elementar símbolo de distinção na configuração social da América portuguesa.²⁵¹ Na América espanhola não foi diferente. O termo pardo refletiu melhor “qualidade” e foi muito empregado nas milícias da Nova Espanha, por exemplo. É bem sabido que estas corporações militares eram formadas por sujeitos de descendência africana que, entre outras coisas, tiveram certas possibilidades de mover social e economicamente através do ingresso nessas organizações. Em muitos casos, o termo pardo parece mostrar uma melhor posição na sociedade, sobretudo no século XVIII, pois, se contam vários exemplos deste termo que sempre se referem a pessoas de situações mais vantajosas.²⁵²

Voltando à América portuguesa, em específico, a capitania de Sergipe, visualizaremos como os homens pardos se apresentavam à Corte solicitando mercê. Além da narrativa persuasiva adotada, o modo como expressam sua importância no cumprimento de serviço à Coroa, como vassalos garantindo a segurança, demonstram sua elaborada capacidade de observação e consciência coletiva, não só sobre a capitania em que são circunscritos, como veremos a seguir.²⁵³

No ano de 1800, os oficiais da Companhia de homens pardos da cidade de São Cristóvão, anexa ao Terço das Ordenanças do Capitão-Mor Francisco Félix Barreto de Menezes, representaram ao rei pela criação de um Regimento de Milícias para serem incorporados. Os três capitães de homens pardos, os alferes e os demais soldados alistados nas três companhias totalizavam o número de 1.003 homens que, sendo vassalos, serviriam “com valor, zello, e fidelidade as Armas, ou nas Letras, como tão necessárias para o decoro, e conservação do Estado, pois a Milicia constitue a Forsa, e o Respeito dos Soberanos, e a Seguransa dos Povos”.²⁵⁴

Os suplicantes argumentavam que eles, “e os mais habitantes”, se sentiam expostos diante das possíveis invasões que os inimigos “deste Estado” podiam perpetrar, por causa da insuficiência de “exercício das Armas” e das fortificações das barras que há na Capitania. Por tais razões, invocavam aquele “amor Paternal” que engrandecia e felicitava toda a América portuguesa para pedir, “nas pessoas deles representantes” com tamanha fidelidade, empregar-

²⁵¹ SILVA, 2013, p.121; CRISPIN, Ana Carolina Teixeira. Além do acidente pardo: os oficiais das milícias pardas de Pernambuco e Minas Gerais. (1766-1807). Dissertação de Mestrado, UFF. 2011; ALVES, Fabianne Nayra Santos. Os pardos da Vila do penedo do rio São Francisco: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819) / Fabianne Nayra Santos Alves. UFAL, 2019.

²⁵² GUTIÉRREZ, 2018, p.443

²⁵³ SOUZA, 2017, p.126

²⁵⁴ AHU_ACL_CU_005, Cx. 110, doc. 21594 – Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de castro Almeida (1613-1807)

se no Real Serviço, honrando-os com a mesma graça, amor e liberalidade aos “vassalos da mesma qualidade das Capitanias da Bahia e Pernambuco”. Pois, se considerariam menos felizes ou amados, porque a Milícia constituía vida muito decente e bastante própria para obterem “merecimentos e honras, e para adiantarem as suas graduaçoens e fortunas”.²⁵⁵

Em anexo na representação, estavam incluídos os atestados dos capitães Manuel de Almeida Barros, Florêncio Rodrigues dos Anjos e do alferes Jacintho Pereira Leite de Jesus sobre o número de soldados alistados em cada companhia. Ademais, foi incorporado um requerimento dos capitães para a Câmara de São Cristóvão sobre a instituição de um novo Regimento Auxiliar de Milícias, necessário pois as barras da cidade e a da Cotinguiba são distantes uma da outra, cinco léguas, fora a falta de fortificações nas outras duas barras que dividem Sergipe, que são a do Rio Real pelo sul e Rio Real de São Francisco pelo norte. Logo, para evitar investimento do inimigo, o Regimento de Milícias serviria com bastante utilidade.

Presumivelmente, as alegações de defesa do território, por parte dos homens pardos, pareceram verídicas e razoáveis como mostra a notícia enviada à Corte, no ano de 1808, pelo vigário Dom Marcos, informando a Dom Rodrigo de Souza Coutinho que a “Capitania de Sergipe ainda que tenha suas barras e portos por onde pode ser invadida por alguma força estrangeira”, não possuía para sua defesa força militar alguma. Além disso, sem especificar “cor” ou “qualidade”, asseverava que as milícias eram mais “úteis no serviço do Soberano, tanto por não haver dispêndio do Real Erário, como por não serem tão viciosos os seus membros como os indivíduos das tropas de linha conservadas no centro das cidades e no seio dos vícios”.²⁵⁶

Ao que tudo indica, o pedido de criação do Regimento de Milícias de homens pardos não foi atendido. Em 1809, em novo requerimento, o Juiz Ordinário e os demais vereadores da Câmara de São Cristóvão manifestavam que os homens pardos sentiam-se desconsolados pela Alteza Real por não os acharem dignos do determinado serviço de Armada, visto que não existia um Regimento para eles, embora muitos sujeitos tivessem cabedais e agilidade para o Serviço Real.²⁵⁷

Possivelmente, a instabilidade política e social na capitania da Bahia, em fins dos setecentos, tenha influenciado o governo geral a não atender os pedidos de homens pardos da

²⁵⁵ Idem

²⁵⁶ SOUZA, 2005, p.73-74

²⁵⁷ MOTT, 1986, p.55

Cidade de São Cristóvão. Ao reprimir a Conjuração Baiana, o Governador Dom Fernando José de Portugal informou a Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Governador do Rio de Janeiro as seguintes causas para a sedição: além da falta de religião que reinava por toda a parte, princípios poucos entendidos sobre a liberdade, os tristes acontecimentos na Europa “com cores vivas e reflexoens as vezes péssimas” e, por último, a classe dos homens pardos que conseguiam favores demasiados na Corte, alguns deles recebendo distinções e mercês dos hábitos.²⁵⁸ Nesse sentido, continua o Governador, tais distinções contribuíam bastante para aumentar ainda mais as vaidades e presunções que eram constitutivas do caráter desses homens. Intensificavam, assim, o atrevimento de tais indivíduos fazendo-os mais perspicazes ao solicitarem “requerimentos cheios de pertençaens extraordinárias, e que lhes não competem”. Embora como vassalos deviam receber atenção da Rainha, Dom Fernando José não achava conveniente que em um “paiz de conquista em que esta gente compoem huma grande parte da povoação, que seja demasiadamente igualada a classe de brancos”.²⁵⁹

Essa indisposição das autoridades portuguesas em Salvador contra homens pardos e pretos contrasta com a chancela que os camaristas da vila de São Cristóvão deram ao atendimento do pedido de uma nova companhia para os homens pardos, com as devidas patentes. Os homens bons das vilas, conhecedores da realidade social em que traficavam, tinham menores desconfianças sobre homens pardos que julgassem habilitados à oficiais de ordenanças.²⁶⁰

Por uma atitude precipitada, o Governador da Bahia substituiu os oficiais de cor dos Regimentos de mulatos (ou pardos) por oficiais brancos de postos mais baixos diante dos acontecimentos em 1798. Nisso, provocou uma resolução do Conselho Ultramarino, acatada pelo Príncipe Regente, restituindo os oficiais não-brancos, presumivelmente por demandas enviadas dos homens que compunham os tais regimentos.²⁶¹ Não à toa, em 17 de dezembro de 1802, foi expedido um alvará pela coroa regulando as promoções dos diversos postos dos Regimentos de Milícias, com o objetivo de servir à defesa externa, bem como a manutenção da ordem interior dos domínios da América pertencentes à Coroa portuguesa.

²⁵⁸ AHU_ACL_CU_005, Cx. 99, doc. 19326 – Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807).

²⁵⁹ Idem

²⁶⁰ LARA, Sílvia Hunold. Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. Sílvia Hunold Lara. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007

²⁶¹ RUSSEL-WOOD. A.J.R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História, vol. 18, n.36, p. 187-250, 1998. p.16

O Príncipe Regente achava pertinente ao Real Serviço, aos princípios da razão e do direito natural que ele, como pai comum de todos os vassalos, procurasse afugentar a “odiosa preocupação com que muitos considerão a diferença das cores como hum principio, de que devem resultar diversos direitos entre aquelles, em que se não dá a uniformidade deste acidente”. Segundo o príncipe, numa prova incontestável aos seus vassalos pretos e pardos, considerava-os habilitados para todas as honras e postos militares, conforme o merecimento pessoal de cada um. Ordenava que os postos de Coroneis, Tenentes Coroneis, Majores e Ajudantes dos Regimentos dos homens pretos e igualmente para os dos homens pardos, que existissem ou porventura fossem criados posteriormente, sejam sempre concedidos preferencialmente os oficiais de suas próprias cores.²⁶²

Uma outra comunicação pode nos sugerir outras razões para a desconsideração do pedido dos homens pardos de São Cristóvão. No dia 18 de março de 1803, o novo Governador da Bahia, Francisco da Cunha Menezes, enviou ofício ao Visconde de Anadia sobre o provimento de postos em um regimento de pardos em que informava não haver razão plausível para alterar regras em favor de “hum classe de gente a mais orgulhosa e inquieta de todo o paiz”, já que os homens pardos não eram excluídos dos empregos públicos e gozavam, como outros vassalos livres, dos privilégios de cidadãos, a partir da lei de 06 de janeiro de 1773.²⁶³ Alegava que as queixas e requerimentos dos homens pardos não eram justas e tampouco admissíveis, pois todos os ofícios, com honras e dignidades, poderiam ser providos “sem que lhes obste a diferença da côr”. Por isso, acreditava ser descabido os homens pardos pretenderem um corpo militar separado dos brancos, “com quem eles participam igualmente de todas as mais regalias”. Assim, Francisco da Cunha Menezes alegava que, em todos os Regimentos, não somente da capitania da Bahia, sob a qual Sergipe encontrava-se anexa, como também da América portuguesa, não era difícil encontrar um mulato servindo, pois se os brancos sofriam dessas misturas em seus Corpos, não teria lógica um batalhão exclusivo de pardos.²⁶⁴ O governador excetuava somente o estabelecimento da “corporação dos homens pretos”, uma vez que estavam longe de “servir de exemplo aos referidos pardos”, ao contrário, essa atitude deveria demonstrar uma atitude autêntica de que os homens pardos eram considerados “iguales aos brancos”, sem demarcar a diferença, com algumas ressalvas ofensivas, de cor. Finalmente, argumentava que a distinção de um Regimento exclusivo de “mulatos” não estimularia a

²⁶²AHU_ACL_CU_005, Cx. 225, doc. 15644 – Projeto Resgate – Bahia Avulsos (1604-1828).

²⁶³AHU_ACL_CU_005, Cx. 127, doc. 25032 Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807).

²⁶⁴ Idem

integração, antes conservaria uma “barreira inseparável entre as castas” que habitavam a Bahia. Os ódios particulares, as desordens e a falta de sossego público tinham causado recentemente a inconfidência baiana, embora algumas “providências acertadas” tenham impossibilitado o sucesso do motim. No entanto, caso os “infames autores daquela inquietação” fossem amparados por um regimento de “mulatos” o desenlace seria favorável aos revoltosos.²⁶⁵

Reclamações de atrevimento e desordem desses homens eram constantes na comunicação das autoridades administrativas. Em carta ao Governador da Bahia, em 26 de abril de 1799, Antônio Pereira de Magalhães Paços, ouvidor da comarca de Sergipe, estabelecendo um panorama daquelas paragens, enumerava os impasses e adversidades encontrados. Entre eles, “os mulatos, negros forros e alguns brancos do paiz”, desprezavam o trabalho e o consideravam como atividade somente de escravos. Demarcados como homens de caráter duvidoso, além de vingativos, porque a qualquer motivo se atacavam “atraiçoadamente a tiro”, em razão de adquirirem o quanto antes uma “arma de fogo, ornato que temem muito”. Atrevidos e capazes de todo o mal, segundo o ouvidor, esses homens utilizavam muitas espingardas, ficavam agregados “sem temor da justiça”, fugindo para os sertões e que, por isso, as mortes eram frequentes. Tais acontecimentos causavam preocupações nos “homens quietos e arranchados”, pois evitavam qualquer confronto com os “vadios”, porque não gostariam de incorrer na “indignação d’elles”.²⁶⁶

Há uma longa tradição de desprestígio da população negra e mulata livre do Brasil aos olhos das autoridades portuguesas. Essa visão choca-se com a capacidade dos senhores locais de compreender os meandros da mestiçagem e da cooptação política. Mas, em casos em que pardos e pretos representavam risco à ordem, as autoridades locais eram capazes de lidar com elas, mesmo que apelando para o governo da capitania. Em 1806, numa comunicação do Capitão-mor de Sergipe ao governador baiano, o homem pardo chamado Daniel Dias era acusado de extorquir dinheiro para obtenção da patente de capitão do mato e de andar embriagado na maior parte do tempo, causando problemas e intimidando habitantes sem motivo. Embora tais postos fossem ocupados por mulatos ou negros livres, o que garantia algum respeito e autoridade, a comunicação sobre pardo Daniel Dias afirmava que ele desgraçava o uniforme que usava.²⁶⁷

²⁶⁵ Idem

²⁶⁶ AHU_ACL_CU_005, Cx. 107, doc. 20852, Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)

²⁶⁷ SCHWARTZ, 1988, p.379-380

Assim, a expressão pública dos grupos mestiços era permitida e consentida pela elite colonial, desde que ocorresse dentro das tradições do Antigo Regime e, portanto, de forma controlada e sem ameaçar a ordem. As companhias de ordenança eram instrumentos importantes nesse sentido. Mas poderiam, como mencionado, ser disputadas pela elite colonial e autoridades portuguesas. Ou, como ocorreu no início do século XIX, não seriam suficientes para garantir a ordem em casos de conflito político generalizado.

As relações entre a elite social sergipana e os homens pardos e pretos mediava-se entre o risco que a multidão desses sujeitos representava e as possibilidades de sua organização e ordenamento, especialmente nas tropas de ordenanças. No contexto da independência administrativa de Sergipe com a Bahia, em 1820, Edna Matos analisou, em sua tese de doutorado, como a dinâmica política que envolveu o movimento esteve condicionada pelo risco de levante de pardos e pretos se a guerra de independência que ocorria na Bahia atingisse Sergipe.²⁶⁸ Naquele contexto, a manutenção da unidade com a Bahia significava alinhar-se ao governo português de Madeira de Melo e opor-se à independência do Brasil. Assim, o senhor de engenho, Brigadeiro Guilherme Jose Nabuco de Araújo, originalmente um partidário da unidade da Comarca de Sergipe à Bahia, reconsiderava sua posição, em setembro de 1822, tendo em conta o possível derramamento de sangue pelo confronto com o Exército Pacificador de Labatut, a serviço da corte no Rio de Janeiro. Em conjunto com outros graduados militares, Nabuco de Araújo ordenou a proclamação do Imperador em toda a Comarca de Sergipe, temendo a desordem e a insubordinação de tropas e o adiantamento de povos ao aclamar o Regente Pedro I. Para ele e outros da elite, dos males o menor deveria ser escolhido, evitando qualquer enfrentamento sangrento.²⁶⁹ Seguramente parte dessa preocupação de uma guerra civil era originada porque boa parte dessa população poderia reivindicar um conceito de liberdade que poderia provocar políticas e práticas sociais contrárias ao conceito de liberdade que os representantes políticos e administrativos possuíam, na qual excluía os escravos e libertos dos direitos de cidadania.²⁷⁰

Um outro representante militar, também partidário da submissão de Sergipe à Bahia, o sargento-mor Vicente José da Silva Portela, português de nascimento, no decorrer do ano de

²⁶⁸ ANTONIO, Edna Maria Matos. “A independência do solo que habitamos”: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro. Sergipe (1750-1831). Tese de doutorado, UNESP, Franca 2011, 391f.

²⁶⁹ ANTONIO, 2011, p.260-261

²⁷⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil. Cad. Cedes, Campinas, v.22, nº 58, p.21-45, dezembro/2002. p.29-31

1821, por precaução diante das movimentações e tensões na comarca sergipana, passou a defender a autonomia do território sergipano e alinhamento com a Independência do Brasil. Vicente Portela, como autoridade militar, enxergava grandes riscos numa possibilidade de guerra, pois seria um infortúnio muito grande, segundo ele, por compreender uma significativa população de cor livre e de escravos animados naquelas paragens e, por isso, evitar o confronto com o Exército Pacificador do Regente era o recomendável para evitar a guerra civil.²⁷¹

3.2 A cidadania limitada: cor e hierarquia

Nas primeiras décadas do século XIX, no processo de emancipação política e construção ampliada da cidadania, o Brasil abrangia uma das maiores populações cativas do continente, ao mesmo tempo em que possuía a maior população livre de descendência africana das Américas.²⁷² Em meio à difusão das ideias de liberdade e igualdade, o Brasil, em sua Constituição de 1824, incluiu uma parcela significativa da população no universo dos cidadãos, rompendo com as diferenciações baseadas nos critérios de “pureza de sangue” do Império Português, característicos de uma sociedade do Antigo Regime.

A sociedade portuguesa de Antigo Regime apresentava estigmas e distinções sustentados na ascendência firmados nas ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, o que implicava em garantir a honra e os privilégios da nobreza, composta por cristãos velhos, restringindo a ascensão por títulos honoríficos, cargos eclesiásticos e públicos para descendentes de judeus, mouros, ciganos, indígenas, negros e mulatos. As hierarquias sociais eram entendidas como desígnios divinos, na medida em que todos os súditos do rei dispunham de um lugar social. As restrições aos descendentes de judeus, mouros e indígenas seriam revogadas em 1776, mas, no tocante aos descendentes de africanos, as restrições só seriam rompidas no Brasil, na letra da lei, pela Constituição de 1824, que pela primeira vez definiu os direitos inerentes à cidadania brasileira.²⁷³

Na passagem do século XVIII para o século XIX, a conjuntura das sociedades escravistas americanas produziu uma reviravolta no colonialismo e na escravidão que as

²⁷¹ FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)* / Fernando Afonso Ferreira Junior. – Campinas, SP: 2003, 219f. p.171-187

²⁷² LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. 400p

²⁷³ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico* / Hebe Maria Mattos. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2004, p.14-15

estruturavam com os processos da Revolução americana, de independência e fim da escravidão no Haiti, e as independências de algumas colônias espanholas. Levando em conta tais circunstâncias, Márcia Berbel e Rafael Marquese analisaram os debates sobre a cidadania relacionados aos descendentes de africanos em Lisboa e no Rio de Janeiro, comparando com as soluções adotadas em outras partes do Novo Mundo, demonstrando que a definição de cidadania na Constituição do Império do Brasil foi bastante inclusiva.²⁷⁴ Não obstante abolir o mecanismo colonial de “mancha de sangue” e reconhecer os direitos civis de todos os brasileiros livres, a Constituição Imperial de 1824 diferenciava-os, no que se refere aos direitos políticos, em função de suas posses. Nesse sentido, a Constituição brasileira optou pelo parâmetro convencionado pelos revolucionários franceses, ao diferenciar os cidadãos passivos daqueles que eram cidadãos ativos.²⁷⁵ Os direitos políticos, além das exigências de renda, obrigavam o nascimento livre dos cidadãos para gozar de tal prerrogativa, melhor dizendo, aqueles que nasceram no cativeiro não podiam ser eleitores, o que limitava os direitos políticos dos alforriados.²⁷⁶

A monarquia constitucional brasileira, de alicerce liberal, conceituava que todos os homens nasciam livres e iguais, embora a instituição da escravidão permanecesse inalterada e reconhecida pelo direito de propriedade inscrita na Lei Constitucional. Apesar de assemelhar uma contradição, a manutenção da escravidão em uma sociedade que promulgava a liberdade e igualdade entre os cidadãos não foi exclusivo do Brasil de 1822, mas sucedeu a partir da independência dos Estados Unidos e em todo o continente americano, com a notável exceção do Haiti.²⁷⁷ Entretanto, conforme Márcia Berbel e Rafael Marquese analisam, a exclusão de determinados segmentos da população da participação política e eleitoral foi discutida, tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro. Nas Cortes de Lisboa considerou-se a não concessão do direito de voto aos não-brancos sob o argumento do temor de revolta e desobediência do escravo com seu senhor, porquanto “debaixo do jugo a nobreza de sentimentos tornava-se impossibilitada”.²⁷⁸ Ainda que não esboçassem um motivo racial, os deputados em Lisboa desconfiavam daqueles que estavam perto da condição de escravo, pois

²⁷⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar & BERBEL, Márcia Regina. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças & SILVEIRA, Marco Antônio (orgs.). Território, conflito e identidade. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CAPES, 2007, pp.63-88. p.67

²⁷⁵ BERBEL&MARQUESE, 2007, p.64

²⁷⁶ MATTOS, 2004, p.20

²⁷⁷ MATTOS, 2004, p.7-9

²⁷⁸ BERBEL&MARQUESE, 2007, p.69

“na tentativa de racionalizar os atos é muito mais comum apelar-se para argumentos lógicos, sofisticados, do que simplesmente reconhecer que se tem medo”, como bem pontuou Célia Maria Azevedo.²⁷⁹

A inserção dos libertos, dos vassallos pardos e pretos, já constituía realidade antiga na estrutura social e política da América portuguesa. A inclusão destes em atividades produtivas, sua importância numérica diante do contingente populacional nas muitas províncias do Brasil e na incorporação desse grupo em funções administrativas e/ou cargos militares durante o Antigo Regime, foram justificativas apresentadas por alguns deputados em desfavor da proposta de não permitir participação política e eleitoral desses sujeitos.²⁸⁰ O deputado baiano Marcos Antônio de Sousa, outrora vigário na Comarca de Sergipe, recordava, nas Cortes de Lisboa, que os libertos representavam um terço da população brasileira e muitos deles eram homens de muita integridade de caráter, além de reforçar a existência, segundo ele, das leis do Sr. D. José, pelas quais decorriam a concessão dos libertos desempenharem funções públicas. Certamente dom Marcos lembrava-se das tropas de homens pardos que garantiam a ordem em Sergipe. Nessa perspectiva, os direitos políticos dessa parcela da população resultavam de sua utilidade na economia, pelos serviços na segurança e administração dos negócios públicos a Coroa portuguesa e, posteriormente, ao Império brasileiro.²⁸¹

A inelegibilidade dos libertos, nascidos no Brasil ou nos domínios africanos, não foi registrada na Constituição lisboeta de 1822 por rejeição dos deputados. A escolha de conceder cidadania aos libertos sem distinção, passou pelo reconhecimento manifestado dos deputados do Brasil da importância desses sujeitos e, decerto, simbolizava mais um empenho para preservar a unidade do Império já em fragmentação.²⁸²

O projeto de Constituição Brasileira de 1823 e a Carta outorgada em 1824 herdaria parte desse entendimento, porém, como mencionamos, excluindo os libertos da participação política. Na letra da lei, os libertos seriam constantemente prejudicados no decorrer do segundo quartel do século XIX. Em 1832, o código de processo criminal promulgado estabelecia no artigo 23º que a função de jurado estava habilitada para os cidadãos que pudessem ser eleitores, ou seja

²⁷⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX* / Célia Maria Marinho de Azevedo; Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987. p.20

²⁸⁰ BERBEL&MARQUESE, 2007, p.69

²⁸¹ Idem

²⁸² BERBEL&MARQUESE, p.73

com direitos políticos – ie., homens nascidos livres, com renda compatível com o 2º grau das eleições e alfabetizados, reconhecidos como pessoas de bom senso e de probidade.²⁸³

Infralegalmente, a permanência da instituição escravocrata não assegurou completamente a cidadania para os brasileiros não-brancos, pois sua condição de liberdade estava comprometida e dependente do “reconhecimento costumeiro”.²⁸⁴ Para se ter uma ideia dessa questão, em um jornal sergipano, Manoel Lino do Prado, supostamente um homem não-branco, publicou uma correspondência para desfazer a acusação de um jurado chamado Leandro José de Queiroz, que imputava, de modo velado, a impossibilidade de Manoel Lino também ser jurado por ter nascido escravo “querendo persuadir [ter] eu sido Liberto, e posto que eu tivesse bem certo ter nascido de ventre livre”. Não obstante, ciente de sua liberdade, Manoel Lino nos conta em sua carta que tomou o trabalho de mandar averiguar nos livros de notas dos Tabeliães da Cidade, alguma carta de liberdade em seu nome. Como nenhum registro de alforria em seu nome foi recuperado, Manoel Lino afirmava que possuía em mãos, uma certidão para ser apresentada ao jurado Queiroz, comprovando “de que eu fui, sou, e serei livre em tudo, e por tudo”.²⁸⁵

A expansão da população de mestiços e de pessoas de procedência africana desmantelava a “sinonímia entre ser branco e livre”,²⁸⁶ pois, entre a população livre, a igualdade de direitos estava paradoxalmente “informada pela distinção concreta e cotidiana entre cidadãos livres e escravos”.²⁸⁷ Para Hebe Mattos, na formação do Império, as populações livres “de cor” reivindicavam, antes de tudo, o silenciamento sobre a própria cor, marca discriminatória herdada do Império Português que permanecia no Império Brasileiro.

Um bom exemplo dessa questão se deu numa acusação feita pelo presidente da Junta provincial, no ano de 1824, contra o padre Antônio José Gonçalves de Figueiredo, vigário da freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba. O padre, segundo a autoridade, declarava guerra contra os brasileiros honrados e mantinha preso o “cidadão” Bernardino José, deixando-o acorrentado, obrigado a capinar o Largo da Praça sob vigilância de sentinelas que

²⁸³ Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

²⁸⁴ MATTOS, 2004, p.21; CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁸⁵ Noticiador Sergipense (SE), nº 89, 01/03/1836, página 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711136/28>

²⁸⁶ LIMA, 2003, p.125

²⁸⁷ MATTOS, 2004, p.30; CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 351 p

estavam armados. No entanto, ao refutar as acusações, o vigário fazia questão de designar o dito Bernardino como “pardo”.²⁸⁸ Embora não manifesto, a referida acusação promovida pelo presidente da Junta reconhecia que era legítimo aquele tratamento, desde que fosse em escravos a quem não seriam assegurados o direito à cidadania, mas não para um homem livre, como Bernardino, cujos direitos civis estariam resguardados na lei. Por outro lado, na resposta do vigário, a qualidade de pardo de Bernardino evocava a ascendência escrava e esmaecia seus direitos, ou seja, por ser pardo, não era um igual entre os homens livres.

A qualidade de homem mulato esteve na base das desconfianças sobre o primeiro secretário de governo da província de Sergipe. Na província, a Carta Constitucional outorgada pelo Imperador Dom Pedro I, em 25 de março de 1824, foi jurada aproximadamente dois meses depois, no dia 06 de junho,²⁸⁹ sob circunstâncias tumultuadas. No dia da solenidade, ao adentrar a Igreja, o secretário do governo provincial, o mulato Antônio Pereira Rebouças, herói da guerra de independência na Bahia, tomou o texto do vigário geral da paróquia, português de nascimento, e procedeu à leitura. Após os “Vivas da Etiqueta”, o Tenente Coronel Cristóvão de Abreu Carvalho Contreras, gritou “morra tudo quanto é maroto” – ie. portugueses. Na sequência, perseguições e espancamentos foram endereçados aos “miseráveis nascidos em Portugal”, que, “abandonando bens e famílias”, foram se refugiar nas matas, e só saíram de lá quando tiveram garantias de proteção pelo novo Comandante das Armas Manoel da Silva Daltro.²⁹⁰

Em representação do dia 06 de julho de 1824, feita pelo juiz ordinário e presidente do Senado da Câmara de São Cristóvão, João Simões dos Reis, e pelo vereador mais velho, Joseph Francisco de Salles, em favor da “gente boa desta mesma cidade”, “cidadão probos e pacíficos da província”, recorre-se às autoridades imperiais sobre os possíveis desmandos do secretário Rebouças, acusando-o de despótico e democrático e pedindo um secretário “Constitucional”, com intenção de “conservar e sempre manter os povos em harmonia, em sossego e cega obediência ao sistema adotado”. Segundo a representação, até a chegada do secretário, no princípio de março de 1824, a província conservava-se em “perfeita paz, cuidando somente de

²⁸⁸ MOTT, 1986, p.25

²⁸⁹ NUNES, Maria Thétis. História de Sergipe, a partir de 1820 / Maria Thétis Nunes. – Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978. p.94

²⁹⁰ GRINBERG, 2002. p.80-81; NUNES, 1978, p.81. Fizemos uma confrontação e complementação das fontes trazidas pelas pesquisadoras. Keila se baseia na representação do vigário ao Comandante das Armas que está no Arquivo Nacional, enquanto Thétis Nunes se ampara numa representação do Vigário paroquial e Geral Luís Antônio Esteves, sob custódia do Arquivo Nacional.

pôr os mais eficazes meios de guardar as leis da sociedade, recíproca união e todos os direitos que garantem seus habitantes”²⁹¹. Daí em diante, “os cidadãos fiéis executores das leis da sociedade” foram considerados opositores da “Cauza do Brazil”, ao mesmo tempo que “os espancadores, os que cometem e consentem cometer extorsões e outros atos”, eram chamados de patriotas e beneméritos. De acordo com a representação os malfeitores “quase são todos os homens de cor”. O registro documental é categórico ao opor e impor, de um lado, um imaginário de cidadãos probos e pacíficos, os designados brancos e portugueses e, do outro lado, os homens de cor que, implicitamente ou não, representavam as instabilidades, atentavam contra a paz, desarmônicos e desassossegados em suspeição.

Conforme a representação, Antônio Pereira Rebouças, qualificado como “homem pardo”, representava um risco sobre os de sua qualidade pois, “os têm doutrinado e persuadido, que todo homem pardo ou preto pode ser um general”. Apesar da Constituição juramentada, que garantia igualdade de direitos civis, acesso aos cargos por talentos e virtudes, tais direitos, na prática social, podiam sofrer restrições sérias herdadas das concepções tradicionais do Antigo Regime, às quais a elite política sergipana desejava manter. Os camaristas Joseph Francisco e João Simões afirmavam na sua representação que os homens de cor estariam “ufanos” e proferindo contra brancos, chamando-os de “caiados”, mas, em tempos anteriores à chegada do secretário, os homens de cor respeitavam dignamente e concediam deferência aos brancos constituídos.²⁹²

Os camaristas João Simões e Joseph Francisco investiram ainda contra Rebouças informando que o secretário, ao reformar as forças militares, retirara da cidade de São Cristóvão mais de 100 soldados, deixando “ficar alguns aliciados para fazerem o que ele, secretário, mandar, como falar loquaz, e assintemente contra Marotos e Caiporas, que são (como se tem conhecido) os que não vão, não mandam, não consentem esbordoar e roubar portugueses”. Esses soldados seriam liderados por um Sargento Mor de Milícias que, segundo os subscritores da representação, era conhecido por ser “homem sem caráter, intrigante, inconstante, e falto de certas partes separáveis do Militar probó”. Por fim, os camaristas, explicitamente, associam

²⁹¹ Representação do Juiz Ordinário e Presidente da Câmara de São Cristóvão, e o Vereador mais velho. AN, Seção dos Ministérios. NUNES, 1978. Transcrição completa em anexo no livro da autora. pp.159-163.

²⁹² Idem

Rebouças à “aquele sargento mor de milícias Cristóvão d’Abreu Carvalho e Contreiras”, que pronunciou na “presença de um grande concurso de povo – Morram os marotos”.²⁹³

Ainda de acordo com a representação, o presidente da província, Manuel Fernandes da Silveira, septuagenário, tornou-se “amoldado e persuadido, que nada move, nada ouve e nada atende”, por influência e prelação de Rebouças, motivo pelo qual não recorreram a ele. Além disso, a representação não encontrava apoio total no Senado da Câmara, haja vista que os “mais Vereadores, é porque o imediato é apaixonado e se chama parente do Presidente e o mais mosso, Escripturário da Secretaria do Governo, e como tais sujeitos a toda vontade do Secretário”.

O universo senhorial dominante compreendia a liberdade como o direito de conservação da propriedade de direitos políticos e sociais convencionados²⁹⁴. Ao contagiar e tensionar o cotidiano da população, representantes senhoriais, com medo de possíveis anarquias e rebeliões, invocavam semelhanças de episódios históricos conturbadores para que não fossem reproduzidos no Brasil, a exemplo das “tristes e horrorosas cenas que aconteceram na ilha de São Domingos de que já se divisam funestos prelúdios com os pasquins que diariamente aparecem na mesma povoação, os quais dizem – viva aos pretos e mulatos, morram marotos e caiados”²⁹⁵.

Em ofício ao Ministro dos Negócios, o presidente Manuel Fernandes da Silveira, além de comentar as solenidades que envolviam o aniversário do Imperador, relatava desestabilização da província com a divisão da população brasileira em pequenas “Nações rivaes e inconciliáveis sob o prestígio de cores e naturalidade”. Um grupo aclamava e lisonjeava a oficialidade do recém-criado Batalhão de Homens Pardos, como valentes, enérgicos patriotas e únicos para receberem confirmações de patentes. Em detrimento, os brancos nada mereciam, pois eram comodistas, hesitantes, fracos e lerdos para o serviço. Em contrapartida, segundo o presidente da província, os homens brancos expressavam que os homens pardos procediam naturalmente como atrevidos, insubordinados e indignos de serem representados publicamente. Um outro grupo, provavelmente amigo à Causa do Brasil, apontava que os naturais de Portugal figuravam como inimigos inconciliáveis em relação aos brasileiros naturais. Ao mesmo tempo, um outro segmento, de supostos inimigos da causa brasileira, contra-atacava se declarando tão

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil. Cad. Cedes, Campinas, v.22, nº 58, p.21-45, dezembro/2002. p.29.

²⁹⁵ Ofício do Capitão-Mor José d’Anunciação Borges ao Comandante das Armas, Manoel da Silva Daltro. Documento em anexo no livro da autora. (Arquivo Nacional – Seção dos Ministérios). NUNES, 1978. p.164-165

pertinente e útil como qualquer outro grupo, visto que possuíam cabedais e que o Imperador os recomendavam para os empregos “esquecendo os procedimentos passados”.²⁹⁶

Além da acusação de antilusitanismo, pesou contra Rebouças a acusação de que estaria comprometido com o levantamento da população negra associado ao alferes dos Henriques Sebastião Soares Paiva Noronha. Sebastião Noronha tinha larga experiência de serviços prestados às tropas de homens pardos desde que assentou praça de soldado, a partir de 19/02/1808, na Companhia do Regimento de Milícias dos Homens pretos de Recife, ascendendo a cabo em 1809 e sargento no ano seguinte.²⁹⁷ Com as formalidades necessárias e informe de serviços prestados em outra localidade, Sebastião Soares Paiva Noronha tornou-se 1º Sargento, ocupando o cargo vago na 2ª Companhia dos Henriques do Terço das Ordenanças da Villa de Santo Amaro, em Sergipe. Em algum momento no ano de 1822, Sebastião Soares Paiva Noronha marchou para a Bahia, não sabemos se com licença ou não, onde tornou-se 2º Comandante do Porto da Barra de Itacaranha,²⁹⁸ alinhado à “Sagrada Cauza do Brazil”, isto é, à independência. Tendo em conta esses serviços, Sebastião Soares Paiva Noronha pleiteava assumir o cargo de Alferes da Companhia dos Henriques que se achava vago, “por haver Phelippe dos Sanctos, alferes da dita companhia, feito demissão, deste não poder tirar a patente, nem poder ostentar o cargo por indigente e a fez ao suplicante por ser este sargento da mesma companhia”, e assim foi recomendado pelo Capitão-mor Jozé da Motta Nunes, no dia 05 de junho de 1824, ao presidente da província, Manuel Fernandes da Silveira.²⁹⁹

Em 25 de novembro de 1824, o Senado da Câmara da Villa de Santo Amaro comunicava e acusava ao presidente de província, Manuel Fernandes da Silveira, “alguns indivíduos mal intencionados”, especificamente, “o Quartel Mestre do Batalham dos Pardos Diogo Rabêllo da Silva, o Alferes dos Henriques Sebastião Soares, Balthazar Vieira de Mello e o Reverendo Manoel Placido da Trindade”, pois, estes, estimulavam aos “pretos” dos engenhos e fazendas para assassinares os seus senhores, e outros “homens brancos” na noite do dia 24 de dezembro, véspera de Natal, com “promessas de liberdade”.³⁰⁰

²⁹⁶ “Ofício participando de se ter solemnizado nesta Capital o Aniversario de Sua Magestade o Imperador, ao Ilmo e Exmo Snr João Severiano Maciel da Costa. Do Conselho de Sua Magestade Imperial, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império”. 17/10/1824. RIHGSE, nº 25, 1960, p.169-172

²⁹⁷ Conforme consta da petição do Capitão dos Henriques, Francisco Amanço Correa, ao Capitão-mor do Terço das Ordenanças, Jozé da Motta Nunes BRSEAPES, G¹ 1600, doc.73-75

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Representação da Câmara da Vila de Santo Amaro ao Presidente de Província. 25/11/1824. BR SEAPES, CM¹ 16, doc. 42

Já então Alferes dos Henriques, Sebastião Soares Paiva Noronha foi acusado várias vezes de “revolução” na povoação do Rosário, segundo diversas denúncias remetidas ao presidente de província. Para o Capitão-mor da Vila de Santo Amaro das Grotas, Joze da Motta Nunes, era o Alferes Sebastião Noronha quem comandava a companhia, pois o Capitão tinha a ocupação de carpina e andava sempre trabalhando nos engenhos. Noronha foi também acusado pelo Juiz Ordinário Joze Pinheiro de ter comparsas para rebelar os “negros captivos” de alguns proprietários, para dar fim aos brancos, ficando “eles de posse da terra”.³⁰¹

O Capitão-mor do Terço das Ordenanças, Joze da Motta Nunes, dirigiu-se à povoação de Rosário para averiguar as informações. Chegando lá, perguntando o que existia de novo naquela localidade, todos lhe “disseram que o que havia de novo era os negros se quererem levantar, e que o dito Alferes dos Henriques era o cabeça”. Da povoação do Rosário, o capitão passou para o Engenho Seabra, do Tenente Coronel Joze de Barros Pimentel Passos, onde recebeu informação que “o tal Alferes preto, e mais trez” estavam notoriamente acalorados. Procurando mais indícios da revolução, foi-lhe relatado “que o Alferes dos Henriques athe já tinha a lista feita (...) dos negros forros e captivos (...) que havia de atacar dia de natal e que dizia aos soldados da Companhia dele que chamava-os”.³⁰² Além dos fatos expostos, o capitão-mor registrava que sabia de uma representação feita pelo Coronel Sebastião Gaspar Boto transmitindo suas preocupações sobre a funesta intenção do Alferes ao próprio Presidente de província. Assim sendo, Joze da Motta Nunes solicitava a expulsão do “Alferes revolucionario para fora da província remetido para hua das mais remotas provincias do Sul: e se assim não acontecer esmoreceu todos os proprietários deste Termo”.³⁰³

Ao que tudo indica, o Presidente de província Manuel Fernandes da Silveira não tinha juízo formado sobre a situação do Alferes Sebastião Soares Noronha, pois as provas não eram suficientes para tomar qualquer decisão.³⁰⁴ Joze da Motta Nunes buscou saber com o Capitão dos Henriques, Francisco Amanço Correa, sobre a revolução que o dito Alferes maquinava. Amanço Correa informou que foi procurado pelo Cabo de Esquadra da Companhia, por nome André Cilindro, que questionava sobre um abaixo assinado que o Alferes dos Henriques andava fazendo, embora não soubesse o teor do documento e se era proveniente do Capitão-mor Joze

³⁰¹ BRSEAPES, G¹ 1250, doc. 204. Ofício do Capitão-mor José da Motta Nunes ao presidente de província Manuel Fernandes da Silveira. 03/12/1824.

³⁰² Idem

³⁰³ Idem

³⁰⁴ BRSEAPES, G¹ 1250, doc. 53. Ofício do Capitão-mor Joze da Motta Nunes, da Vila de Santo Amaro para o Presidente de Província Manuel Fernandes da Silveira. 09/12/1824.

da Motta.³⁰⁵ Para mais, o Capitão-mor encarregou Pedro Muniz Barreto, Sargento-mor e Agregado Encarregado do Sossêgo Público da povoação do Rosário, cotejar informações precisas sobre a maquinação do Alferes Sebastião Soares Paiva Noronha. Incluso no ofício, foi enviado um rol com algumas testemunhas, “pessoas de crédito”, que informavam sobre os males que tramava o Alferes dos Henriques. Um dos testemunhos afirmava que Fellis Gonsalves, vizinho do Alferes, foi sondado para pegar em armas, por 960 reis de soldo por dia contra os seus superiores e informado que, em breve, havia de ter muito sangue.³⁰⁶ Uma outra testemunha, Manoel Bade, relatou que o dito Alferes pronunciava o derramamento de sangue. Margarida, “beata muito honesta”, mencionou que o Alferes Sebastião Soares lhe dissera que pedisse ao Seu Menino Jesus para que acontecesse o que ele esperava, pois muitos não ouviriam o toque do sino no natal. Andre de tal declarava somente que sabia dos dizeres do dito Alferes Sebastião Soares. Fellis, crioulo, carreiro de Armando Saci, asseverava que o Alferes do Batalhão dos Pardos, José Joaquim de S. Anna, não prendeu o Alferes dos Henriques por não fazer motim, apesar de estar ciente das suas intenções.

Em suas memórias, o ex-secretário Pereira Rebouças relembra o acontecimento com um “crioulo” que tinha servido no Exército na Guerra de Independência e estava alocado numa Companhia dos Henriques, no termo de Santo Amaro, no ano de 1824, certamente o “revolucionário” Alferes dos Henriques Sebastião Soares Paiva Noronha. O ex-secretário comentava sobre como o dito, “de maneiras um tanto desembaraçadas”, veio ao seu encontro e do Presidente de província para falar de uma possível reforma militar. Ao voltar para a sua localidade, demonstrou ter esperança que as reformas fossem realizadas, mesmo com a pouca importância dada pelo governo da província.³⁰⁷ Na visão de Pereira Rebouças, tal encontro serviu de subterfúgio para alguns inimigos acusarem o oficial dos Henriques de querer alistar gente para uma revolução haitiana, ao ponto de fazer denúncia ao presidente da Província. Rebouças, como secretário de Governo, não considerava a denúncia fundamentada e com elementos para uma investigação. Entretanto, um juiz ordinário, “da facção”, realizou uma devassa comprometendo o próprio secretário do Governo num plano de haitianismo.³⁰⁸ Embora o escrivão da devassa fosse parente do Presidente da província, Rebouças não pediu para

³⁰⁵ Idem

³⁰⁶ BRSEAPES, G¹ 1250, doc. 66

³⁰⁷ GRINBERG e MATTOS. Lapidário de si: Antônio Pereira Rebouças e a escrita de Si. IN: GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp.28-50.

³⁰⁸ GRINBERG e MATTOS, 2004, p.42-43

inabilita o processo, mas não deixou de verificar o teor das acusações para sua defesa, ao tempo em que já tinha solicitado sua demissão.

A independência e a organização do novo Estado Nacional sobre a carta constitucional de 1824 deveria alterar os termos da integração social de pardos e pretos livres. Na medida em que a Constituição eliminava as clivagens de origem e reconhecia a igualdade entre todos os cidadãos, formas tradicionais de segregação, como por cor, deveriam cair por terra. Todavia, não foi isso que aconteceu. Pardos e pretos continuaram organizados em tropas de ordenanças definidas pela cor. E ainda eram alvos preferenciais das desconfianças da elite governante.

As guerras de independência e a Constituição não foram capazes de equalizar as diferenças tradicionais e estruturantes da sociedade brasileira, herdadas do período colonial. Na verdade, as guerras de independência serviram de ensejo para a solicitação de patentes e a busca por distinção de pardos e pretos que aderiram à “causa do Brasil”. Por exemplo, em 1824, Manoel Antonio do Valle Barboza, Tenente da 5ª Companhia do Batalhão de Caçadores de Villa Nova Real d’El Rey do São Francisco, e outros pardos livres da Villa e Termo de Santo Amaro das Grotas, encabeçaram um pedido da criação de Batalhão dos pardos livres. O requerimento estava situado num contexto abrangente, o de Independência do Brasil, no qual os suplicantes declaravam “adesão a Santa Causa Brasileira; e não haver neles a menor nota de inconfidência”, comprovando uma “experimentada fidelidade”. Desejavam o melhor êxito e fortuna a “Sagrada Causa: sendo por tudo vantajoso ao bom serviço da Nação Brasileira”. Além disso, ao apontarem a urgência da criação do Batalhão com os homens pardos dos Regimentos de 2ª Linha de homens brancos e os soldados do Terço de Ordenanças, relatavam que nas províncias limítrofes já existiam regimentos de pardos livres.³⁰⁹

As tentativas frustradas em fins do XVIII e começo do XIX de criar um batalhão para os homens pardos não foram esquecidas, e o requerimento de 1824 mencionava que “experiência de muitos anos” ter mostrado o menosprezo “somente pela diferença de sua cor entre os homens brancos”. Mesmo com maiores e relevantes serviços dos homens pardos, “nunca na Tropa lhes concede aqueles acessos e despachos” que são devidos. A Coroa prefere “os brancos, sem os igualar em merecimentos”, circunstâncias que os suplicantes passavam

³⁰⁹ BRSEAPES, G¹ 1753, doc n° 79

pelo “acerbo desprazer de ficarem os seus direitos preteridos, desprezados e sem esperança de algum incremento”.³¹⁰

No parecer sobre o requerimento, a Junta Provisória governativa de Sergipe comunicou ao Imperador que na província não existia batalhões de pardos como em diversas províncias e que eles viviam como “classe em descontentamento por se lhe negar o que em todas as outras era permitido”. Dessa forma, a junta tinha por parecer de caráter “forçoso criar dois Batalhões de Segunda Linha com o título de Defensores da Pátria, e parar assim seus contínuos requerimentos e queixumes”.³¹¹

³¹⁰ BRSEAPES, G¹ 1753, doc n°79

³¹¹ As juntas governativas e a independência: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 3v. Província de Sergipe, v.2. Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais. p.737

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de confecção deste trabalho dissertativo nos empenhamos em rastrear o processo de mestiçagem em Sergipe, desde sua atuação na ocupação colonial até sua integração na sociedade nacional no Império, sempre relacionando e procurando contextualizar suas ações com os aspectos sociais e econômicos.

O Antigo Regime europeu, ao ser adaptado ao universo colonial da América portuguesa, experimentou transformações traçadas pelas condições intrínsecas de uma sociedade escravista, na qual os princípios de diferenciação deixavam de ser atravessadas exclusivamente por orientações religiosas concernentes aos estigmas sobre a linhagem mourisca ou judaica. Desde o século XVII, as noções de “pureza de sangue” foram reordenadas tanto no reino de Portugal como nas conquistas, incluindo e aplicando o critério do “sangue mulato” que designava “baixa condição”. Tal condição era manuseada para frear possíveis desejos de indivíduos considerados perturbadores da ordem social, como por exemplo, o acesso à cargos de governança, a honras militares ou a ordens religiosas.

A capitania de Sergipe, no contexto da América portuguesa, foi conquistada com o auxílio fundamental de indígenas e de indivíduos frutos de uniões mistas, entre portugueses e indígenas, os designados mamelucos. Inicialmente, a capitania sergipana desempenhava no império português finalidades de natureza estratégica, por ser situada entre as capitanias baiana e pernambucana, na fiscalização das fronteiras e defesa do território e, economicamente, abastecia as ditas capitanias vizinhas com gado e mantimentos. Funções essas, muitas das vezes, exercidas por sujeitos mestiçados: categorizados como mamelucos, mestiços, mulatos e pardos.

No século XVIII, a capitania de Sergipe d’El Rei vivenciou um período de reorganização econômica com o desenvolvimento da produção em larga escala de cana-de-açúcar, fomentada pelas orientações da política econômica pombalina, como também pela desordem econômica nas Antilhas. Simultaneamente, aconteceu um aumento considerável da população da capitania sergipana, sobretudo com o peso do tráfico atlântico de escravos de origem africana e, também, notadamente, de escravos originados por reprodução interna nas escravarias.

Nesse sentido, vislumbramos em Sergipe o que ocorre em toda a América portuguesa. A mestiçagem caracterizou as sociedades coloniais ao mesmo tempo que engendrou, pelas misturas e mesclas, distinções sociais e culturais, profundamente relacionadas ao mundo do

trabalho, especialmente à escravidão. Assim, adequando as ideias de Antigo Regime absorvidas pelo legado ibérico, a fabricação de hierarquias e a organização de categorias foram características importantes que valorizavam o estabelecimento da diferenciação no Novo Mundo. Sociedades hierarquizadas, não igualitárias e estamentais do Antigo Regime, que tinham como intuito final, a obtenção de privilégios.

Bem diferente do mundo que vivemos, no qual existe uma preocupação partilhada por muitas pessoas em proclamar a igualdade entre os homens e mulheres – a despeito das desigualdades sociais e econômicas –, aquelas sociedades naturalizavam as profundas desigualdades, cada um no seu devido lugar, arquitetada socialmente por uma rede organizada e hierarquizada de “qualidades”, distribuindo desigualmente privilégios e aplicando distinções de modos diferentes a cada sujeito. Assim, nomear as pessoas como mestiços, mulatos, crioulos, pardos e pretos, era determinar a proximidade com o universo da escravidão distanciando da condição de liberdade.

Em fins do século XVIII e início do século XIX, o contexto das sociedades escravistas americanas produziu uma transformação no colonialismo e no sistema econômico escravista que as estruturavam com os processos da independência e fim da escravidão no Haiti, das independências de algumas colônias espanholas e da Revolução americana. No Brasil, diferente de outras partes do Novo Mundo, a definição de cidadania do império brasileiro inscrita em sua Constituição ganhava significativamente contornos inclusivos. Mesmo que abolisse o mecanismo colonial de “mancha de sangue” e reconhecesse os direitos civis de todos os brasileiros livres, a Constituição Imperial de 1824 diferenciava-os, no que se refere aos direitos políticos, em função de suas posses e do nascimento na liberdade.

Apesar das limitações impostas na legislação colonial e na Constituição imperial, captamos alguns indivíduos mestiçados com pretensões de mobilidade e prestígio, se utilizaram de diversas estratégias para galgar posições mais confortáveis dentro da estrutura social da capitania/província sergipana: sejam elas cartas-patentes, reconhecimento da liberdade diante da tentativa de escravização e garantia de direitos evocando alguma identidade.

Ao voltar ao passado e refletir sobre o processo da mestiçagem que constituiu aquela sociedade, percebemos sua importância capital na vida cotidiana dos sujeitos, pois exercitava papel importante de estigmas e privilégios. Em tempos de debate intenso sobre racismo estrutural, sobre colorismo e, no geral, de questões identitárias, refletir historicamente sobre o passado brasileiro e sergipano em relação às suas classificações e hierarquias sociais pode

elucidar e combater efeitos históricos deletérios que persistem em nossa sociedade, que é profundamente assimétrica, obstruindo um projeto de nação mais justo e igualitário.

FONTES

Documentos Históricos – Biblioteca Nacional (DHBN)

PORTARIA que se passou ao Capitão João Lobo de Mesquita, para se lhe pagar quantidade de gado. 15/12/1663. Documentos Históricos, vol. 7, p.130-131

PORTARIA que se passou sobre o tabaco. 15/07/1666. Documentos Históricos, vol. 7, p.258-260

CARTA para os Officiaes da Camara da Capitania de Sergipe del-Rei sobre a cobrança do donativo. 08/02/1682. Documentos Históricos, vol. 9, p.94-95

CARTA para o Capitão-Mor da Capitania de Sergipe Del-Rei Manuel de Abreu Soares sobre a cobrança do Donativo Real. 08/02/1682. Documentos Históricos, vol. 9, p.95

CARTA patente do cargo de Capitão-mor das Entradas dos Mocambos, na pessoa do Sargento-mor Diogo de Oliveira Serpa. 14/05/1653. Documentos Históricos, vol. 31, p.125-127

ORDEM para o cabo, que vae aos Mocambos da Capitania de Sergippe Del-Rei, da gente que se lhe há de dar para isso, e do que há de seguir”. 22/01/1662. Documentos Históricos, vol. 7, p.75-76

PORTARIA que se passou para Agostinho da Silva Capitão da gente preta ir á Capitania de Serigippe Del-Rei ao Mocambo. 20/12/1668. Documentos Históricos, vol. 7, p.385-386

PORTARIA que se passou ao Capitão João Lobo de Mesquita, para se lhe pagar quantidade de gado. 13/10/1663. Documentos Históricos, vol. 7, p.122-123

INSTRUÇÃO que levou o Capitão-mor João de Munhós que foi para a Capitania de Sergipe del-Rei. 18/07/1671. Documentos Históricos, vol. 4, p.196-199

INSTRUÇÃO que levou o Capitão-mor João de Munhós que foi para a Capitania de Sergipe del-Rei. Documentos Históricos, vol. 4, p.196-199

PATENTE de Capitão da Companhia dos Homens pardos da Capitania de Sergipe del-Rei provida na pessoa de Francisco de Barros. 18/12/1674. Documentos Históricos, vol. 12, p.342-344

PATENTE do posto do Capitão-mor das entradas dos Mocambos da capitania de Sergipe del-Rei provido em Belchior da Fonseca Saraiva Dias Morca. 06/12/1674. Documentos Históricos, vol. 12, p.338-340.

CARTA patente de capitão de uma das tropas do Capitão-mor das entradas dos Mocambos. 22/01/1675. Documentos Históricos, vol. 12, p.387-388

REGISTRO de patente de José Pereira de Araújo provido no posto de sargento mor da ordenança da capitania de Sergipe de El-Rei por tempo de três anos. DHBN. Vol. LXI. 11/07/1713. pp. 157-160.

PARECER do Conselho Ultramarino. DHBN. Vol. XCVI. 15/07/1715. pp. 242-244.

CARTA para o capitão mor de Sergipe de El-Rei entregar o governo dela ao que d novo vem provido em 17/11/1723. DHBN. Vol. XLV. pp. 143-144

REQUERIMENTO do capitão mor de Sergipe del Rey José Pereira de Araújo ao rei, D. João V, solicitando que lhe faça mercê do Hábito de Cristo e sessenta mil reis de tença. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02, Doc. 43. 26/02/1723

REQUERIMENTO do capitão mor José Pereira de Araújo ao rei, D. João V, solicitando que mande o ouvidor geral da capitania não se intrometa na sua jurisdição. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 02. Doc. 60. 09/06/1724

CONSULTA do Conselho Ultramarino referente as queixas do povo da capitania de Sergipe del Rey contra o capitão mor José Pereira de Araújo. Queixas encaminhadas pelo ouvidor de Sergipe del Rey Antônio Soares Pinto. AHU, Sergipe del Rey, Cx. 03, Doc. 03. 05/06/1725.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

DOCUMENTO sobre a população da Capitania da Bahia, comarcas e freguesias em janeiro de 1775, anexado ao ofício do Governador Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, no qual informa largamente sobre o recrutamento dos marinheiros para as naus de guerra e os documentos estatísticos que tem anexos, 03/03/1775. AHU_ACL_CU_005, Cx. 47, doc. 8745 Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807).

CARTA do [vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil] conde de Atouguia, Luis Pedro Peregrino de Carvalho de Meneses e Ataíde ao rei [D. José], em resposta à provisão real, dando seu parecer acerca das representações dos donos de engenho da Bahia e Sergipe, aprsentam queixas da carestia de escravos e da produção do açúcar, 29/05/1753. AHU_CU_005, Cx. 115, doc. 8985 / Projeto Resgate – Bahia Avulsos (1606-1828)

CARTA muito interessante do advogado da Bahia, José da Silva Lisboa, para o Dr. Domingos Vandelli, Director do Real Jardim botânico de Lisboa, em que lhe dá notícia desenvolvida sobre a Bahia, descrevendo-lhe a cidade, as ilhas, e villas da Capitania, o clima, as fortificações, a defesa militar, as tropas da guarnição, o commercio e a agricultura, e especialmente a cultura da canna de assucar, tabaco, mandioca e algodão. Dá também as mais curiosas informações sobre a população, os usos e costumes, o luxo, a escravatura, a exportação, as construcções navaes, o commercio, a navegação para a Costa da Mina, etc.”. Bahia, 18 de novembro de 1781. AHU_ACL_CU_005, Cx. 57, doc. 10907

MAPA da Infantaria por destacamento da Cidade de Sergipe del Rey e também dos Terços de Auxiliares e Ordenanças e das tropas de Cavalaria tudo pertencente ao distrito da referida cidade, 23/11/1753. AHU_ACL_CU_022, Cx. 5, doc. 403 Projeto Resgate – Sergipe (1619-1822).

RELAÇÃO da Freguezia de Nossa Senhora da Victoria da cidade de São Christovão de Sergipe d’Elrei, pelo Vigário Manoel Coelho de Carvalho. AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, doc. 2698 Projeto Resgate – Bahia Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)

OFÍCIO do Governador D. Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro, sobre os corpos de Auxiliares e Ordenanças, que constituíam a parte mais importante da guarnição militar da Capitania, 11/06/1791. AHU_ACL_CU_005, Cx. 74, doc. 14394 Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)

REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Companhia dos Homens Pardos da cidade de São Christovão, Capitania de Sergipe d’Elrei, anexa ao Terço das Ordenanças do Capitão-mor Francisco Felix Barreto de Menezes, em que pedem para se criar naquela cidade um regimento de milícias e nele serem incorporados. AHU_ACL_CU_005, Cx. 110, doc. 21594 – Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de castro Almeida (1613-1807)

OFÍCIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere a uma conspiração que abortara e as medidas que tomara para punir os seus autores, 04/04/1799. AHU_ACL_CU_005, Cx. 99, doc. 19326 – Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807).

LEMBRETE do Conselho Ultramarino sobre as tropas milicianas do Estado do Brasil, 20/07/1802. AHU_ACL_CU_005, Cx. 225, doc. 15644 – Projeto Resgate – Bahia Avulsos (1604-1828).

OFÍCIO do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, em que se refere ao provimento dos postos do 4º regimento de Milicias dos homens pardos, 18/03/1803. AHU_ACL_CU_005, Cx. 127, doc. 25032 Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)

REPRESENTAÇÃO do Ouvidor da comarca de Sergipe d'Elrei Antonio Pereira de Magalhães de Paços, dirigida à Rainha, sobre assuntos relativos à mesma comarca. AHU_ACL_CU_005, Cx. 107, doc. 20852, Projeto Resgate – Bahia, Eduardo de Castro Almeida (1613-1807)

Constituição de 1824

Collecção das decisões do Governo do Imperio do Brazil, 1824, nº 258. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html

Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES)

Mapas exactos de população (1825/ 1830), BR SEAPES, AG4 06, s/n.

Representação da Câmara da Vila do Geru ao Presidente da Província, 02/04/1832. BR SEAPES, CM¹ 17, doc. 51.

BRSEAPES, G¹ 1600, doc.73-75

Ofício do Capitão-mor José da Motta Nunes ao presidente de província Manuel Fernandes da Silveira. 03/12/1824. BRSEAPES, G¹ 1250, doc. 204.

Ofício do Capitão-mor Joze da Motta Nunes, da Vila de Santo Amaro para o Presidente de Província Manuel Fernandes da Silveira. 09/12/1824. BRSEAPES, G¹ 1250, doc. 53.

BRSEAPES, G¹ 1753, doc nº79

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

APEB, Seção Colonial, Maço 190, Doc.40; 05/04/1782

APEB, Maço 201-7, Cx 78

Imprensa

Noticiador Sergipense (SE), nº 89, 01/03/1836, página 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711136/28>

Instituto Histórico e Geográfico em Sergipe (IHGSE)

“Ofício participando de se ter solemnizado nesta Capital o Aniversario de Sua Majestade o Imperador, ao Ilmo e Exmo Snr João Severiano Maciel da Costa. Do Conselho de Sua Majestade Imperial, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império”. 17/10/1824. RIHGSE, nº 25, 1960, p.169-172

Fontes Impressas

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3 ed. Belo horizonte, São Paulo: Ed. Itatiaia/ Ed. Universidade de São Paulo, 1982

BARLÊU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: história dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange** / Gaspar Barléu ; tradução e notas de Cláudio Brandão. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 432 p. – (Edições do Senado Federal; v. 43) p.238

SOUZA, Antonio Muniz de. **Viagens e observações de um brasileiro** / Antonio Muniz de Souza. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. – 3 ed. – Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a capitania de Sergipe**. SECULT, 2005. 100 f.

TRAVASSOS, Antonio José da Silva. **Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe; Memorial histórico da política da província de Sergipe**. Secretaria de Estado de Cultura, Aracaju, Sergipe, 2004.

Documento Impressos

As juntas governativas e a independência: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 3v. Província de Sergipe, v.2. Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais. pp.735-778

Dicionário

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Mulatos no Brasil e em Angola: uma abordagem comparativa do século XVII ao século XXI**. In: Lilia Schwarcz e Maria Helena P. T. Machado. “Emancipação, Inclusão, Exclusão, Desafios do Passado e do Presente”. São Paulo: Edusp, 2018, pp.87-116

ALMEIDA, Maria da Glória S. de. Sergipe, **Fundamentos de uma economia**. Petrópolis: vozes, 1984.

_____. **Nordeste açucareiro (1840-1875)**. Aracaju: UFS/Seplan/Banese, 1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 168f.

_____. **Índios e mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes (séculos XVIII-XIX)**. Mem. am., Ciudad Autónoma de Buenos Aires , n. 16-1, p. 19-40, jun. 2008

_____. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 37, n. 75, p. 17-38, May 2017.

ALVES, Francisco José. **Fontes para a História de Sergipe Colonial: (séculos XVI-XVIII)** / Francisco José Alves. – São Cristóvão: Editora UFS, 2012. 127 p.

ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Os pardos da Vila do penedo do rio São Francisco: escravidão, hierarquias e distinção social em Alagoas (1758-1819)** / Fabianne Nayra Santos Alves. – UFAL, 2019. 154 f.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império brasileiro - Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX** / Célia Maria Marinho de Azevedo; Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas: contribuição ao seu estudo**. Aracaju: J. Andrade, 1984.189p.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII)** / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BONFIM, Alexandre Gonçalves. **As capitanias de Itaparica e Tamarandiva e do Paraguaçu: administração, direito de propriedade e poder na América portuguesa (c1530-c1630)**/ Alexandre Gonçalves do Bonfim. Dissertação de Mestrado. UFBA – 2016. 201f

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. As estatísticas brasileiras e a demografia histórica. *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Nelson de Castro Senra & Alexandre de Paiva Rio Camargo (orgs.). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, 428p.

_____. **Censos e construção nacional no Brasil Imperial**. Tempo Soc. v.17 n.1 São Paulo jun. 2005, pps 321-341.

BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)** – Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1961.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CAETANO, Antônio Filipe Pereira. **Da Comarca à Província de Alagoas: poder, administração e escravidão (século XVII-XIX)** / [Organizado por] Antônio Filipe Pereira Caetano; autores Antônio Filipe Pereira Caetano... [et al.]. – Maceió: Editora Viva, 2017. 332

CALMON, Pedro. História do Brasil / Pedro Calmon. – 4 ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

CASCUDO, Luiz Câmara. **Geografia de Sergipe no domínio holandês**. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, n.16, 1-6, 1942.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COTTA, Francis Albert. **O “sistema militar corporativo” na América Portuguesa**, In: Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005, Lisboa. Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2005.

DANTAS, Beatriz Góis; DALLARI, Dalmo de Abreu. **Terra dos Índios xocó: estudos e documentos**. Comissão Pró-Índio/São Paulo, 1980.

_____. **Subsídios à História da antiga Missão no Geru**. V Simpósio de História no Nordeste, Aracaju, 1973. 24p.

_____. **Índios e brancos em conflito pela posse da terra. Aldeia de Água Azeda Século XIX**. In: Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. 1976, p. 221-252.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.); DANTAS, Beatriz Góis; SANTOS, Lenalda Andrade; GONÇALVES, Maria de Andrade; ALMEIDA, Maria da Glória Santana; OLIVA, Terezinha Alves de. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial** / Vera Ferlini. – Bauru, SP: EDUSC, 2003. 392p.

FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. **Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotainas: Sergipe Del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823)** / Fernando Afonso Ferreira Junior. – Campinas, SP: 2003, 219f. p.171-187

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

_____. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial do Sergipe, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48º ed. rev. – São Paulo: Global, 2003

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Lapidário de si: Antônio Pereira Rebouças e a escrita de Si**. IN: GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp.28-50

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço** / Serge Gruzinski; tradução de Rosa Freire d'Aguiar – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUEDES, Roberto. **De ex-escravo à elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, Século XIX)**. IN: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio

Carlos Jucá (orgs). *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII.* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. GUEDES, Roberto. **Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX)*** Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 489-518.

_____. **Escravidão e legados pombalinos nos registros de cores (Itu/Porto Feliz, São Paulo, 1766-1824)** In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia (ORG.). *A “Época Pombalina” no mundo Luso Brasileiro.* RJ: FGV/FAPERJ, 2015.

GUTIÉRREZ. Maria Elisa Velázquez. **Calidades, castas y razas en el México virreinal: el uso de categorías y clasificaciones de las poblaciones de origen africano.** Revista Estudos Ibero-Americanos, PUC-RS, v.44, n.3, p.435-446, set.-dez.2018.

HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (XVI-XVIII)** / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A mobilidade social na sociedade do Antigo Regime. Tempo , Niterói, v. 11, n. 21, p. 121-143, junho de 2006. p.123 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042006000200009&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042006000200009>

KIRSCHNER, Tereza Cristina. A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808) 1-18p. Disponível: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/tereza_cristina_kirschner.pdf

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa.** Sílvia Hunold Lara. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007

LIBBY, D. C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, E. F.; IVO, I. P.; MARTINS, I. C. (Org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais.* São Paulo: Annablume, 2010, p.41-62

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil.** Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2003.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. 400p

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Militares negros e pardos na freguesia de São José do Rio das Mortes em fins do século XVIII**. *Temporalidades*, v. 2, p. 130-138, 2010

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; VIEIRA, Eden Filipe Santos; PEREIRA, Ana. Cláudia. **Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira**. *PONTA DE LANÇA (UFS)*, v. 12, p. 13-42, 2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**/ Maria Luiza Marcílio; prefácio de Stuart Schwartz. – São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar & BERBEL, Márcia Regina. **A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824)**. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças & SILVEIRA, Marco Antônio (orgs.). *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CAPES, 2007, pp.63-88

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico** / Hebe 2.ed. Maria Mattos. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. **Ser escravo no Brasil** / Kátia Maria de Queirós Mattoso: tradução James Amado. - - São Paulo: Brasiliense, 2001.

MENEZES, Wanderlei de Oliveira. **Ordem e transgressão em Sergipe d'El Rei: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808)**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe del Rey; população, economia e sociedade** / Luiz Roberto de Barros Mott. Aracaju, FUNDESC, 1986. (Coleção Jackson da Silva Lima)

_____. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Secretaria de Cultura do Estado do Piauí, 1975.

_____. **Sergipe Colonial & Imperial: religião, família, escravidão e sociedade – 1591 – 1882**. - - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju; Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. 210p.

NUNES, Maria Thétis. **História de Sergipe, a partir de 1820** / Maria Thétis Nunes. – Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

_____. **Sergipe Colonial I** / Maria Thétis Nunes. 2ª ed. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

_____. **Sergipe Colonial II** / Maria Thetis Nunes. – Rio de Janeiro: Tmpo Brasileiro, 1996.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e liberto nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**; Eduardo França Paiva. – São Paulo: Annablume, 1995.

_____. **Histórias comparadas, histórias conectadas: escravidão e mestiçagem no mundo ibérico**. IN: Escravidão, mestiçagens e histórias comparadas. Eduardo França Paiva e Isnara Pereira Ivo (Orgs.) – São Paulo: Annalume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008. p.14-15

_____. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)** / Eduardo França Paiva. – 1. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789** / Eduardo França Paiva. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 285 p.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé, história e ritual da nação gêge na Bahia**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

PESSOA, Raimundo Agnelo Soares. **Gente sem sorte: os mulatos no Brasil Colonial**. Tese (doutorado em História). Franca: FHDSS, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth** / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes, - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia** / Caio Prado Jr.; entrevista Fernando novais; posfácio Bernardo Ricupero. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 9, ed. São Paulo: Brasiliense, 1975

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial (1548-1700)**. São Paulo: Alameda, 2013.

RAMINELLI, Ronald. **Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização**. Revista História, São Paulo, n.129-131, p.209-219, ago.-dez./93 a ago.-dez./94

_____. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos. Índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Tese de Doutorado. - - Campinas, SP: [s.n.], 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil**. Cad. Cedes, Campinas, v.22, nº 58, p.21-45, dezembro/2002.

RICUPERO, Rodrigo **A formação da elite colonial: Brasil, c.1530-c.1630**.- Sao Paulo: Alameda, 2009. p.93-123.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. – Recife, UFPE, 2007. (Tese de Doutorado) 390f.

RUSSEL-WOOD. A.J.R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista Brasileira de História, vol. 18, n.36, p. 187-250, 1998

SALGADO, Graça (org.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 155-156 sobre Cristóvão de Barros e seu pai ou sobre provedoria.

SANTANA, Pedro Abelardo de. **Os índios em Sergipe oitocentista: catequese, civilização e alienação de terras** / Pedro Abelardo de Santana. – UFBA, 2015. 250 f.: il.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas. **Conquistas da fé na gentildade brasílica: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758)** / Ane Luíse Silva Mecnas Santos – João Pessoa, 2011. 167f

SANTOS, Joceneide Cunha. **Negros(as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835)** / Joceneide Cunha dos Santos. – Salvador, 2014. 314p. (tese de doutorado)

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva. **A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. 189 f. 2013. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Anderson Pereira dos. **Os afortunados do ultramar: riqueza e distinção na cidade de Sergipe Del Rei (1750-1808)**. Tese de Doutorado, UFBA, 2017

_____. O gado em Sergipe no século XVIII. **Anais do V Encontro Internacional de História Colonial: cultura, escravidão e poder na expansão ultramarina (século XVI ao XIX)**. Maceió: UFAL, 2014

SANTOS, Jocélio Teles dos. **De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX**. *Afroásia*. V.32, p. 115-137, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930** / Lilia Moritz Schwarcz. 17ª reimpressão – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes** Stuart B. Schwartz; trad. Jussara Simões. - - Bauru, SP: EDUSC, 2001. 300p.

_____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENRA, Nelson de Castro. Informação Estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do ‘Projeto História: 1822-2002’ no IBGE. As estatísticas brasileiras e a demografia histórica. **Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados**. Nelson de Castro Senra & Alexandre de Paiva Rio Camargo (orgs.). Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010, 428 p.

SILVA, Luiz Geraldo. **Vicissitudes de um império oceânico: o recrutamento das gentes do mar na América portuguesa (séculos XVII e XVIII)**. *Revista Navigator*, v. 3, 2007.

_____. **Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII**. *Revista de História*, São Paulo, n.169, p.112-144, jul./dez. 2013.

SIQUEIRA, Luís. **Homens de mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey** / Luís Siqueira. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2016.

SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo: alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830** / Márcio de Sousa Soares. – 2006. 417f.

_____. **Angolas e crioulos na planície açucareira dos Campos de Goytacazes (1698-1830)**, p.75-108. IN: Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos: (Brasil e Angola –

séculos XVII-XIX) / Org. Denise Vieira Demétrio, Ítalo Santirocchi, Roberto Guedes. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2017. 344p.

SOARES, Mariza Carvalho de Soares. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Fernando Prestes de. **Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)**. Tese de doutorado. São Paulo, 2018, 520 f.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995. 275p.

_____. **“Colonização, miscigenação e questão social: notas sobre equívocos e tabus na historiografia brasileira”**, Tempo, nº8. Rio de Janeiro, 1999, pp.7-22

VIANA, Larissa Moreira. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa** / Larissa Viana. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.